



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PREGÃO

*SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA
DATACENTER*

*Secretaria de Administração
Divisão de Ciência e Tecnologia*

Termo de Referencia

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZIÂNIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1** A presente licitação tem como objetivo a contratação de uma empresa especializada em sistemas de gestão pública e a contratação de um datacenter para atender às necessidades desta instituição. O objetivo é obter uma solução abrangente e integrada de gestão pública, bem como garantir a infraestrutura tecnológica adequada para suportar o funcionamento do sistema de forma segura e eficiente;
- 1.2** Software de plataforma web para fornecimento de sistemas de gestão pública integrados, no modo de licenças de uso, sem limite de usuários, conforme descrição dos módulos;
- 1.3** Serviço de infraestrutura de servidores virtuais privado (datacenter);

ITEM	OBJETO	QUANT/MESES
01	Software de plataforma web para fornecimento de sistemas de gestão pública integrados, no modo de licenças de uso, sem limite de usuários, conforme descrição dos módulos.	12
02	Serviço de infraestrutura de servidores virtuais privado (datacenter).	12

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1** Modernização e Eficiência da Gestão Pública: A implantação de um sistema de gestão pública moderno e integrado é fundamental para a modernização e otimização dos processos administrativos do órgão público. O sistema possibilitará a automação de tarefas, a padronização de procedimentos e o acesso rápido e seguro às informações, resultando em maior eficiência e produtividade dos servidores públicos;
- 2.2** Melhoria na Prestação de Serviços ao Cidadão: A contratação de uma empresa especializada em sistemas de gestão pública permitirá a implementação de módulos de atendimento ao cidadão, facilitando o acesso da população a serviços públicos de forma ágil e desburocratizada. O sistema possibilitará a realização de solicitações, agendamentos e consultas online, melhorando a interação e a satisfação do cidadão com os serviços oferecidos pelo órgão público;

- 2.3** **Transparência e Controle de Recursos Públicos:** Com a implementação do sistema de gestão pública, haverá maior transparência na aplicação dos recursos públicos, possibilitando o acompanhamento em tempo real dos gastos, orçamentos e execução de projetos. Isso contribuirá para a prestação de contas à sociedade, fortalecendo a fiscalização e o controle dos recursos públicos;
- 2.4** **Integração de Dados e Informações:** A adoção de um sistema de gestão pública integrado permitirá a centralização de dados e informações em um único ambiente, facilitando o acesso e compartilhamento de informações entre os diversos setores do órgão público. Isso eliminará redundâncias e inconsistências nos dados, promovendo a integração e a colaboração entre as equipes de trabalho;
- 2.5** **Segurança e Resiliência tecnológica:** A contratação de um datacenter confiável e seguro é essencial para garantir a proteção dos dados e a continuidade dos serviços em caso de falhas ou desastres. Um datacenter de alta qualidade oferece redundância de energia, backup de dados, monitoramento constante e medidas de segurança física e digital, assegurando a disponibilidade e a resiliência dos sistemas;
- 2.6** **Atendimento às Exigências Legais e Normativas:** A adoção de um sistema de gestão público e a contratação de um datacenter de qualidade estão alinhadas com as exigências legais e normativas relacionadas à modernização da administração pública, à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e às boas práticas de governança e gestão de TI;
- 2.7** **Fornecimento de hospedagem de servidores em cluster e dedicados, a implantação e gestão (suporte) especializada do serviço de Hospedagem e Monitoramento das aplicações utilizada pelo Órgão denominado PMS (Prime Monitoring Service) ativo 24 horas por dia e 7 dias por semana na sede da Prefeitura e na comunicação entre a sede e o Data Center de 12 meses.** O PMS será customizado para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Luziânia, e contempla o monitoramento de status de serviços ativos e links que pode ser acompanhado através de dashboard online e o gerenciamento de alertas seguro através do Telegram/Whatsapp com a possibilidade de ações remotas pelo aplicativo e ainda emissão de relatórios de Disponibilidade, em PDF, XLSX (Excel) e CSV, aumentando a efetividade do quadro;
- 2.8** **Diante dessas considerações, a licitação para a contratação de uma empresa especializada em sistema de gestão pública e de um datacenter é de extrema relevância para promover a melhoria da administração pública, a eficiência dos serviços prestados à população e a segurança dos dados e informações do órgão. A busca por fornecedores qualificados e com expertise nessas áreas contribuirá para o alcance dos objetivos institucionais e o aprimoramento contínuo da gestão pública.**

3. DESCRIÇÃO DOS MODULOS

3.1 ESTRUTURA MÍNIMA DO SOFTWARE DE GESTÃO

Item	Descrição Mínima dos Sistemas
Módulos	
01	Sistema de Administração Tributária
02	Sistema de Procuradoria
03	Sistema de Atendimento e Ouvidoria
04	Sistema de Contabilidade, Orçamento e Financeiro
05	Sistema de Planejamento estratégico
06	Sistema de Protocolo e controle de processos Digital
07	Sistema de Compras, Licitação e Contratos
08	Sistema de Almoxarifado
09	Sistema de Gestão de Frotas
10	Sistema de Patrimônio
11	Sistema de Portal da Transparencia
12	Sistema de Gestão de Pessoal
13	Sistema de Controle Interno
14	Sistema de BI e Informações Gerenciais
15	Sistema de Cemitério
16	Sistema de Controle Social
17	Sistema de Gestão Educacional (Unidade e Secretaria)
18	Sistema de Nota fiscal eletrônica e Webservice
19	SIAFIC - Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, estabelecido pelo Decreto nº 10.540/2020
20	Consolidação de todos os órgãos da administração direta e indireta da entidade (ente) em um único sistema (SIAFIC)
21	Lançamentos contábeis com partidas dobradas
22	Correções, Estornos e Anulações por meio de novos registros
23	Consultas a qualquer momento dos relatórios e registros contábeis
24	Relatórios gerados automaticamente
25	Rastreabilidade do registro contábil para consultas e auditoria
26	Backups diários de segurança
27	Regras de Contabilização parametrizáveis pelo contador da entidade sem intervenção do desenvolvedor do sistema
28	Utilização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) sem a existência de plano de contas "paralelo
29	PACC

3.2 ESTRUTURA MÍNIMA DO DATACENTER

Item	Cloud Privada
Serviços	
01	Servidor Virtual I 24 vCPU's 50 GB vRAM 4 TB de Storage de Dados 100 MB Banda
02	Backup diário com 3 pontos de recuperação Serviço de monitoramento e Suporte S.O CentOS
03	Servidor Virtual II 16 vCPU's 36 GB vRAM 04 TB de Storage de Dados 100 MB Banda Backup diário com 3 pontos de recuperação Serviço de monitoramento e Suporte S.O CentOS
04	04 TB de Storage de Dados 100 MB Banda Backup diário com 3 pontos de recuperação Serviço de monitoramento Suporte S.O CentOS
05	Servidor Virtual III 16 vCPU's 16 GB vRAM 06 TB Storage S.O 06 TB de Storage de Dados 100 MB Banda 8 Licenças de Acesso Backup diário com 3 pontos de recuperação Serviço de monitoramento e Suporte
06	Servidor Virtual IV 10 vCPU's 16 GB vRAM 4 TB Storage S.O 4 TB de Storage de Dados 5 Licenças de Acesso

<p>100 MB Banda Backup diário com 3 pontos de recuperação Serviço de monitoramento e Suporte</p>
--

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA

Item	Descrição
1.	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir o cadastramento de fonte de recurso com identificador de uso, grupo, especificação e detalhamento, conforme Portaria da STN ou Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO); • Permitir que no cadastro de logradouros, estes possam ser relacionados com todos os bairros por onde passam, e que esta informação seja utilizada para consistência de entrada de dados cadastrais no cadastro imobiliário; • Possibilitar que seja efetuada a configuração das informações do cadastro técnico imobiliário, no mínimo com relação aos itens do cadastro imobiliário e do cadastro de seções, permitindo que sejam selecionados no mínimo os seguintes tipos de dados: subitem, numérico, texto e valor; inicializando os cadastros porventura existentes com informação padrão digitada em tela; de forma que possibilite ao servidor municipal configurar e administrar novas informações do cadastro técnico imobiliário; • Possibilitar que seja efetuada a configuração do valor mínimo da parcela, das fórmulas de cálculo tributárias e de cálculo de adicionais; • Permitir controlar a entrega e devolução dos carnês de IPTU; • Possibilitar que a planta de valores seja configurável, baseada no boletim de cadastro e na localização do imóvel; • Realizar consistência ao incluir ou alterar o cadastro imobiliário e o cadastro de seções, deve ser realizada consistência se o bairro e o logradouro estiverem relacionados. Na inclusão/alteração do cadastro imobiliário, as seções já devem vir filtradas na consulta de inclusão, por no mínimo, logradouro e bairro. Também deve consistir se a seção selecionada pertence ao setor e logradouro selecionados no restante do cadastro; • Possibilitar que sejam definidos gatilhos para desabilitar determinadas informações do cadastro imobiliário. Os gatilhos devem ser definidos de acordo com as informações configuráveis do cadastro imobiliário, permitindo a criação de condições/ações que validem tanto verdadeiro quanto falso, para desabilitar as informações; • Permitir o cadastramento de imagens para os imóveis urbanos, que deverão ser armazenadas no mesmo banco de dados do sistema tributário municipal; • Permitir o cadastramento das plantas para os imóveis urbanos, estas deverão ser armazenadas no mesmo banco de dados do sistema tributário municipal;

- Possibilitar consultas através de nome, parte do nome, cadastro, inscrição, logradouros e CPF/CNPJ, com no mínimo os seguintes comparadores: igual, diferente, entre, contém, não contém, contido, não contido, maior, maior ou igual, menor, menor ou igual, inicia, termina;
- Permitir manter um histórico de alterações que possibilite sua consulta. Realizar ainda, a emissão de um espelho das informações do cadastro imobiliário, no momento do lançamento, de qualquer uma das sequências de cálculo realizadas a qualquer tempo;
- Na manutenção do cadastro imobiliário mostrar em destaque a data e o nome do usuário que realizou a última alteração no registro em questão;
- Possibilitar que seja feito cálculo simulado, inclusive de exercícios anteriores e futuros, considerando os parâmetros de cálculo do exercício solicitado;
- Possibilitar o cadastro de mais de um contribuinte por imóvel, de acordo com sua respectiva fração ideal ou percentual;
- Manter o histórico dos valores calculados de cada exercício;
- Possibilitar emissão de certidão (narrativa) cadastral, através do cadastro ou inscrição imobiliária, tanto do exercício corrente como de anteriores;
- Permitir alterar a base de cálculo, realizar emissão de prévia, emitir guia de pagamento do ITBI e transferência de imóveis, vetando, opcionalmente, quando o imóvel possuir débitos em aberto ou estiver em dívida ativa, permitindo escolher as unidades que se deseja realizar a transferência;
- Permitir a utilização de diversas alíquotas (no mínimo três) para cobrança do ITBI, inclusive no mesmo processo de transferência;
- Permitir identificar no processo de ITBI, a ocorrência de isenção/imunidade ou não incidência, com rotina protegida por senha;
- Permitir realizar o parcelamento dos valores dos processos de ITBI, possibilitando a escolha do tipo de juros de parcelamento a ser utilizado entre simples e composto;
- Permitir realizar a inscrição em dívida ativa dos processos de ITBI vencidos e não pagos;
- Possibilitar realizar, opcionalmente, a transferência automática de propriedade dos imóveis envolvidos nos processos de ITBI quando do seu pagamento;
- Possibilitar a cobrança ou não da taxa da coleta de lixo para cada unidade imobiliária, de acordo com a utilização da edificação;
- Possibilitar cadastramento e controle de glebas, distritos, comunidades, e cadastro imobiliário rural; também permitir relacionar o cadastro de gleba, distritos e comunidades no cadastro imobiliário rural;
- Permitir o cadastramento e o controle do ITBI para imóveis rurais, com obrigatoriedade de relacionamento com o cadastro imobiliário rural;
- Permitir o cadastramento de imagens para os imóveis rurais, que deverão ser armazenadas no mesmo banco de dados (SGBD) do sistema tributário municipal;
- Permitir o cadastro de tabelionatos, bem como sua utilização nos processos de ITBI;
- Realizar transferência automática dos débitos em dívida ativa do imóvel, por ocasião do pagamento de ITBI;

- Possibilitar cadastro de zoneamento, permitindo que sejam configuradas as informações que serão solicitadas no momento do cadastro;
- Possuir rotina para a geração automática e parametrizada do lançamento do IPTU prevendo a possibilidade de, na geração de arquivos para terceiros, realizarem a emissão da guia de recolhimento, emitir aviso caso o contribuinte/imóvel possua débitos de dívida ativa;
- Possibilitar a configuração de desconto de pagamento à vista do IPTU de modo diferenciado para os contribuintes inscritos em dívida ativa;
- Possibilitar a utilização de vários (no mínimo 5) modelos de carnês, possibilitando a seleção dos mesmos no momento da impressão;
- Permitir o cálculo e lançamento de todos os tributos imobiliários cobráveis através dos chamados “carnês de IPTU” e do Imposto sobre a Transmissão Inter vivos;
- Permitir o cálculo automático do ITBI com base em tabelas parametrizáveis de valores e alíquotas;
- Centralizar processo de baixa e controle de arrecadação em módulo específico, de forma que a baixa por recebimento possa ser coletiva e realizada em setor específico;
- Possuir programa que possibilite ao usuário realizar as principais rotinas relacionadas ao IP- TU em uma única tela, evitando a necessidade de acessar diversas rotinas para executar suas tarefas.

SOBRE PROGRAMAS DE FISCALIZAÇÃO FAZENDÁRIA:

- Permitir gerenciar e controlar o período de fiscalização do contribuinte, possibilitando que a seleção das competências seja feita pela data de vencimento das parcelas ou pelas próprias competências;
- Possibilitar a manutenção para autorização de impressão de notas fiscais com inclusão, alteração, consulta, exclusão, cancelamento, estorno de cancelamento e impressão da AIDF;
- Consentir a emissão de autorizações para incineração de Notas Fiscais, com controle da numeração das mesmas, conforme solicitações protocoladas pelo sistema de acordo com AIDFs emitidas;
- Permitir o lançamento por estimativa fiscal e arbitramento do ISSQN, conforme modelos pré configuráveis previstos na legislação tributária municipal;
- Admitir a inclusão e manutenção das infrações previstas na legislação tributária municipal, com a opção de cadastrar os percentuais de penalidade para reincidentes;
- Utilizar uma agenda virtual para o fiscal, cadastro e manutenção de compromissos com data e observações;
- Permitir que os termos fiscais de início de fiscalização e solicitação de documentos, correlacionem a documentação padrão para cada atividade fiscalizada pelo grupo fisco;
- Permitir a manutenção de documentos necessários à apuração de informações para utilização nos Processos Fiscais;
- Possibilitar a personalização dos modelos de estimativa fiscal e arbitramento, sendo dada a entrada dos dados que serão solicitados no preenchimento do cadastramento da estimativa ou arbitramento, permitindo também informar a fórmula de cálculo a ser utilizada, que deverá usar os itens

informados em tela, sendo possível também ser utilizadas operações matemáticas;

- Consultar todos os protocolos de entrega de declaração de serviços prestados e tomados, emitidos pelo software por cada contribuinte, demonstrando o dia, a hora, a data e o mês de competência da obrigação tributária;
- Consultar os registros do cadastro de serviços (lista de serviços tributáveis do ISSQN), obedecendo a LC 116/03;
- Permitir emissão de relatório de controle de prazo de entrega de documentos, listando os Processos Fiscais com as solicitações de documentos, indicando quais os documentos entregues e não entregues, bem como o prazo de entrega dos mesmos;
- Gerar relatório verificando inconsistências entre os documentos declarados pelos Prestadores, realizando comparação com os documentos declarados pelos Tomadores, acusando e destacando os erros e diferenças entre competências, valores retidos, situações tributárias e valores de base de cálculo;
- Gerar relatório de continuidade de notas fiscais, verificando quais notas estão faltando na sequência das notas declaradas, verificando as notas de número maior que deveriam ter data igual ou posterior às notas de número menor, destacando em vermelho as falhas reveladas, bem como se existe a autorização de impressão das Notas;
- Gerar relatório das declarações fiscais entregues pelos contribuintes enquadradas como “sem receita”;

SOBRE PROGRAMAS DE OBRAS E POSTURAS:

- Acessa e manter tabelas também manuseadas na gestão do IPTU e Cadastro Único, compartilhando a informação em tempo real, de forma que todos os setores que usufruam da informação estejam sempre atualizados com a última alteração/inclusão, realizada;
- Possuir controle de engenheiros/arquitetos responsáveis pelas obras, com controle do número do CREA e data de validade;
- Possuir controle de construtoras, com controle de data de validade, possibilitando o relacionamento dos Engenheiros/Arquitetos com as mesmas;
- Possibilitar o controle do tipo de alvará a ser liberado para: construção, ampliação, demolição e reforma;
- Possibilitar a personalização no controle de tipos de alvará a serem utilizados no cadastro de obras/alvarás;
- Possuir o controle das finalidades dos alvarás/obras com, no mínimo, as seguintes finalidades: residencial, comercial, industrial, prestação de serviço, temporária, mista;
- Possibilitar a personalização das finalidades dos alvarás/obras a serem utilizadas no controle de alvarás/obras;
- Possuir controle da classe do alvará;
- Possibilitar a personalização das classes do alvará a serem utilizadas no controle de alvarás/obras;
- Possuir controle dos tipos de construção, com no mínimo os seguintes tipos: concreto superior, concreto médio, alvenaria superior, alvenaria média,

alvenaria simples, madeira dupla, madeira simples, madeira bruta, mista simples, mista média, precária, área aberta, box/garagem;

- Possibilitar a personalização dos tipos de construção a serem utilizados no controle de alva- rás/obras;
- Possuir cadastro dos alvarás/obras controlando se o alvará é do tipo normal, regularização ou parcial;
- Possibilitar nomear a obra;
- Possibilitar no cadastro de alvarás/obras controlar a localização da obra/alvará com, no mínimo, as seguintes informações: cadastro imobiliário, loteamento, quadra, lote, logradouro, número, complemento, bairro;
- Possibilitar no cadastro de alvarás/obras o controle da metragem da obra e da área construída;
- Possibilitar no cadastro de alvarás/obras controlar: o tipo da obra (construção, ampliação, reforma, demolição), a finalidade (residencial, comercial, industrial, prestação de serviço, templo, mista), a classe, o tipo de construção (concreto superior, concreto médio, alvenaria superior, alvenaria média, alvenaria simples, madeira dupla, madeira simples, madeira bruta, mista simples, mista média, precária, área aberta, box/garagem), data de liberação, data de validade, se houve renovação à nova data de validade, do número de atestado de responsabilidade técnico, usuário que expediu, executor (construtora ou engenheiro), engenheiros corresponsáveis (no mínimo três), observações e autor;
- Possibilitar gerenciar novas informações a respeito do controle de alvarás/obras, sem a necessidade de intervenção em códigos-fonte;
- Possibilitar o cadastramento de imagens/arquivos digitais (AUTOCAD, WORD, EXCEL, et) e sua visualização partindo de dentro do software da tela de controle de obras/alvarás;
- Possibilitar controle de conclusão de obras/alvarás de forma parcial e total, com a data de conclusão (no caso de conclusão parcial, deve solicitar a área da obra que foi concluída), numerando separadamente cada conclusão;
- Possibilidade de alterar automaticamente informações do cadastro imobiliário na conclusão da obra;
- Permitir relacionar os fiscais responsáveis na conclusão de obras/alvarás;
- Permitir o cálculo/lançamento de valores para os diversos tipos de alvarás, bem como o lançamento de taxas e tributos diversos conforme definido em suas fórmulas de cálculo;
- Possibilitar a configuração dos parâmetros/fórmulas de cálculo de tributos/taxas a serem executados no módulo, de tal forma que seja desnecessário a informação manual de valores e intervenção em código-fonte;
- Possibilitar a emissão dos diversos Alvarás com layout totalmente configurável, buscando as informações utilizadas no processo de liberação dos mesmos;
- Possibilitar a emissão de habite-se (conclusão de Alvará) com layout totalmente configurável, buscando as informações utilizadas no processo de liberação do mesmo;
- Permitir a utilização do controle de obras/alvarás tanto para imóveis urbanos como rurais;

	<ul style="list-style-type: none">• Possibilitar compartilhamento de informações em tempo real com o módulo de protocolo e controle de Processos;• Emitir as guias com layout personalizado, com código de barras padrão Febraban, inclusive calculando automaticamente os acréscimos para o caso de pagamentos em atraso;• Possuir controle de fiscais, infrações (com controle de penalidades e valores) e tipos de vistoria, este último personalizado;• Permitir a abertura de procedimento fiscal, tanto para cadastro imobiliário urbano como para cadastro imobiliário rural, relacionando os fiscais que estarão participando do mesmo;• Controlar o status do procedimento fiscal de acordo com a fase em que o mesmo se encontra: aberto, em andamento, embargado, finalizado, cancelado;• Possibilitar o cancelamento do procedimento fiscal, com possibilidade de inserção de observação;• Possibilitar o fechamento do procedimento fiscal, com possibilidade de inserção de observação;• Possibilitar o controle de embargo, controlando sua numeração e fundamentação legal, permitindo emitir texto em layout totalmente configurável;• Possibilitar o controle de notificações preliminares, controlando sua numeração e fundamentação legal, permitindo emitir texto em layout totalmente configurável;• Permitir o controle de vistorias de: alvarás, conclusão de obras e cadastros, registrando a área vistoriada e os fiscais responsáveis. Tanto para imóveis urbanos quanto rurais, utilizando-se de tipos de vistorias personalizáveis, identificando se o resultado da vistoria é: normal, com pendência, ou com irregularidade;• Possibilitar o cadastramento de imagens/arquivos digitais (AUTOCAD, WORD, EXCEL, et) e sua visualização partindo de dentro do software da tela de controle de vistorias;• Possibilitar o cadastramento e o cálculo de autos de infração de acordo com o cadastro de infrações pré-definidas, registrando no mínimo: fundamentação legal, data da infração, valor, data de vencimento, data de registro e observação;• Possibilitar consultas cadastrais/movimentações das informações gerenciadas pelo sistema;• Possibilitar relatórios cadastrais/movimentações das informações gerenciadas pelo sistema;• Possibilitar acesso a gerador de consultas/relatórios personalizados;• Possibilitar a inscrição automática de parcelas vencidas em dívida ativa, controlando o ano/número da inscrição, número do livro e folha;• Processamento de baixa e classificação de receita através de compartilhamento de informações com o software de Administração de Arrecadação
2.	Fornecer modulo de Administração dos Cadastros e da Dívida, de forma eletrônica cujas informações deverão estar sincronizadas com os cadastros da Administração. Que deverá proporcionar mecanismos para o gerenciamento do

cadastro de contribuintes e de suas dívidas para com a Administração, construindo procedimentos para carga e integração, recepcionando em repositório próprio, os cadastros dos contribuintes sendo eles pessoas físicas ou jurídicas; os créditos tributários e/ou não tributários e seus detalhamentos, e os vínculos existentes entre eles, através de webservices ou importação de arquivos (com layouts em formatos predefinidos) ou ainda, através de tabelas de banco de dados, prevendo procedimentos de validação dos créditos conforme as regras definidas pela Administração. E ainda, devera obrigatoriamente atender a todas as funcionalidades, atributos, rotinas e procedimentos conforme defini- dos abaixo:

SANEAMENTO E CONSOLIDAÇÃO CADASTRAL

a) Fornecer mecanismo para o saneamento e consolidação dos cadastros, eliminando as duplicidades do cadastro de pessoas físicas e jurídicas, fornecendo a Administração uma visão completa dos diversos tipos de vínculos e relacionamentos existentes entre os diversos tipos de pessoas e entidades, proporcionando:

a.1. Mecanismo anti duplicidade baseado no cruzamento de informações relevantes, de forma total ou parcial do cadastro, como nomes, números de documentos, meios de comunicação e endereços;

a.2. Pesquisa fonética no padrão linguístico português brasileiro, onde as buscas por nome de qualquer informação relevante resultarão numa identificação quase única de uma determinada pessoa;

a.3. Construção de uma base de cadastro de pessoas consolidada com a criação de vínculos entre as pessoas e as entidades com as quais se relacionam mantendo a origem das informações;

a.4. O enriquecimento das informações de pessoas consolidadas, através da agregação de novas bases ou atualização das bases de referenda, mantendo contínuo o processo de melhoria da qualidade dos dados, viabilizando assim os processos de cobrança e execução.

CADASTRO DE USUÁRIOS E PERMISSÃO DE ACESSO

b) Implementar dispositivo eletrônico para cadastramento e controle de acesso de todos os usuários do sistema, obedecendo aos padrões estabelecidos no item 4 deste termo. Deverá permitir a aplicação de regras de permissão/restrição de acesso, registro histórico e armazenamento dos dados, possibilitando consultas e auditoria de todas as ações efetuadas através da operacionalização do sistema. As regras obrigatórias de funcionamento desse dispositivo são:

c) Deverá permitir o cadastramento de usuários “master” que deverão poder acessar sem restrições todos os módulos do sistema e que será utilizado para cadastrar os demais usuários e efetuar todas as ações que serão necessárias na verificação de conformidade do objeto conforme item 6 deste documento;

d) Deverá permitir o cadastramento de usuários em geral que terão acesso ao sistema, onde deve- rá haver a possibilidade da aplicação de regras de permissão/restrição de acesso de forma individual para garantir a segurança

nos acessos efetuados, a integridade e o sigilo das informações;

e) Para cadastramento de identificação e permissão de acesso ao sistema deverá conter mecanismos que associe dados pessoais a biometria, além disso, deverá proporcionar a geração do cartão de identificação e acesso.

MANUTENÇÃO DE TABELAS

a) Possuir dispositivo eletrônico para manutenção de tabelas e parametrizações necessárias para a correta execução das tarefas/cálculos do sistema: tabela de índices monetários, tabela de feriados, documentos pré-formatados, que serão gerados e emitidos pelo sistema e memória do cálculo contendo as regras de multas e juros a serem aplicados as cobranças. As regras obrigatórias de funcionamento deste dispositivo são:

b) Permitir a configuração e manutenção da tabela de índices monetários que são utilizados para o cálculo de atualização monetária;

c) Permitir a configuração e manutenção da tabela de feriados nacionais, estaduais e municipais, que não sejam computados como dias úteis, impedindo assim que o sistema gere datas de vencimentos nestes dias;

d) Permitir a pré-formatação de documentos que serão gerados e emitidos pelo sistema, dentre eles: certidões, protocolos e atestados, mantendo-os devidamente armazenados para serem disponibilizados pelo sistema conforme as necessidades da Administração;

e) Permitir a configuração e manutenção da memória de cálculo contendo as regras de multas e juros a serem cobrados, definidas por lei, onde o usuário, mesmo sendo do tipo “master” somente deverá poder alterar estas regras mediante a introdução do número da lei correspondente;

f) Permitir o cadastramento/configuração das regras de parcelamento vinculada ao número da lei e/ou ato administrativo, onde a Administração deverá informar a origem da regra ou das suas mudanças e que só deverão poder ser modificadas se, devidamente embasadas, proporcionando maior segurança e confiabilidade nas operacionalizações do sistema;

CADASTRO DE DEVEDORES

a) Disponibilizar dispositivo que proporcione ao usuário condições de criar, manter, analisar e consultar o cadastro de devedores com suas respectivas dívidas funcionando como um “centralizador” de todas as informações relacionadas ao devedor devendo conter todas as informações pertinentes, geradas através de vínculos entre os cadastros da Administração visando agilizar o processo de geração de execuções fiscais. As regras de funcionamento desse dispositivo são:

a.1. O dispositivo deverá permitir o cadastramento de devedores, através de digitação, inclusive com datas de inscrições retroativas, bem como permitir a ausência de algumas informações para possibilitar a simulação das funcionalidades do objeto pretendido pela Administração, contendo, no mínimo, as seguintes informações: Documentos (tipo de documento, data de emissão, órgão expedidor e UF); Endereços (Tipo, Logradouro, Bairro, Cidade, CEP e

	<p>data de inclusão); Telefone de Contato (Tipo de telefone, número, data de inclusão); Cadastros (informar se houver vínculo com os cadastros mobiliário e imobiliário); Dívidas (tipo de lançamento, data do lançamento, inscrição imobiliária/imobiliária, número CDA, se houver, valor, situação); Bens (tipo do bem, descrição, valor, penhora (se penhorado deverá haver condições de informar o número do Processo Judicial correspondente), vínculo) e Pessoas relacionadas (Nome, documentos e Telefone de Contato);</p> <p>a.2. Conter mecanismo que permita o aproveitamento de informações já existentes nos cadastros da Contratante, possibilitando a importação de arquivo em formato TXT ou XML, no caso de utilização de Webservice, contemplando todos os dados mencionados item anterior, sendo que o layout para sua geração deverá estar disponível para download;</p> <p>a.3. Proporcionar consultas utilizando os filtros de pesquisa configurados ou de todas as informações constantes na base de dados, onde o sistema deverá disponibilizar as informações definidas como obrigatórias neste tópico, bem como um resumo das dívidas não executadas, dos processos de execuções fiscais, dos vínculos com os cadastros da administração e dos bens.</p> <p>CONTROLE DOS RECEBIMENTOS</p> <p>a) Possuir dispositivo eletrônico que possibilite o controle de forma integrada das dívidas dos contribuintes, dos ajustes e acordos realizados, das campanhas promovidas para recuperação dos créditos, dos respectivos recebimentos e do posicionamento dos estoques da dívida. Sendo que o dispositivo deve contemplar as seguintes funcionalidades:</p> <p>COBRANÇA ADMINISTRATIVA</p> <ul style="list-style-type: none">• Disponibilizar dispositivo eletrônico próprio que permita realizar a cobrança administrativa dos débitos, através do envio de notificação ao devedor, contendo ou não boleto para pagamento. Sendo que as regras obrigatórias de funcionamento deste dispositivo são:• Permitir a criação de lotes de campanhas personalizadas, possibilitando que sejam criados lotes separados por ações de campanhas desejadas;• Permitir que seja estipulada data de validade para as campanhas;• Permitir o agrupamento das cobranças geradas, através de consolidação dos lançamentos devidos por contribuintes, por cadastros ou por processos;• Permitir a exclusão de devedores e/ou cadastros que por determinação judicial ou administrativa os débitos encontrem-se impossibilitados de serem cobrados;• Permitir a escolha dos parâmetros de geração da cobrança administrativa, tais como por valores devidos, por CEP de bairros, por tipo de tributo ou origem entre outros estipulados pela Administração; <p>Permitir a inclusão de texto padrão para as notificações geradas, inclusive por lotes gerados.</p>
3.	Permitir a gestão do atendimento ao cidadão e registrar todas as solicitações e atendimentos realizados, permitindo saber quem pediu, o que pediu, quais as

solicitações pendentes, etc.;

- Trâmite de toda a solicitação em ambiente digital com dispensa do trâmite de papel;
- Configuração de roteiro interno de cumprimento automático para cada assunto;
- Gerenciamento do trâmite com base em avisos, telas de consulta, relatórios, gráficos e outros, para total controle sobre as solicitações;
- Informar documentos obrigatórios para cada assunto, facilitando o atendimento;
- Oferecer emissão de relatórios diversos, além de relatórios de gerenciamento por repartição, pendências e/ou produtividade;
- Fazer o controle de acesso (usuário e senha) possibilitando e garantindo a segurança dos dados da entidade;
- Controlar as fases da solicitação, desde o registro até o arquivamento, passando por todos os trâmites necessários, de acordo com as permissões de acesso dos usuários cadastrados;
- Possibilitar que cada departamento registre ou consulte as solicitações sob sua responsabilidade, observando as permissões de acesso dos usuários;
- Permitir cadastramento de diversos pareceres no mesmo processo;
- Controlar a juntada das solicitações por apensação, anexação;
- Anexar e controlar arquivos digitais das solicitações;
- Enviar e receber, de maneira digital e on-line as solicitações, verificando as permissões de acesso dos usuários;
- Enviar notificações avisando quando o usuário ou a repartição recebe novas solicitações;
- Permitir a movimentação da solicitação por repartição e por usuário;
- Permitir emitir relatórios de nível operacional a partir das consultas feitas pelos usuários;
- Emitir estatísticas por pendências e permanências das solicitações em cada repartição;
- Emitir relatório de produtividade por repartição;
- Emitir resumo mensal e anual por assunto;
- Permitir a utilização configurada da assinatura digital nos trâmites, movimentação e encerramento;
- Permitir receber as solicitações coletivamente, não necessitando receber uma a uma;
- Permitir movimentações em lote das solicitações da repartição do usuário;
- Permitir arquivar várias solicitações de uma única vez;
- Na abertura da solicitação, o sistema deve permitir especificar se o mesmo é de Atendimento ao público, ou somente uma solicitação Interna da Prefeitura;
- Permitir ao usuário definir no momento da abertura, se a solicitação é ou não sigilosa, sendo assim, somente a repartição de origem e destino poderão visualizar suas informações;
- Codificação da solicitação deverá ser automática;
- Permitir no momento da abertura do processo relacionar Requerentes Adicionais;

- Enviar e-mail ao ouvidor quando o processo for aberto ou movimentado;
- Possibilidade de registro de Ouvidoria Anônima ou Identificada;
- Envio de e-mail ao cidadão que enviou um processo de Ouvidoria para prefeitura informando abertura, movimentação e encerramento;
- Emissão de comprovante de abertura, movimentação e encerramento;
- Permitir configurar se a movimentação será por usuário, por repartição ou ambas;
- Permitir configurar quais grupos de usuários poderão receber as solicitações nas rotinas de movimentação;
- Permitir a inserção de textos na abertura e movimentação de processo, com capacidade máxima de 2.000 caracteres, aceitando menor quantidade no processamento;
- Permitir ao requerente acompanhar sua solicitação.

1.1. SOBRE PROGRAMAS DE CONTABILIDADE, GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

- Permitir o cadastramento de fonte de recurso com identificador de uso, grupo, especificação e detalhamento, conforme Portaria da STN ou Tribunal de Contas dos Município (TCM-GO);
- Possuir cadastros de Convênios, Precatórios, Dívida Fundada, Contratos e Caução;
- Não permitir o cadastro de fornecedores duplicados com o mesmo CNPJ ou CPF;
- Nos atos da execução orçamentária e financeira, permitir que sejam usadas as três fases da despesa: empenho, liquidação e pagamento com a escrituração contábil automática;
- Permitir um controle das operações orçamentárias e financeiras, por período, impedindo o usuário de qualquer alteração, inclusão ou exclusão nos registros;
- Utilizar o novo Plano de Contas adotado pelo Tribunal de Contas dos Município (TCM-GO) em Lei vigente;
- Assegurar que as contas só recebam lançamentos contábeis no último nível de desdobramento do Plano de Contas;
- Efetuar os lançamentos automáticos das variações patrimoniais no momento da liquidação de empenho e arrecadação da receita;
- Permitir utilizar históricos, sempre que possível com textos padronizados, vinculados à classificação da despesa, evitando lançamentos indevidos;
- Admitir a utilização de históricos padronizados e históricos com texto livre no empenho;
- Permitir o gerenciamento de empenhos estimativos, globais e ordinários;
- Possibilitar o registro de subempenhos sobre o empenho Global;
- Permitir informar as retenções nas liquidações que se aplicam;

- Permitir informar documentos fiscais na liquidação do empenho;
- Permitir na liquidação de empenho, a digitação dos itens da lista de serviços para possibilitar compatibilidade com Escrita Fiscal;
- Permitir inscrever as contas contábeis automaticamente no Sistema de Compensação dos empenhos de adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas;
- Permitir a anulação total e parcial do empenho e o cancelamento da anulação;
- Controlar os restos a pagar em contas separadas por exercício, para fins de cancelamento, quando necessário;
- Permitir efetuar o cancelamento de restos a pagar;
- Permitir a anulação dos empenhos por estimativa no final do exercício, evitando a inscrição em restos a pagar;
- Permitir que seja emitida notas de pagamento, de despesa extra, de empenhos e de subempenhos;
- Permitir o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa;
- Permitir cadastrar e controlar as dotações constantes no orçamento do município e das decorrentes de créditos adicionais especiais e extraordinários;
- Permitir cadastrar e controlar os créditos suplementares e as anulações de dotações;
- Permitir registrar e controlar as dotações orçamentárias, bloqueio e desbloqueio, em caso de saldo insuficiente;
- Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa;
- Permitir a elaboração de demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício, com possibilidade de emissão consolidada, e agrupando por recurso;
- Efetuar o acompanhamento do cronograma de desembolso das despesas, conforme o artigo 9º da Lei 101/00 – LRF, de 4 de maio de 2000, quando necessário;
- Permitir consulta on-line de débitos de contribuintes no empenhamento;
- Emitir Notas de Empenho, Subempenhos, Liquidação, Ordens de Pagamento, Restos a pagar, Despesa extra e suas respectivas notas de anulação, possibilitando sua emissão por intervalo e/ou aleatoriamente;
- Permitir a anulação total e parcial do empenho, ordens de pagamento, nota de despesa extra orçamentária e o cancelamento da anulação;
- Permitir que nas alterações orçamentárias possam-se adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para um mesmo decreto;
- Registrar bloqueio e desbloqueio de valores nas dotações;
- Possibilitar que os precatórios sejam relacionados com a despesa destinada ao seu pagamento;
- Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estouros de saldos;
- Permitir que seja feita a contabilização do regime próprio de previdência em conformidade com a Portaria 916 do ministério de previdência;
- Definir a programação de cotas mensais para despesa, receitas, restos a pagar, despesa e receita extra orçamentária;

- Permitir nova estimativa das cotas programadas conforme necessidade, mantendo o histórico das alterações;
- Controlar os saldos das dotações orçamentárias em tempo real não permitindo bloquear, ou empenhar e/ou fazer redução de dotação sem que exista saldo;
- Permitir controlar o cadastro de contas em formato plano de contas único, onde alterações, exclusões e inclusões no plano devem ser visualizadas por todas as entidades;
- Permitir a geração automática de empenhos através do software de Suprimentos;
- Permitir prévia e geração automática de empenhos da folha de pagamento através de arquivo gerado pelo software da Folha de Pagamento;
- Nos empenhos Globais permitir que seja informado o número e ano de contrato;
- Permitir a configuração do formulário de empenho, de forma a compatibilizar o formato da impressão com os modelos da entidade;
- Permitir na abertura de Créditos Adicionais, o controle dos limites de abertura conforme determinado na Lei Orçamentária Anual, resguardando o histórico das alterações dos valores e exigindo a informação da legislação de autorização;
- Permitir um controle de custos dos gastos por item, tais como: despesas com energia elétrica, gasolina, papel, telefone, et, conforme determina o artigo 50 Parágrafo 3º da LRF;
- Permitir controle das obras executadas pela Entidade;
- Permitir o controle dos adiantamentos de despesas de viagens, pronto pagamento e prestação de contas, sendo efetuado todos os lançamentos contábeis no sistema compensado;
- Permitir o bloqueio e desbloqueio de dotações, inclusive objetivando atender ao artigo 9º da Lei Complementar 101/2000 (LRF);
- Permitir que na rotina de anulação de empenho seja informado o motivo da anulação;
- Permitir que cada secretaria faça seu empenho, restringindo o usuário de utilizar dotações orçadas para outras secretarias;
- Permitir que cada Secretaria emita somente os empenhos correspondentes a ela;
- Possibilitar a distinção de contribuintes autônomos no ato do empenho, objetivando geração do arquivo para SEFIP;
- Permitir efetuar os lançamentos de Transferências financeiras entre entidades, com automática contabilização na entidade recebedora;
- Permitir estornos de lançamentos contábeis nos casos em que se apliquem;
- Possuir total integração com o sistema contábil efetuando a contabilização automática dos pagamentos e recebimentos efetuados pela tesouraria;
- Controlar os saldos bancários e contábeis no momento do lançamento;
- Permitir descontos extras e orçamentários na liquidação de empenho, efetuando automaticamente os lançamentos nas contas orçamentárias,

financeiras e de compensação;

- Permitir o controle do pagamento de empenho, restos a pagar e despesas extras, em contra- partida com várias Contas Pagadoras;
- Permitir registrar os pagamentos totais ou parciais das despesas e a anulação dos registros de pagamentos;
- Permitir efetuar os lançamentos de receita e despesa automaticamente nos Sistemas Financeiro, Orçamentário, Patrimonial e de Compensação, conforme necessário;
- Permitir controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, visando o controle dos pagamentos em ordem cronológica;
- Permitir a baixa de pagamentos em lote (borderaux) ou individualmente;
- Permitir que sejam emitidas ordens de pagamento de restos a pagar, despesa extra e de empenho;
- Permitir registrar todas as movimentações de recebimento e de pagamento, controlar caixa, bancos, e todas as operações decorrentes, tais como emissão de cheques e borderôs, livros, demonstrações e o boletim, registrando automaticamente os lançamentos na contabilidade, permitindo consultas e emitindo relatórios em diversas classificações;
- Permitir efetuar o lançamento de investimento, aplicações, débitos/créditos, transferências bancárias, controle dos saldos bancários, controle de todos os lançamentos internos e permitir os lançamentos dos extratos bancários para gerar as conciliações;
- Permitir controlar os talonários de cheques em poder da tesouraria, controlar para que nenhum pagamento seja efetuado sem o respectivo registro;
- Permitir a configuração do formulário de cheque, de forma a compatibilizar o formato da impressão com os modelos das diversas entidades bancárias;
- Permitir o registro da emissão de cheque e da respectiva cópia;
- Permitir registrar e fornecer relatórios sobre os pagamentos efetuados por banco/cheque;
- Permitir agrupar diversos pagamentos a um mesmo fornecedor em uma única transferência/cheque;
- Permitir a emissão de borderôs para agrupamento de pagamentos a diversos fornecedores contra o mesmo banco da entidade; efetuar os mesmos tratamentos dos pagamentos individuais;
- Permitir controlar a movimentação de pagamentos, registrando todos os pagamentos efetuados contra caixa ou bancos, gerando recibos permitindo estornos, efetuando os lançamentos automaticamente nas respectivas contas contábeis;
- Permitir efetuar a conciliação bancária necessária, comparando com os lançamentos de pagamentos e de recebimentos no período selecionado com os lançamentos dos extratos bancários, além de emitir o demonstrativo de conciliação do saldo bancário;
- Permitir emissão de relatórios diários necessários ao controle da tesouraria, classificados em suas respectivas dotações e contas;
- Permitir emissão de demonstrativo diário de receitas arrecadadas e despesas realizadas (orçamentárias e extra orçamentárias);
- Permitir controlar o saldo bancário, boletim diário dos bancos e livro do

movimento caixa;

- Permitir gerar o demonstrativo financeiro de caixa;
- Permitir a integração com os arquivos de retorno dos bancos, com baixa de pagamento automática pelo software;
- Registrar todas as movimentações para informações gerenciais, permitindo o controle de fluxo de caixa;
- Permitir consulta de débitos de contribuintes na hora da emissão de cheques ou geração de borderô bancário;
- Permitir o cadastramento de devolução de receita utilizando rubricas redutoras, conforme Manual de Procedimentos da Receita Pública da STN;
- Possuir integração com o sistema de execução orçamentária e financeira;
- Gerar em arquivos as ordens bancárias para pagamentos dos fornecedores com crédito em conta bancária;
- Baixar automaticamente os pagamentos de documentos na emissão de cheques e ordens bancárias;
- Disponibilizar consultas à movimentação e saldo de contas de qualquer período do exercício;
- Disponibilizar consulta de Disponibilidade de Caixa por Fontes de Recursos para melhor controle destas, com opção de impressão;
- Permitir a consulta do Extrato do Credor, demonstrando informações dos empenhos e dos restos a pagar na mesma opção;
- Disponibilizar a consulta do Excesso de Arrecadação, demonstrando a previsão, arrecadado e o saldo;
- Permitir a consulta da despesa empenhada a pagar do total por unidade orçamentária, com a possibilidade de impressão da consulta;
- Emissão da relação das ordens bancárias;
- Possibilitar a demonstração de saldos bancários, através de boletim diário de bancos, livro do movimento do caixa, boletim diário da tesouraria e demonstrativo financeiro de caixa;
- Emitir os seguintes relatórios:
 1. Razão analítico das contas banco;
 2. Pagamentos por ordem cronológica;
 3. Empenhos em aberto por credores;
 4. Pagamentos e recebimentos estornados;
 5. Relação de cheques emitidos;
 6. Notas de Liquidação e Notas de Pagamento
- Conter rotina de conciliação bancária sendo informado o saldo do banco, o saldo conciliado com opção para cadastrar as movimentações pendentes e permitir a emissão do relatório da conciliação;
- Permitir a geração de relatórios gerenciais de Receita, Despesa, Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas, bem como Boletim Financeiro Diário;
- Elaborar os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/00- LRF e Resolução do Tribunal de Contas;
- Permitir que seja efetuada a geração das razões analíticas de todas as contas integrantes dos Sistemas Financeiro, Patrimonial e de Compensação;

- Permitir gerar planilhas para formar quadro de detalhamento da despesa;
- Permitir gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município;
- Permitir gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município;
- Possibilitar a consolidação dos balancetes financeiros das autarquias juntamente com o balancete financeiro da prefeitura;
- Emitir relatórios padrão Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) para solicitação de Certidão Negativa;
- Permitir a geração de relatórios em vários formatos: TXT, PDF ou HTML;
- Possuir relatório para acompanhamento das metas de arrecadação, conforme o artigo 13 da Lei 101/00 – LRF de 4 de maio de 2000;
- Emitir relatórios demonstrativos dos gastos com Educação, Saúde e Pessoal, com base nas configurações efetuadas nas despesas e nos empenhos;
- Emitir os relatórios das Contas Públicas para publicação na Internet, conforme IN 28/99 do TCU e Portaria 275/00 do TCU;
- Emitir relatórios: pagamentos efetuados, razão da receita, pagamentos em ordem cronológica, livro diário, extrato do credor, demonstrativo mensal dos restos a pagar e relação de restos a pagar;
- Emitir relatórios com as informações para o SIOPS, no mesmo formato deste;
- Emitir relatórios com as informações para o SIOPE, no mesmo formato deste;
- Permitir emissão dos relatórios do regime próprio de previdência, em conformidade com a Portaria 916 do Ministério de Previdência ou Lei vigente;
- Possibilitar a emissão de relatório com as deduções para o IRRF;
- Possibilitar a emissão de relatório com as deduções para o ISSQN;
- Possibilitar a emissão da Guia de GPS por código de pagamento;
- Possibilitar a emissão de gráficos comparativos entre a receita prevista e arrecadada e a despesa fixada e realizada;
- Possuir relatório de programação das cotas de despesas para permitir o acompanhamento do cronograma de desembolso das despesas, conforme o artigo 9º da Lei 101/00 – LRF, de 4 de maio de 2000;
- Possuir relatório de programação das cotas de receitas, demonstrando os valores previstos e executados;
- Permitir a emissão de relatórios para controle de bloqueios: Emissão da nota de bloqueios/desbloqueio; Relação de bloqueios de Dotação com Saldo;
- Emitir relatórios das despesas orçamentárias: empenhada, liquidada, paga e a pagar, permitindo ao usuário solicitar por: Dotação Orçamentária; Fornecedor; Elemento; Órgão; Unidade; Convênio; Fonte de recurso;
- Permitir a emissão de extratos por: Empenho; Fornecedor; Dotação; Restos a pagar processado; Restos a pagar não processado;
- Conforme Resolução 78/98 do Senado Federal e suas atualizações, emitir o relatório de Síntese da Execução Orçamentária e os relatórios da Lei

4320/64:

1. Anexo 16 – Demonstração da Dívida Fundada Interna/ Externa;
 2. Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante.
- Emissão do Livro Diário com termo de abertura e encerramento;
 - Emitir todos os relatórios obrigatórios, consolidados ou por entidade, administração direta e indireta;
 - Emitir os anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, de acordo com a Portaria 577 da STN;
 - Emitir anexos do Relatório da Gestão Fiscal, de acordo com a Portaria 577 da STN;
 - Os programas de Contabilidade Pública deverão registrar todos os fatos contábeis ocorridos e possibilitar o atendimento à legislação vigente, à análise da situação da administração pública, e à obtenção de informações contábeis e gerenciais necessárias à tomada de decisões;
 - Permitir que seja efetuada a escrituração contábil nos sistemas financeiro, patrimonial, compensação e orçamentário em partidas dobradas, em conformidade com os art. 83 a 106 da Lei 4.320/64, inclusive com registro em livro diário;
 - Permitir a existência de mais de uma unidade na mesma base de dados, com contabilização distinta, que possibilite a emissão de relatórios anuais e da LRF de forma consolidada;
 - Possuir integração nativa e automática com todas as áreas que geram fatos contábeis, objetos desta licitação que seja extinta a necessidade da redigitação, do retrabalho e da falta de segurança na garantia da qualidade da informação imputada no software informatizado de gestão administrativa;
 - Permitir a importação dos movimentos dos fundos, fundações ou autarquias que estejam em ambiente externo à rede, se necessário;
 - Possibilitar consultas no software, resguardando-se a segurança de forma que não exista a possibilidade de alterar o cadastro original;
 - Permitir executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado;
 - Permitir gerar arquivos para o sistema do Tribunal de Contas dos Município (TCM-GO), relativos aos atos administrativos, dados contábeis, dados financeiros, e dados do orçamento;
 - Permitir a geração de relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no software antes de gerar os arquivos para o Tribunal de Contas dos Município (TCM-GO);
 - Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício, mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado, possibilitando a atualização automática dos saldos contábeis no exercício já iniciado;
 - Possuir processo de encerramento mensal, que verifique eventuais divergências de saldos, e que após o encerramento não possibilite alterações em lançamentos contábeis já efetuados;
 - Gerar os arquivos conforme o MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais para a Secretaria da Receita da Previdência;
 - Gerar o arquivo conforme layout para importação de informações da DIRF;
 - Permitir a transferência automática dos saldos de balanço para o

	<p>exercício seguinte, no encerramento do exercício;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não permitir a exclusão ou cancelamento de lançamentos contábeis em meses já encerrados; <p>Disponibilizar rotina de inconsistência nos lançamentos contábeis</p>
4.	<p>O software de Planejamento Municipal deverá permitir a elaboração da proposta para o Plano Plurianual, para a Lei de Diretrizes Orçamentárias e para a Lei Orçamentária Anual, possibilitar a consolidação dos dados dos órgãos da Administração Direta e Indireta, e;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Permitir cadastro das orientações do governo para elaboração do plano plurianual; • Permitir configuração das assinaturas nos relatórios; • Permitir geração de arquivos para prestação de contas para o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) <ul style="list-style-type: none"> • Possuir cadastro de programas e ações integrado ao PPA; • Permitir integridade das informações entre LDO e LOA; • Cadastramento de Receitas com a respectiva legislação, adequado ao novo ementário estabelecido pela STN/SOF; • Gerar e emitir Demonstrativo de compatibilidade LOA x LDO conforme determinação da Lei 101 – LRF; • Manter histórico da elaboração do Projeto de lei em relação à Lei aprovada pelo Poder Legislativo; • Gerar e emitir validação do orçamento para cumprimento das obrigações constitucionais bem como o equilíbrio orçamentária por fonte de recurso; • Emitir anexos, nos moldes da Lei 4.320/64: Anexo 1 – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo Categorias Econômicas; Anexo 2 – Receita por Categoria Econômica; Anexo 2 – Natureza da Despesa por Categorias Econômicas; Anexo 5 – Funções e Subfunções de Governo; Anexo 6 – Programa de Trabalho do Governo; Anexo 7 – Programa de Trabalho do Governo (Consolidação); Anexo 8 – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme Vínculo; Anexo 9 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções – Demonstrativo da Evolução da Receita – Demonstrativo da Evolução da Despesa; • Possuir relatórios de comparação da receita e despesa com opção de agrupamento por fonte de recurso; • Possuir planilha de identificação das despesas, possibilitando a seleção por: Despesa, Órgão, Unidade e Programa; • Possuir relatórios gerenciais da previsão da receita, despesa e transferências financeiras; • Permitir cadastro da previsão da receita com informação da unidade orçamentária responsável pela arrecadação; • Permitir cadastro das despesas que compõe o orçamento, com identificação do localizador de gastos, contas da despesa fontes de recurso e valores;

- Permitir copiar dados de outras Leis Orçamentárias Anuais;
- Possuir cadastro de transferências financeiras entre todos os órgãos da Administração Direta e/ou Indireta, identificando o tipo da transferência (Concedida/Recebida);
- Possibilitar emissão de relatórios complementares, como: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, Demonstrativo das Receitas de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde e Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
- Possuir relatório para emissão do Projeto da Lei Orçamentária Anual.

- Possuir cadastro de programas e ações integrado ao PPA;
- Possibilitar cadastro das prioridades da LDO identificando o localizador de gasto, definindo as metas físicas e as metas financeiras com identificação da fonte de recurso;
- Não permitir a inclusão de prioridades que não estejam previstas no PPA;
- Manter histórico das alterações efetuadas na LDO;
- Registrar receita prevista para o exercício da LDO e para os dois exercícios seguintes;
- Possibilitar integridade das previsões definidas na LDO, seja receita ou despesa, com as previsões definidas no PPA;
- Possibilitar cadastro da previsão das transferências financeiras a fundos.

Plano Plurianual (PPA):

- Possibilitar definição de macro objetivos a serem utilizados nos programas do Plano Plurianual;
- Possibilitar cadastro de programas, com as seguintes informações: origem (novo, substituto ou continuação), tipo do Programa, macro objetivo, horizonte temporal e denominação;
- Possibilitar estabelecer vínculo do programa de governo com: indicadores e índices esperados, órgão e gerente responsável, público alvo;
 - Possibilitar o cadastro das ações para o atendimento dos programas, com as seguintes informações: tipo da ação (projeto/atividade/operações especiais), tipo do orçamento (fiscal/seguridade social/investimentos de estatais), unidade de medida, quando necessário, produto, quando necessário, título e finalidade;
 - Cadastrar metodologias de cálculo para serem utilizadas para obter a previsão do total a ser arrecadado, e as medidas a serem tomadas para realizar a arrecadação;
 - Cadastrar metodologias de cálculo para serem utilizadas para obter a previsão do total a ser gasto, e as medidas a serem tomadas para realizar o gasto;
 - Possibilitar distribuir as metas financeiras para os exercícios pertencentes ao Plano Plurianual;
 - Possibilitar acompanhamento da execução das metas físicas dos Planejamentos de Despesas;

	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar avaliação dos planejamentos de despesas e registrar as restrições que possam interferir na implantação do programa ou ação e também registrar providências a serem tomadas referentes a cada restrição; • Possuir relatórios de acompanhamento e comparação da execução financeira, avaliação do plano plurianual e comparativo das previsões do PPA, LDO e LOA; • Manter histórico das alterações efetuadas durante a vigência do plano plurianual; <p>Possibilitar cadastro da avaliação do plano plurianual, possibilitando avaliar a gestão do plano e seus macro objetivos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar avaliação periódica dos programas, identificando a situação atual do programa, tal como: Em andamento, concluído, paralisado; • Permitir emissão do projeto de lei do plano plurianual; • Possuir anexos e planilhas para envio ao Legislativo; • Possibilitar cópia dos dados de outros Planos Plurianuais. <p>SOBRE CONTAS PÚBLICAS (Tipo do recurso – Incisos do Art. 2º da IN-TCU nº 028/99 – DOU 10/05/99 e os anexos):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tributos Arrecadados – Inc. I – ANEXO I – Relação de tributos e contribuições arrecadados; • Recursos Repassados – Inc. II – ANEXO II – Relação de recursos repassados; • Transferências Constitucionais: • Transferências da União; • Valores entregues pela União – Inc. III; • Valores a serem entregues pela União – Inc. IV; • Coeficientes de rateio a serem observado pela União – Inc. V; • Transferências dos Estados – Inc. VI a VIII; • Orçamentos Anuais – Inc. IX e X – ANEXO III – Orçamento Anual; • Execução dos Orçamentos – Inc. XI e XII – ANEXO IV – Demonstrativo da Execução Orçamentária; • Balanços Orçamentários – Inc. XIII e XIV – ANEXO V – Balanço Orçamentário; • Demonstrativos de Receitas e Despesas – Inc. XV e XVI – ANEXO VI – Demonstrativo de Receitas e Despesas; • Contratos e seus Aditivos – Inc. XVII e XX – ANEXO VII – Resumo dos Instrumentos de Contratos e seus Aditivos; • Compras – Inc. XXI e XXIV – ANEXO VIII – Relação de todas as Compras Realizadas.
5.	<ul style="list-style-type: none"> • O software de Planejamento Municipal deverá permitir a elaboração da proposta para o Plano Plurianual, para a Lei de Diretrizes Orçamentárias e para a Lei Orçamentária Anual, possibilitar a consolidação dos dados dos órgãos da Administração Direta e Indireta, e; • Permitir cadastro das orientações do governo para elaboração do plano plurianual; • Permitir configuração das assinaturas nos relatórios; • Permitir geração de arquivos para prestação de contas para o Tribunal

de Contas dos Municípios (TCM-GO)

- Possuir cadastro de programas e ações integrado ao PPA;
- Permitir integridade das informações entre LDO e LOA;
- Cadastramento de Receitas com a respectiva legislação, adequado ao novo ementário estabelecido pela STN/SOF;
- Gerar e emitir Demonstrativo de compatibilidade LOA x LDO conforme determinação da Lei 101 – LRF;
- Manter histórico da elaboração do Projeto de lei em relação à Lei aprovada pelo Poder Legislativo;
- Gerar e emitir validação do orçamento para cumprimento das obrigações constitucionais bem como o equilíbrio orçamentária por fonte de recurso;
- Emitir anexos, nos moldes da Lei 4.320/64:
Anexo 1 – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo Categorias Econômicas; Anexo 2 – Receita por Categoria Econômica;
Anexo 2 – Natureza da Despesa por Categorias Econômicas; Anexo 5 – Funções e Subfunções de Governo;
Anexo 6 – Programa de Trabalho do Governo;
Anexo 7 – Programa de Trabalho do Governo (Consolidação);
Anexo 8 – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme Vínculo;
Anexo 9 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções – Demonstrativo da Evolução da Receita – Demonstrativo da Evolução da Despesa;
- Possuir relatórios de comparação da receita e despesa com opção de agrupamento por fonte de recurso;
- Possuir planilha de identificação das despesas, possibilitando a seleção por: Despesa, Órgão, Unidade e Programa;
- Possuir relatórios gerenciais da previsão da receita, despesa e transferências financeiras;
- Permitir cadastro da previsão da receita com informação da unidade orçamentária responsável pela arrecadação;
- Permitir cadastro das despesas que compõe o orçamento, com identificação do localizador de gastos, contas da despesa fontes de recurso e valores;
- Permitir copiar dados de outras Leis Orçamentárias Anuais;
- Possuir cadastro de transferências financeiras entre todos os órgãos da Administração Direta e/ou Indireta, identificando o tipo da transferência (Concedida/Recebida);
- Possibilitar emissão de relatórios complementares, como: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, Demonstrativo das Receitas de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde e Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
- Possuir relatório para emissão do Projeto da Lei Orçamentária Anual.
- Possuir cadastro de programas e ações integrado ao PPA;
- Possibilitar cadastro das prioridades da LDO identificando o localizador de gasto, definindo as metas físicas e as metas financeiras com identificação da fonte de recurso;

- Não permitir a inclusão de prioridades que não estejam previstas no PPA;
- Manter histórico das alterações efetuadas na LDO;
- Registrar receita prevista para o exercício da LDO e para os dois exercícios seguintes;
- Possibilitar integridade das previsões definidas na LDO, seja receita ou despesa, com as previsões definidas no PPA;
- Possibilitar cadastro da previsão das transferências financeiras a fundos.

Plano Plurianual (PPA):

- Possibilitar definição de macro objetivos a serem utilizados nos programas do Plano Plurianual;
- Possibilitar cadastro de programas, com as seguintes informações: origem (novo, substituto ou continuação), tipo do Programa, macro objetivo, horizonte temporal e denominação;
- Possibilitar estabelecer vínculo do programa de governo com: indicadores e índices esperados, órgão e gerente responsável, público alvo;
 - Possibilitar o cadastro das ações para o atendimento dos programas, com as seguintes informações: tipo da ação (projeto/atividade/operações especiais), tipo do orçamento (fiscal/seguridade social/investimentos de estatais), unidade de medida, quando necessário, produto, quando necessário, título e finalidade;
 - Cadastrar metodologias de cálculo para serem utilizadas para obter a previsão do total a ser arrecadado, e as medidas a serem tomadas para realizar a arrecadação;
 - Cadastrar metodologias de cálculo para serem utilizadas para obter a previsão do total a ser gasto, e as medidas a serem tomadas para realizar o gasto;
 - Possibilitar distribuir as metas financeiras para os exercícios pertencentes ao Plano Plurianual;
 - Possibilitar acompanhamento da execução das metas físicas dos Planejamentos de Despesas;
 - Possibilitar avaliação dos planejamentos de despesas e registrar as restrições que possam interferir na implantação do programa ou ação e também registrar providências a serem tomadas referentes a cada restrição;
 - Possuir relatórios de acompanhamento e comparação da execução financeira, avaliação do plano plurianual e comparativo das previsões do PPA, LDO e LOA;
 - Manter histórico das alterações efetuadas durante a vigência do plano plurianual;
- Possibilitar cadastro da avaliação do plano plurianual, possibilitando avaliar a gestão do plano e seus macro objetivos;
- Realizar avaliação periódica dos programas, identificando a situação atual do programa, tal como: Em andamento, concluído, paralisado;
 - Permitir emissão do projeto de lei do plano plurianual;

	<ul style="list-style-type: none">• Possuir anexos e planilhas para envio ao Legislativo;• Possibilitar cópia dos dados de outros Planos Plurianuais. <p>SOBRE CONTAS PÚBLICAS (Tipo do recurso – Incisos do Art. 2º da IN-TCU nº 028/99 – DOU 10/05/99 e os anexos):</p> <ul style="list-style-type: none">• Tributos Arrecadados – Inc. I – ANEXO I – Relação de tributos e contribuições arrecadados;• Recursos Repassados – Inc. II – ANEXO II – Relação de recursos repassados;• Transferências Constitucionais:• Transferências da União;• Valores entregues pela União – Inc. III;• Valores a serem entregues pela União – Inc. IV;• Coeficientes de rateio a serem observado pela União – Inc. V;• Transferências dos Estados – Inc. VI a VIII;• Orçamentos Anuais – Inc. IX e X – ANEXO III – Orçamento Anual;• Execução dos Orçamentos – Inc. XI e XII – ANEXO IV – Demonstrativo da Execução Orçamentária;• Balanços Orçamentários – Inc. XIII e XIV – ANEXO V – Balanço Orçamentário;• Demonstrativos de Receitas e Despesas – Inc. XV e XVI – ANEXO VI – Demonstrativo de Receitas e Despesas;• Contratos e seus Aditivos – Inc. XVII e XX – ANEXO VII – Resumo dos Instrumentos de Contratos e seus Aditivos;• Compras – Inc. XXI e XXIV – ANEXO VIII – Relação de todas as Compras Realizadas.
6.	<p>Trâmite de todo o processo em ambiente digital sem a necessidade do trâmite de papéis;</p> <p>Possibilitar a configuração de roteiro interno de cumprimento automático para cada assunto;</p> <p>Gerenciamento do trâmite com base em avisos, telas de consulta e relatórios, para total controle sobre os processos;</p> <p>Emitir guia para pagamento de taxas e tarifas, em padrão bancário;</p> <p>Informar documentos obrigatórios para cada assunto, facilitando o atendimento;</p> <p>Oferecer emissão de relatórios diversos, além de relatórios de gerenciamento por Repartição, Pendências e/ou Produtividade;</p> <p>Fazer o controle de acesso (usuário e senha) possibilitando e garantindo a segurança dos dados da entidade;</p> <p>Controlar as fases do processo, desde o registro até o arquivamento, passando por todos os trâmites necessários, de acordo com as permissões de acesso dos usuários cadastrados;</p> <p>Possibilitar que cada departamento registre ou consulte os processos sob sua responsabilidade, observando as permissões de acesso dos usuários;</p> <p>Permitir cadastramento de diversos pareceres;</p> <p>Controlar a juntada de processos por apensação, anexação;</p>

	<p>Anexar e controlar arquivos digitais dos processos; Enviar e receber, de maneira digital e on-line, os processos, verificando as permissões de acesso dos usuários; Enviar notificações avisando quando o usuário ou a repartição recebe novos processos; Permitir a movimentação do processo por repartição e/ou por usuário; Permitir a movimentação após o processo estar arquivado entre as localizações físicas; Emitir relatórios de nível operacional a partir das consultas; Emitir relatórios a partir de diversas opções de filtro; Emitir estatísticas por pendências e permanências de processo em cada repartição; Emitir relatório de produtividade por repartição; Emitir, através de filtros, etiquetas com informações do processo; Emitir resumo mensal e anual por assunto dos processos; Permitir a utilização configurada da assinatura digital nos trâmites de abertura, movimentação e encerramento; Permitir receber os processos coletivamente, não necessitando receber um a um; Permitir através de uma rotina, movimentar vários processos de uma única vez; Permitir através de uma rotina, arquivar vários processos de uma única vez; Na abertura do processo o sistema deve permitir especificar se o mesmo é de Atendimento ao público, ou somente um Processo Interno da Prefeitura; Permitir ao usuário definir no momento da abertura, se o processo é ou não sigiloso, sendo, somente a repartição de origem e destino poderão visualizar suas informações; No momento da abertura do processo, a partir de configuração, deve ser disponibilizada a consulta de débitos do requerente; Oferecer, a partir de configuração, consulta de processos e débitos do requerente no momento da abertura do processo; O código/número do processo poderá ser automático; Permitir no momento da abertura do processo relacionar Requerentes Adicionais; Texto de abertura e das movimentações do processo não deve ter limite de caracteres; Permitir que o gestor do sistema visualize em uma tela todos os processos, independente da repartição que o esteja gerindo; Permitir ao requerente acompanhar sua solicitação</p>
7.	<ol style="list-style-type: none"> i. Registrar os processos licitatórios, identificando número do processo, objeto, requisições de compra, modalidade de licitação e datas do processo; ii. Registrar a Interposição de Recurso, Anulação e Revogação do Processo, transferindo ou não para o próximo colocado; iii. Permitir a elaboração do cronograma de licitações; iv. Possuir rotina que possibilite que a proposta comercial seja preenchida pelo próprio fornecedor, em suas dependências e, posteriormente, enviada em meio digital para importação no sistema, sem necessidade de redigitação; v. Integrar com a Execução Orçamentária para gerar o bloqueio e/ou desbloqueio dos valores previstos;

	<ul style="list-style-type: none">vi. Possibilitar o acompanhamento dos processos licitatórios, envolvendo todas as etapas desde a preparação até a execução, através de gerenciador;vii. Permitir controlar registro de preços, alterando quantidade e fornecedores, quando for necessário;viii. Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela legislação (Lei 10.520/2002);ix. Permitir efetuar lances por item e lote para a modalidade pregão presencial, com opção de desistência do lance;x. Possibilitar o julgamento das propostas em relação à microempresa, empresa de pequeno porte e empresa de médio porte de acordo com os critérios da Lei Complementar 123/2006;xi. Possibilitar a geração do processo licitatório através da definição da Minuta de Edital;xii. Propiciar importação e exportação de informações com outro software de pregão eletrônico;xiii. Permitir gerar um processo administrativo ou de compra a partir da coleta de preços, tendo como base para o valor máximo do item do processo, o preço médio ou menor preço cotado para o item na coleta de preços;xiv. Sugerir o número da licitação sequencial, ou por modalidade e permitindo numeração manual;xv. Possibilitar a informação das datas dos vencimentos da compra direta para geração dos empenhos com suas parcelas;xvi. Possibilitar na modalidade de credenciamento de Fornecedores para definição de cotas em licitações do tipo inexigibilidade;xvii. Possibilitar a visualização dos lances na tela;xviii. Permitir o cadastramento de comissões: permanente, especial, pregoeiros e leiloeiros, informando as portarias ou decretos que as designaram, com suas respectivas datas de designação e expiração, permitindo informar também os seus membros e funções designadas;xix. Na tela de cadastro da licitação, ter possibilidade de acompanhamento do processo e configuração de visualização dos dados cadastrados;xx. Agrupar várias requisições de compras dos diversos setores para atendimento em um único processo;xxi. Gerar entrada do material no almoxarifado no momento da liquidação da ordem de compra;xxii. Controlar o recebimento parcial da ordem de compra, visualizando o saldo pendente a ser entregue.xxiii. Permitir alterar a data de emissão das autorizações de fornecimento;xxiv. Controlar as solicitações de compra por centro de custo, não permitindo que outros usuários acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes ao seu centro de custo;xxv. Possibilitar o controle das solicitações de compra pendentes, liberadas e reprovadas;xxvi. Propiciar a apropriação/classificação dos itens por centro de custo e por dotação;xxvii. Registrar e controlar os contratos, seus aditivos e reajuste, bem como gerar ordem de compra do mesmo;
--	--

<p>xxviii. Registrar a rescisão do contrato ou aditivo, informando: motivo, data do termo e da publicação, valor da multa e indenização, fundamento legal e imprensa oficial, e se for o caso passar o saldo para o segundo colocado;</p> <p>xxix. Possuir identificação dos contratos do tipo acréscimo, diminuição, equilíbrio, rescisão ou outros, e ainda, possibilitar a visualização do tipo de alteração (bilateral ou unilateral);</p> <p>xxx. Possuir cronograma de pagamentos dos contratos, possibilitando controlar a situação (pago, vencido ou a vencer);</p> <p>xxxi. Possuir cronograma de entrega dos itens dos contratos, controlando também a situação (entregue, vencido a vencer);</p> <p>xxxii. Permitir registrar a suspensão ou rescisão de contrato, controlando a data limite da situação de inabilitado;</p> <p>xxxiii. Permite a definição de fiscais para fiscalizar a execução do contrato na sua íntegra;</p> <p>xxxiv. Demonstração de lançamentos contábeis do contrato;</p> <p>xxxv. Gerenciar contratos, por módulo específico, com a possibilidade de gerar ordem de compra;</p> <p>xxxvi. No gerenciamento do contrato, possibilitar a consulta e impressão de relatórios;</p> <p>xxxvii. Permitir controlar toda compra efetuada, proveniente ou não das licitações, acompanhando o processo desde a solicitação até a entrega do bem ao seu destino;</p> <p>xxxviii. Permitir a emissão da autorização de compra ou serviços;</p> <p>xxxix. Controlar as quantidades entregues, parcialmente pelo fornecedor, possibilitando a emissão de relatório de forma resumida e detalhada, contendo as quantidades, os valores e o saldo pendente;</p> <p>xl. Permitir a emissão da autorização de compra ou serviços por centro de custo, ordinária ou global;</p> <p>xli. Possibilitar o parcelamento de uma ordem de compra Global;</p> <p>xlii. Permitir o estorno da ordem de compra tendo como base o empenho do material;</p> <p>xliii. Possibilidade de alterar dados da ordem de compra;</p> <p>xliv. Permitir fazer retenção na ordem de compra;</p> <p>xlv. Permitir desconto na ordem de compra;</p> <p>xlvi. Permitir o Cadastramento das comissões julgadoras: especial, permanente, servidores e leiloeiros, informando o ato e data de designação e seu término;</p> <p>xlvii. Permitir registro de fornecedores, com emissão do Certificado de Registro Cadastral, controlando a sequência do certificado, visualizando todos os dados cadastrais, o ramo de atividade e a documentação apresentada;</p> <p>xlviii. Registrar no cadastro de fornecedores a suspensão do direito de participar de licitações;</p> <p>xlix. Controlar a validade dos documentos do fornecedor, com emissão de relatório por fornecedor contendo a relação dos documentos vencidos e a vencer;</p> <p>I. Permitir o cadastramento e o controle da data de validade das certidões negativas e outros documentos dos fornecedores;</p> <p>li. Possibilitar o cadastro do responsável legal do fornecedor;</p>

<ul style="list-style-type: none">lii. No cadastramento do material ou serviço, o código deve ser atribuído automaticamente, em série crescente e consecutiva, mantendo a organização de grupo, classe e item sequencial;liii. Possibilitar no cadastro do material, já consultar o último valor pago e nome do fornecedor;liv. Possuir, no cadastro de materiais, identificação de materiais perecíveis, estocáveis, de consumo ou permanentes, contendo um campo para a descrição sucinta e detalhada, possibilitando organizar os materiais informando a que grupo e classe o material pertence;lv. Possibilitar controlar os gastos por unidade orçamentária através de limites mensais pré-estabelecidos;lvi. Permitir o controle das despesas realizadas e a realizar, de mesma natureza, com dispensa de licitação para que não ultrapasse os limites legais;lvii. Possibilitar o cadastramento das publicações;lviii. Possibilitar o cadastramento das Comissões de Pregoeiro;lix. Possibilidade de configuração específica de layouts de relatórios;lx. Permitir consulta aos preços de materiais ou por fornecedores, mostrando os últimos valores praticados anteriormente;lxi. Consultar as requisições ou autorizações pendentes;lxii. Possibilidade de, na consulta da ordem, emitir um extrato de movimentação;lxiii. Possibilitar a consulta do processo mostrando lances, requisições, vencedores, quadro de resultados, itens do processo, participantes, dotações utilizadas, ordens de compras emitidas e dados sobre a homologação;lxiv. Permitir pesquisar preço para estimativa de valores pra novas compras;lxv. Consultar as requisições de compra, informando em que fase do processo ela se encontra;lxvi. Permitir consultas por fornecedor nos Quadros Comparativos de Preços;lxvii. Permitir criar modelos de editais ou contratos, para que o usuário possa escolher o modelo necessário;lxviii. Emitir relatório de licitações informando todos os dados do processo, desde a abertura até a conclusão;lxix. Permitir criar modelos personalizados de autorização de compras;lxx. Emitir todos os relatórios necessários e exigidos por Lei;lxxi. Emissão de relatório gerencial do fornecedor, mostrando toda a movimentação no exercício, consolidado e por processo;lxxii. Criar modelos de editais e de contratos e manter armazenados no banco de dados, trazendo automaticamente as informações do processo ou contrato;lxxiii. Emitir relatórios para controle de vencimento dos contratos, autorizações de fornecimento e termos aditivos de Contratos;lxxiv. Emitir a Ata do Pregão Presencial e o histórico com os lances;lxxv. Emitir Atas, Aviso de Licitação, Termo de Homologação e Adjudicação, Parecer Contábil e Jurídico, Mapa Comparativo de Preços;lxxvi. Emitir etiquetas e malas diretas para fornecedores;lxxvii. Possuir listagens de grupo, classes, itens de classificação de materiais: permanentes, de consumo, perecíveis, estocáveis, e tipos de serviços;

	<p>lxxviii. Permitir gerar a relação mensal de todas as compras feitas, para envio ao TCU, exigida no inciso VI, do Art. 1º da Lei 9755/98;</p> <p>lxxix. Permitir a integração com sistema de contabilidade, no que se refere ao bloqueio do valor da despesa previsto no processo licitatório;</p> <p>lxxx. Possibilitar a geração de arquivos para os Tribunais de Contas de acordo com o layout;</p> <p>lxxxii. Permitir verificar consulta on-line de débitos de contribuintes na emissão de ordem de compra ou geração de processo licitatório;</p> <p>lxxxiii. Possibilitar integração com o sistema tributário para informar os débitos, quando informar o contribuinte para participar do processo licitatório ou compra direta;</p> <p>lxxxiv. Permitir a parametrização do código para cadastro de materiais, de forma sequencial ou por máscara com grupo, classe e item;</p> <p>lxxxv. Permitir que um item em uma compra seja desdobrado em várias dotações sem que seja necessário a criação de um novo item, de modo que o número do item na compra corresponda ao mesmo item do edital;</p> <p>lxxxvi. Permitir configurar o sistema para utilizar retenção no Quadro Comparativo de Preços;</p> <p>lxxxvii. Permitir consulta de ordem de fornecimento por empresa;</p> <p>lxxxviii. Permitir consulta de um item específico nos processos licitatórios;</p> <p>lxxxix. Possibilitar a geração de relatório de vencedores de itens por empresa;</p> <p>lxxxix. Permitir o lançamento de outras modalidades de aquisição nas quais não há participantes, tais como dispensa de licitação e inexigibilidade;</p> <p>xc. Permitir realizar termo aditivo para registro de preços que não geram contratos;</p> <p>xcii. Permitir lançamento de processos utilizando o critério de maior desconto;</p> <p>xcii. Permitir a geração do edital a partir do sistema.</p> <p>Permitir a importação de preços iniciais</p>
8.	<p>i. Permitir cadastrar um produto relacionando-o com sua unidade de medida (un., peça, lt., kg., etc.);</p> <p>ii. Permitir cadastrar no almoxarifado seus diversos depósitos;</p> <p>iii. Permitir administrar no software o nome do responsável por cada depósito;</p> <p>iv. Definir privilégio de acesso dos usuários aos Depósitos, restringindo assim a movimentação dos mesmos;</p> <p>v. Permitir que em cada Depósito possa ser cadastrado suas diversas salas, estantes e prateleiras;</p> <p>vi. Possibilitar a definição da localização de cada produto, considerando as salas, estantes e prateleiras dos depósitos em que se encontram os produtos;</p> <p>vii. Permitir identificar os Depósitos que determinado setor tem acesso;</p> <p>viii. Possibilitar a visualização de toda a movimentação realizada em determinado material (entradas, saídas, transferências, inventários, etc.);</p> <p>ix. Permitir consultas ao cadastro de materiais por código, descrição, materiais em estoque e outros;</p> <p>x. Controlar o estoque mínimo, máximo e ideal dos materiais;</p>

- xi. Possibilitar o acesso às mesmas informações do sistema de compras e outros, evitando o cadastro de centro de custos, materiais, fornecedores, unidades de medida, etc.;
- xii. Permitir consultar a primeira data, a última e o total de aquisições de determinado fornecedor;
- xiii. Permitir consultar o preço da última entrada e preço médio de determinado material, para estimativa de custo;
- xiv. Possibilitar definir os grupos de materiais (Consumo, permanente, perecível, etc.);
- xv. Gerenciar os saldos físicos e financeiros do estoque, tornando possível seu controle exato;
- xvi. Permitir que cada setor cadastre e visualize sua requisição de materiais;
- xvii. Permitir que durante a requisição de materiais, o setor somente visualize e selecione os materiais em estoque nos Depósitos;
- xviii. Permitir a anulação, total ou parcial, da requisição de materiais;
- xix. Possibilitar realizar requisição ao setor de Compras, de materiais a serem adquiridos;
- xx. Permitir, através da Requisição ao setor de Compras, verificar as quantidades que já entraram no Almojarifado;
- xxi. Possibilitar realizar uma Requisição ao setor de Compras através de uma requisição de materiais, realizada ao almoxarifado, evitando assim a redigitação dos dados;
- xxii. Possibilitar imprimir a guia de Requisição de Materiais;
- xxiii. Registrar o recebimento de materiais (parcial ou total), com base nas Requisições, ao setor de Compras;
- xxiv. Permitir, durante o recebimento de materiais, informar a Ordem de Compra referente à entrada, evitando assim que informações como Fornecedor e Valor Unitário de cada produto tenham que ser informados;
- xxv. Emitir guia de entrada de materiais, mostrando inclusive a localização de onde o produto deve ser armazenado;
- xxvi. Possibilitar, durante a entrada de materiais, além do registro da data de validade, data de fabricação e lote;
- xxvii. Possibilitar realizar a saída de materiais automaticamente, durante a entrada destes;
- xxviii. Permitir a consulta da entrada e saída de materiais por centro de custo;
- xxix. Registrar a saída (parcial ou total) de produtos a partir de uma Requisição de Materiais;
- xxx. Permitir anular automaticamente durante a saída de uma Requisição de Materiais as quantidades que eventualmente não forem atendidas;
- xxxi. Permitir realizar a saída total de uma Requisição de Materiais, informando pelo menos o Depósito de onde os materiais devem ser retirados;
- xxxii. Realizar a saída com base na Data de Fabricação, Lote e Validade dos materiais (quando existir);
- xxxiii. Controlar a saída de materiais pelo preço médio, conforme artigo 106, inciso III da lei 4.320/64;
- xxxiv. Emitir guia de remessa de materiais, mostrando inclusive a localização

	<p>de onde o produto deve ser retirado;</p> <p>xxxv. Permitir registrar a devolução de materiais, ajustando os saldos físicos e financeiros do mesmo e emitir uma guia de devolução de materiais, devidamente preenchida para ser assinada pelo responsável do depósito;</p> <p>xxxvi. Permitir realizar a transferência de materiais entre depósitos, emitindo uma guia contendo, além dos materiais transferidos, pelo menos a assinatura dos responsáveis pelos depósitos;</p> <p>xxxvii. Possibilitar o cadastro de comissões aptas a realizar o inventário de materiais do Almojarifado;</p> <p>xxxviii. Permitir cadastrar um período de vigência da comissão de inventário, sendo que a mesma não poderá realizar inventário fora do período de vigência;</p> <p>xxxix. Permitir relacionar os depósitos em que a comissão poderá realizar inventários;</p> <p>xl. Permitir relacionar os integrantes que irão compor a comissão de inventário;</p> <p>xli. Possibilitar que os inventários sejam realizados com base em Requisições;</p> <p>xlii. Permitir que somente os integrantes da comissão possam realizar o inventário;</p> <p>xliii. Permitir autorizar ou não uma requisição para realização de inventário;</p> <p>xliv. Permitir a realização de inventários em depósitos ou em determinados materiais;</p> <p>xlv. Bloquear a movimentação do depósito (ou produto) durante a realização do inventário;</p> <p>xlvi. Emitir guia para realização de inventário, onde os valores possam ser atualizados em planilha para posterior inserção no sistema;</p> <p>xlvii. Emitir balancete do estoque, mostrando os movimentos de entrada, saída e saldo atual, inclusive por período;</p> <p>xlviii. Emitir relatório de entrada de materiais por fornecedores;</p> <p>xliv. Possibilitar a emissão de relatórios de movimentação (entrada, saída, transferência) por produto, centro de custo, grupo de material, depósito, etc.;</p> <p>I. Emitir relatório de movimentação dos materiais em um determinado período;</p> <p>li. Emitir relatório de materiais ociosos (sem movimentação) em determinado período;</p> <p>lii. Emitir etiquetas de prateleiras para identificação dos materiais em estoque;</p> <p>liii. Emitir relatório de inventário por grupo de material e geral, evidenciando as alterações no estoque;</p> <p>liv. Emitir relatório contendo saldo anterior, entradas, saídas e saldo para o mês seguinte, mostrando valores individuais por grupo de material;</p> <p>lv. Emitir relatório de produtos vencidos e a vencer;</p> <p>lvi. Emitir relatórios de produtos em excesso, em baixa e em pontos de ressuprimento;</p> <p>lvii. Emitir relatório de saldo físico do estoque, por produto, depósito, e</p>
--	---

	<p>grupo de material;</p> <p>Iviii. Emitir relatório de saldo financeiro do estoque;</p> <p>Permitir que os relatórios possam ser gravados em arquivo para posterior impressão ou consulta.</p>
9.	<p>Gerenciar e controlar gastos referentes à frota de veículos, máquinas e equipamentos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gerenciar as manutenções realizadas no veículo, revisões, lubrificações, trocas de óleo e de pneu e et, em dependências próprias ou de terceiros; • Permitir o lançamento automático de custos através de eventos geradores de custos, os quais devem poder ser criados pelo próprio usuário; • Permitir controlar o consumo de combustível e média por veículo, emitindo relatório com o status de consumo: alto, normal, baixo; • Permitir o lançamento da despesa a partir da autorização de serviço; • Registrar toda a utilização dos veículos, incluindo o motorista, o setor requisitante, o tempo de utilização e a distância percorrida; • Alertar o usuário se o motorista estiver com a CNH vencida; • Manter integração com o cadastro de bens patrimoniais de forma a não duplicar dados relativos aos veículos, máquinas e equipamentos considerados como integrantes do patrimônio. Alterações efetuadas no cadastro patrimonial deverão refletir imediatamente nos dados destes; • Permitir o controle das obrigações dos veículos, como IPVA, seguros e licenciamento; • Possibilitar o controle de multas com identificação do motorista infrator; • Controlar o deslocamento dos veículos registrando data e hora de partida e chegada e a quilometragem percorrida, com emissão de planilhas para preenchimento e acompanhamento; • Permitir o agendamento de viagens, serviços e consertos para cada veículo da frota; • Possibilitar o controle das rotas fixas para de cada veículo; • Permitir ao próprio fornecedor lançar as despesas do veículo, através do sistema on-line; • Permitir o cadastramento das autorizações que precisam ser emitidas para serviços ou abastecimento; • Visualizar a consulta de todo o histórico do veículo em apenas uma tela; • Possibilitar consultas com indicadores e avisos para as manutenções e taxas (IPVA, Licenciamento, Seguro Obrigatório, Seguro Facultativo); • Possibilitar a emissão de ordens de abastecimento para preenchimento manual, ou por uma ordem já cadastrada no sistema; • Permitir efetuar lançamento de despesas pela Ordem de Compra; • Permitir o cadastro e a consulta de ocorrências por veículo, informando os dados do funcionário envolvido; • Oferecer à guarita da garagem, a possibilidade de registrar as entradas e saídas dos veículos; • Permitir o controle do seguro facultativo do veículo; • Emitir relatórios de despesas por diversos agrupamentos: Repartição, Período, Veículo e Fornecedor; • Emitir relatórios de nível operacional de todas as consultas do sistema,

inclusive das Manutenções Previstas;

- Permitir controlar os veículos por Hodômetro e Horímetro;
 - Permitir configurar o lançamento de máquinas, com campos diferenciados, sendo obrigatórios ou não, conforme a necessidade do maquinário;
 - Possibilitar trabalhar com privilégio de visualização de veículos por repartição, onde o usuário logado poderá somente dar manutenção nos veículos da sua repartição;
 - Permitir o cadastro dos postos de combustível credenciados para fornecimento e seu acesso ao sistema de modo na ocasião do abastecimento o atendente do posto possa consultar o saldo disponível para aquele veículo e lançar o abastecimento no sistema, com pelo menos as seguintes informações: identificação do veículo, combustível, hodômetro atual, condutor, data e hora;
 - Solicitar, no momento do abastecimento, a senha do condutor;
 - Gerenciar e controlar gastos referentes ao combustível da frota de veículos, máquinas e equipamentos;
 - Permitir o controle de saldos de combustível por dotação orçamentária e por empenho;
 - Cadastro de Oficinas de manutenção, permitindo que esses prestadores de serviços efetuem o lançamento dos serviços prestados;
 - Gerenciar a manutenção dos veículos com data de entrada e de saída, oficina, hodômetro, condutor/responsável, serviços efetuados (especificação, valor unitário e valor total), peças substituídas (especificação, valor unitário e valor total), garantia de cada item;
 - Gerenciar troca de óleo dos veículos, emitindo alertas próximos a uma nova troca;
 - Gerenciar o rodízio e troca de pneus dos veículos, emitindo alertas próximos a novas trocas;
 - Permitir o controle do abastecimento e do estoque de combustível mantido em tanques próprios;
 - Cadastro de Veículos contendo todas as informações necessárias como: Número do chassi, Renavam, placa, média de quilometragem, tipo do veículo, e tipo do combustível;
 - Cadastro de Condutores com os seguintes dados: Nome, CPF, matrícula, número da CNH, categoria e vencimento da CNH e senha para abastecimento;
 - Controle da movimentação dos veículos, possibilidade de controlar a quilometragem e horas trabalhadas, destino das viagens e tarefas executadas;
 - Permitir a inclusão manual de abastecimentos efetuados em postos de combustíveis não credenciados (quando em viagem a outros municípios) de modo a controlar a quilometragem;
 - Controle do consumo de combustíveis dos veículos, emitindo alertas quando o consumo tiver alguma variação significativa em relação à média;
 - Emitir relatórios de Gastos dos veículos, classificando por órgão, unidade, local, data, tipo de gasto, tipo de item;
 - Disponibilizar relação de custos por veículos, bloqueando o abastecimento caso o veículo ultrapasse a cota;
- Permitir acesso imediato da Administração ao lançamento de abastecimento.

10.	<ol style="list-style-type: none">i. Cadastrar bens móveis e imóveis da instituição, com a identificação do bem se adquirido, recebido em doação, comodato, permuta e outras incorporações configuráveis;ii. Visualizar, no cadastro, a situação do bem (ativo, baixado, etc.) além do estado de conservação (bom, ótimo, regular);iii. Possuir rotinas de reavaliação e depreciação por valor e porcentagem, possuindo a opção de estorno para as mesmas;iv. Controlar os bens segurados, registrando apólices e seguradoras através das configurações do sistema;v. Possibilitar o controle da situação e do estado do bem patrimonial através do registro das vistorias realizadas;vi. Registrar todo tipo de movimentação ocorrida com um bem patrimonial do tipo: transferência, alteração, baixa, variação contábil e outros;vii. Permitir a consulta do histórico de cada bem patrimonial, permitindo a visualização de todas as movimentações, vistorias, fotos, itens, etc.;viii. Possibilitar a alimentação do sistema com as informações das vistorias dos bens patrimoniais, informando seu estado e localização atual (no momento da vistoria);ix. Permite a impressão e registro do Termo de Responsabilidade para bens patrimoniais, individuais, setoriais ou por responsável;x. Possibilitar o controle e a manutenção de todos os bens que compõem o patrimônio do Órgão, permitindo de maneira rápida seu cadastramento, classificação, movimentação, localização e baixa;xi. Permitir registrar a depreciação e a reavaliação dos bens individualmente ou em grupo;xii. Permitir controlar todo o patrimônio por unidade gestora;xiii. Possibilitar a emissão de relatórios por situação, repartição, classe, localização e data de aquisição;xiv. Permitir o controle da situação em que o bem se encontra com relação ao seu estado: empréstimo, conserto ou locação;xv. Permitir a inclusão de motivos de baixa do bem sempre que necessário;xvi. Permitir configurar no cadastro de bens campos personalizados, de forma que o usuário possa modelar o cadastro de acordo com as necessidades do Órgão;xvii. Permitir cadastro de conversão de moedas, para cadastrar bens adquiridos em outras épocas convertendo automaticamente para o valor atual ao cadastrá-los;xviii. As consultas devem permitir a impressão de relatórios operacionais a partir dos dados fornecidos pelo usuário;xix. Efetua Atualizações de Vistoria através de escolhas em grupos dinâmicos (repartição, responsável, conta contábil, ramo, sub-ramo);xx. Permitir o recebimento de bens em grande quantidade a partir dos grupos dinâmicos;xxi. Emitir Relatórios de Inconsistência no momento que o bem está com status vistoriando, desde que não esteja em seu lugar cadastrado no sistema;xxii. Emitir relatórios dos bens em inventário, com termo de abertura e encerramento;
-----	---

	<p>xxiii. Possuir emissão de etiquetas com número de identificação do bem em código de barras;</p> <p>xxiv. Permitir a comunicação com o leitor do código de barras via software durante as consultas;</p> <p>xxv. Ter integração com o sistema de Contabilidade Pública;</p> <p>xxvi. Permitir através da rotina de vistoria de bens, a transferência automática do bem quando o mesmo está alocado fisicamente em departamento incorreto;</p> <p>xxvii. Permitir consultar e vincular ao cadastro de bens o número do empenho e da ordem de compra;</p> <p>xxviii. Permitir no cadastro de bens, informar o processo licitatório/ano no qual o bem foi adquirido;</p> <p>xxix. Permitir a consulta aos bens por diversos critérios como código de identificação, localização, responsável, código do produto, etc.;</p> <p>Permitir o cadastramento de diversos Tipos de bens além do Móvel e do Imóvel para ser usado no cadastramento dos mesmos</p>
11.	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir interface 100% Web, para visualização, e para todas as funcionalidades previstas, sem a necessidade de execução de Applets, plug-ins ou outros softwares instalados nos equipamentos dos usuários; • Ser disponibilizada dentro do site oficial do Ente, para acesso irrestrito dos cidadãos; • Realizar buscas e filtros nas áreas de atuação e trazer em tela as consultas dinâmicas; • Dispor de capacidade de impressão de todas as informações visíveis pelo usuário nas visões de transparência; • Permitir a exportação dos dados em formato de Planilha Eletrônica, após a aplicação de filtros e ao chegar ao resultado desejado dentro de cada cenário; • Dispor de capacidade de utilização de recursos de “clusterização” oferecidos pelo sistema operacional; • Ser compatível com ambientes virtualizados; • Apresentar para cada assunto, a data de seu último movimento contábil/financeiro; • O Portal deve conter o conceito de CENÁRIOS, onde cada assunto dentro da página principal deve ser configurado e apresentando através de ÍCONES e TÍTULOS que identificam as possibilidades de acesso a Transparência Ativa do Portal; • Permitir que todos os gráficos servem de filtro para detalhamento das informações (drill down), dentro dos CENÁRIOS tornando-o dinâmico; • Permitir que a aplicação dos filtros nos gráficos deva automaticamente refletir nos outros gráficos contidos nas telas, e suas ações refletir até o último nível de detalhamento; • Centralizar, desde os gráficos até os níveis de detalhamento (grid) utilizando o conceito de drill down, cada área de atuação contemplada no edital, não permitindo que as informações estejam espalhadas no site, fazendo que o usuário quando entre no CENÁRIO, tenha ali contida todas as informações pertinentes ao assunto em questão, não permitindo que sejam abertos outros BROWSERS/Abas, e que fiquem espalhadas as informações;

- Dentro dos CENÁRIOS, em que haja possibilidade de filtro, permitir multiescolha dos filtros disponíveis;
- Os CENÁRIOS que busquem informações de Banco de Dados e que, portanto, sejam dinâmicos, deverão ter possibilidade de contemplar quando necessário: FILTROS, GRÁFICOS, GRIDS;

Transparência Ativa

- Todas as informações relativas à Transparência Ativa, serão denominados cenários e serão apresentadas na página PRINCIPAL do Portal de Transparência, representadas por ÍCONES e Nomenclaturas que esclareçam a população as informações;
- Deverá dispor de Cenário de Despesas do Exercício contendo opções de filtro: Ano, Mês inicial e Mês final, Credor, Secretária/Diretoria. Com base nas pesquisas selecionadas o portal deve apresentar ainda na mesma tela: Gráfico apresentando o valor total empenhado, liquidado e pago por Natureza de despesa; GRID com o detalhamento do empenho em atendimento a lei 131/2009, bem como o Decreto Federal de regulamentação que estabelece informações mínimas a serem disponibilizadas. Para cada Empenho apresentar as liquidações e os pagamentos efetuados;
- Deverá dispor de cenário de Despesas relativas ao Terceiro Setor com opções de filtro por Ano, Mês inicial, Mês final e opção do resultado ser apresentado por Empenho, Liquidação ou Pagamento e possibilidade de verificar informações do ano atual ou de exercícios anteriores através de filtro. Com base nas pesquisas selecionadas o portal deverá apresentar ainda na mesma tela: GRID com o detalhamento do empenho em atendimento a lei 131/2009, bem como o Decreto Federal de regulamentação que estabelece informações mínimas a serem disponibilizadas. Para cada Empenho apresentar as liquidações e os pagamentos efetuados;
- Deverá dispor de cenário de Despesas relativas a Despesas de Diárias, Viagens e Adiantamentos (Recomendação do MPF), com as opções de filtro de data inicial e final ou mês inicial e Mês final;
- Deverá dispor de cenário de Receitas Orçamentárias, as seguintes opções de filtros: Exercício, Mês Inicial, Mês final e Receita (que pode ser uma ou mais receitas multiescolha). Com base nas pesquisas selecionadas o portal deve apresentar ainda na mesma tela: Gráfico apresentando os valores totais: Gráfico de linha, que apresente mês a mês o comportamento da Receita Prevista x Receita Realizada, possibilitando ao cidadão verificar o total mês a mês pelo gráfico; Gráfico que apresenta o valor arrecadado por tipo; GRID com o detalhamento mensal receita por receita, o previsto no orçamento e o realizado até o momento da pesquisa, detalhando o percentual de arrecadação sobre o previsto;
- Deverá dispor de cenário de transferências efetuadas e recebidas deverá ter opções de filtros: Exercício, Mês inicial, Mês final, por tipo (Concedido ou Recebido). Com base nas pesquisas selecionadas o portal deve apresentar ainda na mesma tela: GRID com o detalhamento mensal dos valores referentes a Receita e Despesa Extra;
- Deverá dispor de cenário de movimentações extra orçamentárias com

as opções de filtros: exercício, Mês inicial e Mês final;

- Deverá dispor de cenário de compras públicas com opções de filtros: exercício, número da licitação, modalidade de licitação e situação (se está em andamento ou concluída). Com base nas pesquisas selecionadas o portal deve apresentar ainda na mesma tela: gráfico em pizza apresentando os percentuais gastos em cada modalidade de licitação; GRID com o detalhamento da licitação realizada, apresentando o número do processo, com a data, o valor da licitação total; GRID com detalhamento dos Itens de cada processo licitatório, informando os vencedores de cada item com os respectivos valores unitários e vencedores do item da licitação; Apresentar dentro do mesmo cenário, o Edital de licitação que originou a licitação em formato digital. Todas as informações deverão estar contidas em página ÚNICA. Os gráficos contidos no cenário deverão obrigatoriamente servir de filtro, para que sejam as informações filtradas no próprio cenário;

- Deverá dispor de cenário de contratos deverá ter opções de filtros: exercício, número do contrato. Com base nas pesquisas selecionadas o portal deve apresentar ainda na mesma tela: gráfico em pizza apresentando os valores gastos em cada espécie de contrato, licitação e visualização do percentual em relação ao total; gráfico mês a mês com os valores contratados no período em linha; GRID com o detalhamento do contrato firmado, com as informações do número do contrato, espécie, vencedor, data inicial e final, bem como os valores ora contratados; empenhados; liquidados e pagos. Todas as informações deverão estar contidas em página ÚNICA;

- Deverá dispor de cenário de folha de pagamento com as opções de filtros: Secretaria/Diretoria, cargo, local de trabalho e regime. Com base nas pesquisas selecionadas o portal deve apresentar ainda na mesma tela: gráfico apresentando a quantidade de servidores lotados em cada Secretaria/Diretoria; GRID com detalhamento apresentando o nome do servidor, matrícula, cargo, regime de trabalho, local de trabalho, data da admissão. Todas as informações deverão estar contidas em página ÚNICA;

- Disponibilizar via “Portal de Transparência” área destinada ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), em conformidade com o artigo 9º da Lei Federal nº 12.527/2011;

- Permitir acesso ao cidadão em “Portal de Acesso à Informação Pública” mediante login e senha.

- Enviar e-mail ao cidadão após a realização, pelo mesmo, de cadastro prévio no sistema de Serviços de Informação ao Cidadão (SIC), contendo suas informações, além de notificação de aptidão para a realização das solicitações de acesso à informação;

- Dispor de tela de cadastramento do cidadão contendo, no mínimo, nome e e-mail;

- Registrar e permitir o acompanhamento, pelo cidadão, de todas as solicitações realizadas até a sua conclusão;

- Para o acompanhamento pelo cidadão exigir apenas a inserção de seu e-mail e senha; trazendo o software uma lista de todos os pedidos já realizados, com seu status;

- Notificar o cidadão via e-mail acerca de toda a tramitação do seu processo, bem como da finalização de seu pedido, contendo, inclusive

	<p>detalhamento da resposta, positiva ou negativa;</p> <ul style="list-style-type: none">• Disponibilizar à Contratante painel de controle com a relação de todos os pedidos realizados, pendentes e recusados. O sistema de Serviços de Informação ao Cidadão (SIC) deverá fazer o controle dos prazos previstos na Lei de Acesso à Informação;• Manter no Portal de Transparência ONLINE, relatórios estatísticos de pedidos de acesso à informação, com informações mínimas de: quantidade de pedidos deferidos/indeferidos por ano (graficamente); <p>Recomendações do Ministério Público Federal</p> <ul style="list-style-type: none">• Dispor de área específica destinada ao espelho de avaliação do Ministério Público Federal;• Permitir acompanhamento pelo cidadão acerca de cada questão da ficha espelho do Ministério Público Federal, com informações acerca do atendimento ou não a recomendação pela Contratante; <p>Dispor de função que possibilite que a partir de cada questão recomendada pelo Ministério Público Federal na ficha espelho, atendida pela Administração, o sistema permita diretamente o direcionamento para o local do Portal de Transparência onde a recomendação está atendida</p>
12.	<p>Concurso Público</p> <ul style="list-style-type: none">• O sistema deve possuir cadastro para concursos públicos informando número do processo, número do edital, data de abertura do concurso, data de início/término das inscrições, data da prova, data de homologação, data de validade do concurso e prorrogações, descrição, empresa organizadora, quantidade de inscritos;• O sistema deve permitir cadastro dos cargos e quantidade de vagas para concurso público, tipo de vínculo. Na quantidade de vagas oferecidas pelo concurso deve ser possível discriminar se existem vagas específicas para candidatos com necessidades especiais;• O sistema deve também permitir cadastro para processos seletivos diversos, incluindo seleção de estagiários;• O sistema deve possuir funcionalidade para inscrição de candidatos com seus dados pessoais, documentação, endereço, telefones de contato, e-mail, e se possui algum tipo de deficiência;• O sistema deve permitir cadastro da classificação do candidato no concurso;• O sistema deve permitir também a indicação direta de candidatos para cargos comissionados, informando-se nome completo, CPF, data de nascimento, sexo, grau de instrução, lotação, vínculo, e observações da indicação;• O sistema deve registrar aprovação do candidato por usuário responsável, encaminhando para procedimentos de convocação;• O sistema deve possuir cadastro dos exames admissionais do candidato, emitindo Atestado de Saúde Ocupacional – ASO para admissão, conforme cadastro dos exames realizados;

- O sistema deve possuir controle da situação de admissão do funcionário, informando sua desistência ou efetivação da sua contratação;
- O Sistema deve conter campos para registro dos Editais que formalizam o certame, como: Edital de Inscritos, Convocação, retificação, revogação, resultados, decisão de recursos.

Cadastro de Funcionários

- O sistema deve possuir cadastro de instituições e permitir trabalhar com várias instituições de forma independente, cada qual com suas configurações próprias;
- O sistema deve possuir funcionalidades para admissão e cadastro de funcionários, e manter registros exigidos pela a legislação trabalhista vigente referente aos tipos de vínculos de contratação existentes no Município;
- O sistema deve possuir cadastro dos dados pessoais do funcionário, contendo informações de nome completo, documentos de identificação tais como CPF, RG, CTPS, CNH, PIS, Título de Eleitor, Reservista, inscrição em conselho profissional, endereço completo de residência, telefones de contato, e-mail, foto, data de nascimento, nacionalidade, cidade/estado natal, estado civil, nome do cônjuge, escolaridade, nome do pai/mãe, sexo, altura, cor, tipo de sangue, tipo de deficiência se houver. Para caso de estrangeiros informar data de chegada ao país;
- O sistema deve possuir cadastro de dados funcionais do funcionário, contendo informações do número de matrícula, data de admissão, data para FGTS, tipo de admissão conforme códigos da RAIS e do CAGED, tipo de vínculo, tipo de vínculo conforme códigos da RAIS, exposição a agentes nocivos, contribuição sindical, número/ano do concurso e classificação, processo/data da nomeação, portaria/data, fundamentação legal e justificativa da contratação, número do dossiê, exame toxicológico se houver, e data de demissão;
- O sistema deve, no caso de admissão por concurso público, trazer todos os dados da pessoa já cadastrados anteriormente por meio de integração com módulo de Concurso Público;
- O sistema deve possuir cadastro do cargo atual ocupado pelo funcionário com informação do código e descrição do cargo, especialidade (ex. especialidades médicas), capacitação, carga horária, CBO, referência salarial, e valor salário bruto;
- O sistema deve permitir alteração de cargo, salário, informando os dados atualizados, ato que designou, motivo para mudança de cargo e/ou salário, data início, observações, mantendo histórico das movimentações;
- O sistema deve possuir cadastro de lotação do funcionário indicando unidade da instituição, centro de custo, e local específico dentro da unidade;
- O sistema deve permitir alteração da unidade na qual o funcionário está lotado, informando nova unidade, ato que a designou, descrição, data de início, observações e mantendo histórico das movimentações;
- O sistema deve permitir alteração do local de trabalho informando novo

local, novo ato que designou, descrição, data de início, observações, mantendo histórico das movimentações;

- O sistema deve permitir alteração do centro de custo informando novo centro, descrição, datas de início, observações, mantendo histórico das movimentações;

- O sistema deve permitir alteração de horário de trabalho do funcionário, informando novo horário, datas de início, mantendo histórico das movimentações;

- O sistema deve permitir alteração do relógio de ponto indicado para o funcionário, informando novo relógio, descrição, datas de início e fim, observações, mantendo histórico das movimentações;

- O sistema deve possuir cadastro da conta bancária do funcionário para pagamento;

- O sistema deve emitir ficha de registro de empregado conforme Portaria No. 41 de 28.03.2017 do MTE;

- O sistema deve possuir cadastro de dependentes, relacionados ao funcionário, contendo as informações do nome do dependente, data de nascimento, documentação, sexo, tipo de dependência (ex. filho, cônjuge, pai, mãe, enteado etc.), e se possui alguma deficiência. Os tipos de dependentes devem estar de acordo com estabelecido pelo eSOCIAL;

- O sistema deve permitir configuração dos dependentes de forma a considerá-los ou não para fins de imposto de renda, salário família, previdência e assistência médica, conforme o caso;

- O sistema deve possuir cadastro de pensionistas, relacionado ao funcionário, com informação do nome do pensionista, CPF, data de nascimento, parentesco, dados bancários, datas de fim da pensão (quando houver), percentual, e observações para histórico;

- O sistema deve permitir personalização da fórmula para cálculo de pensão para pensionista específico quando for o caso;

- O sistema deve emitir declaração de valores pagos à pensão alimentícia em nome do funcionário e do beneficiado;

- O sistema deve possuir cadastro de afastamentos do funcionário, com informação do motivo de afastamento, data de início e fim com indicação da quantidade de dias, data do retorno, indicação do CID, nome do médico e CRM quando for o caso, e observações para histórico;

- O sistema deve possuir cadastro de cedências do funcionário, tanto para outra entidade como para aqueles cedidos, com informação das entidades origem/destino, se remunerada ou não, data de início e fim, documento da cedência (No. e data), fundamentação legal, e observações para histórico;

- O sistema deve possuir cadastro de ausências e atestados de funcionários, com informação do motivo, período com data/hora de início e fim, indicação do CID, nome do médico/CRM, e observações para histórico;

- O sistema deve permitir cadastro de averbações de tempo de serviço do funcionário, com informações do nome da empresa, CNPJ, data de início e fim, quantidade de dias de abatimento, considerando ou não para fins de contagem de tempo;

- O sistema deve permitir consulta de tempo de serviço do funcionário

indicando a data desejada, para fins de concessão de adicionais por tempo de serviço – ATS;

- O sistema deve permitir cadastro de cursos do funcionário, indicando a entidade, local, o nome do curso e carga horária, data de início e fim, e observações para histórico;

- O sistema deve permitir funcionários com mais de uma matrícula, com diferentes vínculos, e mantendo os cadastros funcionais e históricos individualizados;

- O sistema deve possuir integração com Sistema Financeiro Contábil para configuração das dotações do orçamento utilizadas para empenho da folha de pagamento;

- O sistema deve possuir cadastro de sindicatos de classe, com informação do nome, CNPJ, código sindical, e relacionamento com respectivo evento da folha de pagamento;

- O sistema deve possuir cadastro de filiação do funcionário a sindicato com informação do sindicato da classe;

- O sistema deve possuir cadastro de comissionamento do funcionário com informação da data de início, vínculo, cargo comissionado, referência salarial, unidade, ato que designou, portaria, data da publicação, observações, mantendo histórico das movimentações;

- O sistema deve permitir cadastramento de servidores admitidos em caráter temporário – ACT e controlar prazo de contratação, incluindo possíveis prorrogações;

- O sistema deve possuir cadastros padronizados para informações para:

- a. Carga horária;
- b. Banco e Agências;
- c. Unidades Administrativas;
- d. Centro de Custo;
- e. Relógios de Ponto;
- f. Horários;
- g. Referência Salarial;
- h. Local de Trabalho;
- i. Tipos de Afastamento;
- j. Tipos de Cedência.

- O sistema deve possuir cadastro padronizado de vínculos, sendo estes relacionados com a categoria do trabalhador para fins dos recolhimentos de INSS, FGTS, além do código de recolhimento e tipo de vínculo da RAIS para rotinas anuais de DIRF e RAIS;

- O sistema deve possuir cadastro padronizado de cargos, com informação do CBO, tipo de cargo (ex. comissionado, estatutário, CLT etc.), quantidade de vagas disponíveis, especialidades do cargo;

- O sistema deve permitir controle das vagas totais, disponíveis e ocupadas para cada cargo;

- O sistema deve possuir cadastro dos atos da administração com informação de número, data, tipo (ex. Portaria, Decreto, Lei, Processo), descrição, publicação, motivo, fundamentação legal, vigência e histórico;

- O sistema deve permitir configuração dos limites de idade para

pagamento de salário família e para dedução de dependentes no Imposto de Renda;

- O sistema deve gerar arquivo de declaração do CAGED por vínculos selecionados;
- O sistema deve permitir consulta do histórico do funcionário indicando respectivas alterações com datas quanto aos seus dependentes, pensão alimentícia, cargos ocupados e vínculos, horários, comissionamentos, centros de custo, unidades, averbações, cedências, filiação a sindicato, benefícios, escolaridade, relógio, afastamentos, atestados, férias e rescisão;
- O sistema deve emitir os seguintes relatórios:
 - Termo de Responsabilidade;
 - Ficha de Salário Família;
 - Ficha de Registro;
 - Termo de Posse;
 - Termos de Solicitação de Benefício;
 - Abertura de Conta;
 - Declaração de Acúmulo de Cargos;
 - Contrato de Trabalho;
 - Dados Cadastrais;
 - Crachás.
- O sistema deve emitir relação de funcionários por unidade, com possibilidade de filtro para seleção de unidades, vínculos, ou cargos específicos;
- O sistema deve emitir folhas de controle de ponto, com possibilidade de filtro para seleção de unidades, funcionários, ou vínculos específicos;
- O sistema deve emitir relatório de afastamentos legais dos funcionários, com descrição do motivo de afastamento e datas;
- O sistema deve possuir consulta dos afastamentos por tipo;
- O sistema deve gerar arquivo atuarial para servidores efetivos, aposentados e pensionistas, com valores e tempo de contribuição ao INSS;
- O sistema deve emitir relatório de admitidos e demitidos no período, com possibilidade de filtro por vínculos ou por cargos específicos;
- O sistema deve possuir consulta de tempo de serviço do funcionário desde sua data base in- formando dias trabalhados, averbados, abatidos, afastamentos, cedidos, faltas, total de dias e anos;
- O sistema deve emitir relatório de faltas do funcionário no período, com possibilidade de filtro para seleção de funcionários ou unidades específicas;
- O sistema deve emitir relatório contendo todo histórico de cargos;
- O sistema deve emitir relatório de quadro de pessoal informando quantidade de funcionários por cargos, e vagas preenchidas;
- O sistema deve possuir relatório das tabelas auditadas por período, informando colunas e registros alterados com valor anterior e após movimentação;

Benefícios

- O sistema deve possuir cadastro de configuração para suspensão

automática da concessão de benefícios por motivo de afastamento;

- O sistema deve possuir cadastro das empresas fornecedoras pelas quais são concedidos benefícios aos funcionários (ex. empresas de transporte público, vale-refeição etc.), com informação da razão social, CNPJ, endereço;
- O sistema deve possuir cadastro das linhas de transporte coletivo oferecidas como benefício, com informações de descrição, nome da linha, valor da passagem;
- O sistema deve permitir cadastrar as linhas de transporte coletivo e demais benefícios ofertados utilizados por funcionário, individualmente, com informação do fornecedor, da linha, quantidade de passagens diárias, data de início do benefício;
- O sistema deve possuir consulta de funcionários que utilizam determinada linha de transporte público, quantidade de passes diários e valor;
- O sistema deve permitir geração de arquivos (TXT, CSV) para fornecedores com relação dos funcionários e respectivos benefícios, com possibilidade de filtro para seleção de vínculos ou funcionários específicos;
- O sistema deve executar cálculo dos benefícios para determinado mês e tipo de benefício, geral ou específico por funcionário (s);
- O sistema deve calcular e apresentar as informações referentes ao desconto de benefícios no pagamento do funcionário, conforme parâmetros cadastrados para atender limites legais;
- O sistema deve possuir também a funcionalidade para exclusão de cálculos de benefícios, para determinado mês, específico por funcionário.

Nenhuma entrada de índice remissivo foi encontrada (s);

- O sistema deve permitir a alteração de quantidade e valor de benefícios, calculados manualmente, para determinados funcionários no mês;
- O sistema deve permitir cadastro de Planos de Saúde conveniados, informando nome do plano ou empresa, CNPJ, código da ANS, data de início e fim da vigência;
- O sistema deve permitir cadastro de titulares e dependentes que aderiram ao plano de saúde, informando tipo de plano (ex. enfermaria, apartamento, odontológico), data de adesão;
- O sistema deve permitir efetuar bloqueio de Vale Alimentação e Vale Transporte informando funcionário;
- O sistema deve possuir controles de fechamento de competência de folha de benefícios, não permitindo a partir de qualquer lançamento ou alteração nos movimentos;
- O sistema deve possuir funcionalidade de atualização dos valores da tarifa de vale transporte;
- O sistema deve ter parâmetro para informar se deverão ser pagos Vale Alimentação e Vale Transporte em afastamento.
- O sistema deve ter campo para cadastrar os nº dos cartões de Vale Alimentação e Vale Transporte;
- O sistema deve permitir gerar os relatórios de benefícios em formato de planilha CSV e em PDF.

Férias

- O sistema deve efetuar controle dos períodos aquisitivos dos funcionários para finalidade de férias, calculando e informando datas limites de cada período aquisitivo;
- O sistema deve gerar automaticamente os novos períodos aquisitivos de férias a cada mês no fechamento de folha de pagamento. Deve também ser possível a geração manual do novo período pelo usuário, para funcionários específicos;
- O sistema deve permitir lançamento do movimento de férias do funcionário, incluindo lançamentos de abono pecuniário de férias, antecipação de 13º salário, data de início do gozo, quantidade de dias, data de fim, mês/ano da folha de pagamento. Poderão também ser incluído informação de memorando interno de autorização de férias e observações;
- O sistema deve efetuar automaticamente lançamento de 1/3 das férias no período aquisitivo quando for lançado férias para o funcionário, podendo usuário editar posteriormente;
- O sistema deve permitir que lançamentos de férias possam ser realizados de forma descentralizada por cada secretaria, ficando para o departamento de RH apenas conferir;
- Uma vez processada a folha de pagamento os lançamentos de férias apenas poderão ter retificados as datas de início e fim do gozo, mantendo registro que movimentação foi alterada;
- O sistema deve permitir configuração individual do funcionário para inclusão automática de antecipação do 13º salário quando do lançamento de férias, por período aquisitivo, para funcionários que solicitarem;
- O sistema deve permitir configuração individual do funcionário para inclusão automática de abono pecuniário quando do lançamento de férias, por período aquisitivo, para funcionários que solicitarem;
- O sistema deve permitir a cálculo de folha de pagamento individual para Férias;
- O sistema deve permitir consulta do cálculo da folha de pagamento de Férias por funcionário, para conferência;
- O sistema deve possuir cadastro de parâmetros para abatimentos de faltas nas férias, configurado pelo usuário;
- O sistema deve emitir avisos de férias, por unidade ou por funcionário individualmente;
- O sistema deve emitir recibos de férias, por unidade ou por funcionário individualmente;
- O sistema deve emitir relatório de escala de férias com filtros por órgãos, unidades e vínculos;
- O sistema deve emitir formulários para programação de férias com filtros por órgãos, unidades e vínculos;
- O sistema deve emitir relação de funcionários em férias no mês por folha de pagamento;
- O sistema deve emitir relatório contendo informação dos meses que o funcionário recebeu os eventos de hora extra e outros que entram no cálculo da média para férias, para conferência do valor pago;

- O sistema deve emitir relatório de funcionários que possuam um ou mais períodos aquisitivos vencidos e acumulados para férias, com possibilidade de filtro por unidade, e agrupamento por órgão;
 - O sistema deve efetuar controle dos períodos aquisitivos dos funcionários para finalidade de Licença Prêmio, calculando e informando datas limites de cada período aquisitivo, movimentos de afastamento e ausências com quantidade de dias;
 - O sistema deve gerar automaticamente os novos períodos aquisitivos de Licença Prêmio a cada mês no fechamento de folha de pagamento. Deve também ser possível a geração manual do novo período pelo usuário, para funcionários específicos;
 - O sistema deve permitir lançamento do movimento de Licença Prêmio do funcionário, informando se será em pecúnia ou em descanso, data de início do gozo, quantidade de dias, data de fim, mês/ano da folha de pagamento, e observações;
 - O sistema deve possuir funcionalidade para cálculo, controle e concessão da licença-prêmio;
 - O sistema deve emitir relatório dos períodos aquisitivos de Licença Prêmio dos funcionários, saldo, com possibilidade de filtro por unidades e funcionários.
- Folha de Pagamento**
- O sistema deve permitir emissão de várias folhas de pagamento no mês, identificando-as por tipo, número e situação (ex. aberta, calculada, fechada e exclusão de folha sem lançamentos. (Permissão para perfil específico);
 - O sistema deve permitir emissão folhas de pagamento específicas com seguintes tipos: normal, férias, rescisão, suplementar, 1ª e 2ª parcelas de 13º salário, adiantamento, e suplementar de rescisão;
 - Para cálculo da folha, além da possibilidade de processamento geral, o sistema deve aplicar filtros para cálculo por apenas por unidade, cargo, vínculo, e matrículas específicas;
 - O sistema deve possuir funcionalidade de simulação de cálculos de folhas, total ou parcial;
 - O sistema deve permitir a exclusão de cálculos de forma geral, ou ainda com aplicação de filtros para exclusão do cálculo apenas por unidade, cargo, vínculo, e matrículas específicas, desde que folha ainda não esteja fechada;
 - O sistema deve possuir rotinas para geração de críticas na folha de pagamento calculada, tais como:
 1. Funcionários ativos que não tenham lançamentos na folha;
 2. Funcionários com insuficiência de saldo para pagamento.
 - O sistema deve permitir consulta da folha calculada por funcionário apresentando todos os eventos e valores dos mesmos, incluindo visualização do holerite emitido;
 - O sistema deve possuir cadastro de feriados e pontos facultativos, considerados em todas as contagens de tempo para cálculos conforme aplicável;
 - O sistema deve possuir controles de datas, tempo de serviço, e faltas para cálculo das férias, cálculo de rescisões, cálculo de 13º salário, e outros

- eventos que dependam da contagem de dias trabalhados e períodos aquisitivos;
- O sistema deve permitir consulta geral dos eventos importados por funcionário para determinada folha de pagamento;
 - O sistema deve possuir funcionalidade de exportação de dados da folha de pagamento em arquivos com layout definido para Banco do Brasil e Caixa, contendo relação de pagamento com salário líquido do funcionário;
 - O sistema deve permitir lançamento de eventos variáveis para determinada folha de pagamento, em quantidade e/ou valor, com facilidade tanto para selecionar um funcionário e cadastrar vários eventos para o mesmo, como para configurar um evento selecionando vários funcionários para incluí-los;
 - O sistema deve possuir cadastro para lançamentos de eventos fixos na folha de pagamento dos funcionários, informado o evento, quantidade e/ou valor, quantidade de parcelas (meses). Possuir facilidade tanto para selecionar um funcionário e cadastrar vários eventos para o mesmo, como para configurar um evento selecionando vários funcionários para incluí-los;
 - O sistema deve possuir funcionalidade para reajuste de faixas salariais selecionando faixas que se deseja atualizar, ou ainda por exclusão as que não devem ser atualizadas, informando percentual ou valor a ser aplicado, data de início da vigência, ato que designou, descrição do motivo do reajuste;
 - O sistema deve manter histórico dos reajustes nas faixas salariais;
 - O sistema deve permitir lançamento de eventos programados em parcelas para funcionários em função de processos administrativos ou acertos, informando o número do processo, descrição, valor ou percentual das parcelas, e respectivo evento da folha para lançamento;
 - O sistema deve permitir cadastro de recolhimento de INSS em outras empresas, informando a empresa, CNPJ, valor do salário base, valor de desconto e observações;
 - O sistema deve possuir função para cálculo do tempo de serviço e contribuição, incluindo registro de empregos anteriores;
 - O sistema deve gerar arquivos bimestrais referentes à remuneração dos profissionais da educação para envio ao sistema SIOPE do FNDE – Ministério da Educação;
 - O sistema deve possuir cadastro dos eventos da folha de pagamento, tanto de proventos como de deduções, podendo ser fixos ou variáveis;
 - O sistema deve possuir parametrização dos eventos para incidências de INSS, IMP, IRRF, FGTS, em todos os proventos e descontos, inclusive sobre 13º salário e férias;
 - O sistema deve possuir funcionalidade de cadastramento das fórmulas de cálculo para eventos, configuráveis pelo usuário, dando flexibilidade ao mesmo de alterá-las para fins de adaptação às novas exigências legais;
 - O sistema deve possuir funcionalidade para cadastro das tabelas de salário família, desconto por dependente do IRRF, INSS e IRRF, como parâmetros de cálculo para eventos relaciona- dos;
 - O sistema deve permitir personalização de mensagens nos holerites por folha de pagamento;
 - O sistema deve efetuar cálculo de pensão alimentícia e descontos judiciais, podendo ser personalizado conforme o caso, com viabilidade de

programação para desconto em férias e 13º salário;

- O sistema deve permitir configurar e controlar descontos e pagamentos de pensões alimentícias e descontos judiciais, bem como a geração de respectivos arquivos bancários com valor líquido para crédito em conta do beneficiário, inclusive quando houver mais de uma pensão por servidor recolhidos em bancos distintos;
- O sistema deve emitir relação bancária para crédito dos pensionistas, com possibilidade de filtro para seleção de funcionários, bancos e unidades orçamentárias;
- O sistema deve possuir cadastro para profissionais autônomos com informação do CPF, nome, data de nascimento, sexo, RG, CNH, PIS, endereço completo, telefones e e-mails de contato, C.B.O., N.I.T., exposição a agentes nocivos, tipo de transporte (ex. passageiros ou carga) no caso de motorista autônomo, e dados bancários;
- O sistema deve permitir emissão de folha de pagamento para autônomos, com lançamentos de variáveis do evento correspondente em quantidade ou valor. Possuir facilidade tanto para selecionar um autônomo e cadastrar vários eventos para o mesmo, como para configurar um evento selecionando vários autônomos para inclui-los;
- O sistema deve efetuar cálculo da folha apenas para autônomos, com possibilidade de exclusão antes de ser fechada. Deve permitir consulta da folha gerada para autônomo com todos eventos, e geração de arquivo bancário;
- O sistema deve possuir controles para abertura de competência de folha, com registro do mês, ano, tipo da folha, status da folha, e liberando para execução de cálculos da folha para pagamento aos funcionários;
- O sistema deve possuir controles de fechamento de competência da folha, não permitindo a partir daí qualquer lançamento ou alteração nos movimentos da folha;
- O sistema deve possuir consulta para conferência dos dados processados para SEFIP antes do fechamento do arquivo;
- O sistema deve gerar arquivos para a SEFIP conforme padrões definidos pela CAIXA, inclusive as retificadoras;
- O sistema deve emitir relação bancária para pagamento dos funcionários, agrupados por banco/agência, órgão ou centro de custo, e com possibilidade de filtro por funcionários, vínculos, unidades orçamentárias e bancos;
- O sistema deve emitir um resumo da relação bancária apresentando apenas totais por banco e agência, com possibilidade de filtro por vínculos, unidades orçamentárias e bancos conforme o caso;
- O sistema deve emitir relatórios de resumo da folha geral, por unidade, por centro de custo, por unidade orçamentária, com possibilidade de filtros por tipo, funcionários, vínculos, unidades, centros de custo e unidade orçamentária conforme o caso;
- O sistema deve emitir relatórios analíticos da folha geral, por centro de custo, por vínculo, por unidade orçamentária, com possibilidade de filtros por tipo, funcionários, vínculos, centros de custo e unidade orçamentária conforme o caso, sendo disponibilizados em formato PDF;
- O sistema deve emitir relatório da ficha financeira dos funcionários, com

todos eventos de proventos, descontos e aqueles de bases de cálculo de cada mês, no período solicitado, permitindo filtro para seleção dos eventos, sendo disponibilizados em formato PDF;

- O sistema deve emitir relatório da ficha financeira com valores acumulados no período solicitado, com todos eventos de proventos, descontos e aqueles de bases de cálculo de cada mês, permitindo filtro para seleção dos eventos, sendo disponibilizados em formato PDF;

- O sistema deve emitir relatório da ficha financeira anual dos funcionários, com todos eventos de proventos, descontos e aqueles de bases de cálculo de cada mês discriminados por folha de pagamento, no período solicitado, permitindo filtro para seleção dos eventos, sendo disponibilizados em formato PDF;

- O sistema deve possuir funcionalidade para comparação de quantidade e valores calculados para eventos entre duas folhas de pagamento (competências);

- O sistema deve emitir relatório da folha de pagamento por evento com relação de funcionários, quantidade e valor do evento. Deve também permitir agrupamento por unidade, e centro de custo, com possibilidade de filtros para seleção de vínculos, unidade, unidade orçamentária e centro de custo conforme o caso;

- O sistema deve emitir holerites com possibilidade de filtro por unidade, funcionário. Deve também gerar arquivo texto com informações do holerite para impressão em gráfica;

- O sistema deve emitir a guia de DARF para imposto de renda retido na fonte e para recolhimento do PIS. Deve também emitir relatório analítico da retenção do imposto de renda;

- O sistema deve emitir relatório resumo de faltas e afastamentos no período por funcionário no período;

- O sistema deverá gerar arquivos para Secretaria da Receita Previdenciária – SRP conforme especificações do MANAD;

- O sistema deve possuir integração com Sistema Financeiro Contábil para empenho da folha de pagamento através de geração da relação de empenho pelo sistema ou em arquivo, que possa ser lido ou importado de forma automática pela tesouraria/contabilidade, sem necessidade de nova digitação;

- O sistema deve emitir relatório para empenhos da folha de pagamento, com devidas dotações orçamentárias indicadas e valores;

- O sistema deve emitir relatórios para conferência de lançamentos de variáveis e da frequência do funcionário, antes do fechamento da folha;

- O sistema deve emitir relatório de horas extras pagas nas folhas de pagamento do mês, por secretaria/dotação, discriminando tipo de hora extra, informando quantidade e valor. Deve apresentar tanto na forma sintética, como analítica por funcionário;

- O sistema deve emitir relatório de contribuições previdenciárias do funcionário no período, com informação do salário e contribuição mensal. Deve emitir tanto para contribuições ao regime próprio de previdência (RPPS) como para regime geral (RGPS);

- O sistema deve emitir guia de recolhimento de contribuição previdenciária para Instituto de Previdência próprio (RPPS), com discriminação

das bases de cálculo em anexo;

- O sistema deve emitir guia de previdência social – GPS para INSS. Deve também emitir relatório demonstrativo da GPS com discriminação das bases de cálculo;
- O sistema deve emitir relatório das obrigações patronais da folha de pagamento, com informações de recolhimento do segurado, INSS, salário maternidade, salário família, deduções, valor devido ao INSS, e total de encargos;
- O sistema deve emitir relatório de provisão de férias e 13º salário, incluindo encargos de INSS e FGTS, com possibilidade de seleção de unidades;
- Permitir o gerenciamento de acesso / lançamento de eventos e variáveis por outras Secretarias / Departamentos / Seções ficando disponível apenas para consulta;
- O sistema deverá realizar a proporcionalidade automaticamente dos valores referentes a evolução das vantagens fixas e de alteração de salário, inclusive com datas referentes a meses anteriores;

Rescisão

- O sistema deve possuir cadastro de rescisão com informação da data e tipo (ex. trabalhado, indenizado, dispensa) do aviso prévio, motivo da demissão, data da demissão, ato que designou, data e tipo de exame demissional, e CRM do médico responsável;
- O sistema deve possuir cadastro de motivos de demissão padronizado, relacionando com respectivos códigos para RAIS e CAGED;
- O sistema deve possuir funcionalidade para reintegração de funcionários demitidos, mantendo todo cadastro pré-existente, com informação da data de reintegração, portaria, tipo de reintegração (ex. decisão judicial, anistia legal, recondução de servidor), número do processo, e data efetiva do retorno;
- O sistema deve permitir cadastro para rescisões coletivas selecionando funcionários com filtros por centro de custo, cargo, e vínculo, informando-se dados comuns da rescisão e processando em massa;
- O sistema deve permitir lançamentos de variáveis em eventos específicos para o funcionário a ser demitido;
- O sistema deve permitir cálculo e processamento de folha de pagamento especificamente para rescisão a partir do cadastro de rescisão, considerando todo histórico funcional dos demitidos;
- O sistema deve permitir consulta dos eventos calculados para rescisão, tanto por funcionário como totalizado por folha;
- O sistema deve emitir relação bancária para pagamento das rescisões, agrupados por banco/agência, unidade, órgão ou centro de custo, e com possibilidade de filtro por funcionários, vínculos e bancos. Deve também gerar arquivos bancários para pagamento;
- O sistema deve emitir o termo de rescisão de contrato de trabalho TRCT com discriminação de todas as verbas rescisórias e deduções;

- O sistema deve emitir termo de quitação e de homologação da rescisão;
- O sistema deve emitir termo exoneração, bem como recibo de exoneração;
- O sistema deve emitir termo de rescisão de contrato administrativo, para caso dos autônomos;
- O sistema deve gerar arquivo da guia de recolhimento rescisório do FGTS – GRRF.RE, conforme layout definido pela CAIXA.

Rotinas Anuais

- O sistema deve efetuar o cálculo do 13º salário com possibilidade de adiantamento da 1ª parcela conforme lei;
- O sistema deve permitir emissão de folha de pagamento especificamente para pagamento da 1ª e 2ª parcela do 13º salário;
- O sistema deve possuir funcionalidade para processamento da DIRF informando exercício;
- O sistema deve gerar arquivo para envio da DIRF conforme layout definido pela Receita Federal;
- O sistema deve permitir geração de retificadoras para a DIRF;
- O sistema deve possuir consulta analítica de todos os rendimentos tributáveis, deduções e recolhimentos, por funcionário no exercício, gerados para a DIRF;
- O sistema deve possuir consulta do arquivo com dados processados para DIRF, para fins de conferência antes do seu envio;
- O sistema deve permitir inclusão manual de rendimentos recebidos em processos trabalhistas de funcionários, informando número do processo, CPF ou CNPJ do advogado, nome do advogado, e valor do advogado;
- O sistema deve emitir Informe de Rendimentos dos funcionários por exercício, e por funcionário específico, conforme Instruções Normativas vigentes do MF;
- O sistema deve processar e gerar arquivo para transmissão da RAIS conforme layout estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, e com devidos códigos próprios da RAIS;
- O sistema deve possuir funcionalidade de processamento e geração de arquivos retificadores da RAIS;
- O sistema deve possuir consulta das informações geradas para RAIS por exercício e por funcionário, incluindo informações de horas extras, 13º salário, verbas de rescisão, e períodos afastamentos, quando houverem;

Medicina do Trabalho

- O sistema deve possuir cadastro dos exames admissionais do candidato, informando-se data do exame, exames solicitados, observações do médico, tipo de deficiência (se houver), nome do médico, CRM, e avaliação final (apto/inapto);
- O sistema deve possuir cadastro do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO atendendo a Norma Regulamentadora NR 7 – Programa de Controle

Médico de Ocupacional – PCMSO, para as seguintes circunstâncias (tipo de atestado) conforme cadastro dos exames realizados:

- a. Admissional;
- b. Periódico;
- c. Retorno ao trabalho;
- d. Mudança de função;
- e. Demissional.

- O sistema deve permitir controle de exposição a riscos dos servidores, bem como de exames periódicos além dos admissionais e demissionais, mantendo histórico do funcionário;

- O sistema deve possuir controle de validade do ASO e data prevista para próximo exame;

- O sistema deve permitir cadastro do diagnóstico conforme CID-10 (Código Internacional de Doenças), exames, registro de trabalhos anteriores, parecer do médico, e avaliação do mesmo para trabalho (ex. apto, apto com considerações, inapto, inapto temporariamente);

- O sistema deve possuir cadastro de Acidente de Trabalho com informações do funcionário, data/hora do acidente, período de afastamento se houver, quantidade de dias de afastamento, código da doença (CID-10), local do acidente, instituição médica que atendeu se houver, descrição do acidente, último dia trabalhado e horas de trabalho;

- O sistema deve também manter registro do acidente para fins de emissão do CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho, informando o tipo de acidente (ex. acidente de trabalho, acidente de trajeto, ou doença ocupacional), local do acidente (ex. Na empresa onde trabalha, em via pública, em área rural e outros), tipo do CAT (ex. inicial, reabertura, informação de óbito), situação causadora, agente causador, número do CAT;

- O sistema deve permitir cadastro para especificação de membros lesionados no acidente, informando o membro;

- O sistema deve permitir cadastro de apresentaçomunhas do acidente, com informações de contato;

- O sistema deve emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT em formulário padrão do INSS;

- O sistema deve emitir requerimento de benefício por incapacidade por doença ou acidente de trabalho;

- O sistema deve possuir controle de exposição dos funcionários a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agente prejudiciais à saúde ou integridade física para fins de concessão de aposentadoria especial.

Segurança do Trabalho

- O sistema deve possuir cadastro das diversas CIPAs– Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;

- O sistema deve possuir cadastro dos membros da CIPA, incluindo membro indicado pelo em- pregador;

- O sistema deve emitir relatórios e formulários referente ao treinamento

obrigatório dos membros da CIPA, e para aqueles promovidos pela CIPA aos demais funcionários, tais como lista de presença, convocação e controle de frequência;

- O sistema deve possuir cadastro de equipamentos para o trabalho incluindo os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, contendo descrição;
- O sistema deve possuir cadastro das atividades que possuam exposição a riscos ambientais para fins controle para Programa Prevenção Riscos Ambientais – PPRA;
- O sistema deve possuir cadastro do planejamento das medidas de proteção, providências a serem tomadas, descritivo das providências, parecer, envolvendo análise de riscos por área e EPI's necessários;
- O sistema deve permitir registro de medições efetuadas para controle sistemático de situações que apresentem exposição ocupacional acima dos níveis de ação, tais como exposição a agentes químicos e ruído;
- O sistema deve emitir relatório com histórico técnico e administrativo do PPRA.

Treinamento

- O sistema deve possuir cadastro de instituições de ensino que ministram treinamentos, contendo CNPJ, endereço completo, contatos e informações sobre cursos ministrados;
- O sistema deve possuir cadastro de treinamentos, nome do curso, data de início e fim, se interno/externo, carga horária, instrutor, local de realização do curso, descrição do curso, conteúdo programático e observações;
- O sistema deve permitir fazer inscrições de funcionários para treinamentos individualmente;
- O sistema deve permitir registro de presença do funcionário ao treinamento para o qual foi inscrito;
- O sistema deve permitir consulta ao cadastro de treinamentos e funcionários inscritos, com possibilidade de filtro por curso, data de início, local;
- O sistema deve emitir os seguintes relatórios e formulários referente aos treinamentos conforme segue:
 - a. Lista de presença;
 - b. Carta de convocação.

Estágio Probatório e Avaliação de Desempenho

- Possibilitar o controle de estágio probatório e progressão funcional, sempre mantendo as respectivas informações registradas no histórico do servidor;
- Emitir os formulários de avaliação de servidores no estágio probatório, em layout configurável;
- Permitir registrar as avaliações de servidores no estágio probatório e as avaliações de desempenho de servidores estáveis, mantendo as respectivas informações no histórico do servidor, possibilitando a emissão de relatórios;

- Possuir controle de estagiários vinculados com a entidade, incluindo a sua escolaridade;
- Emitir o Termo de Compromisso de estágio em layout configurável;
- O sistema deve permitir o cadastro de agrupamentos de critério de avaliação, incluindo-se atividades, conhecimentos e habilidades;
- O sistema deve permitir que os avaliadores visualizem as avaliações apenas dos servidores sob sua chefia;
- O sistema deve permitir o cálculo automático dos resultados para a obtenção da média em cada fase/período avaliatório;
- O sistema deve permitir o registro do parecer final para fins de progressão funcional/promoção, obedecendo a critérios conforme legislação;
- O sistema deve permitir a consulta de avaliações anteriores por avaliadores;
- O sistema deve permitir a consulta do histórico das avaliações por servidor.

Controle de Vagas e Lotações

- O Sistema deve gerenciar as vagas ativas e extintas de todas as funções e cargos da estrutura organizacional do Município;
- O Sistema deve guardar históricos de ocupação tanto das vagas, quanto dos ocupantes destas;
- O Sistema deve possuir processo de criação de vaga., onde serão verificados os cadastros adicionais necessários para manutenção das informações da vaga, e seu cadastro propriamente dito, deve considerar a manutenção de históricos de criação e extinção de vagas de uma Função;
- O Sistema deve possuir processo de desvincular da vaga um ocupante e torná-la disponível para preencher com novo candidato, mantendo-se o histórico;
- O Sistema deve possuir processo de extinção de vagas de uma função e da manutenção do seu histórico;
- O Sistema deve possuir funcionalidade de extinção de vagas de uma função e da manutenção do seu histórico;
- O Sistema deve conter lista de todas as vagas da função, estejam elas ocupadas e desocupa- das.

E-Social

- O sistema deve permitir a parametrização e configuração de dados (ex. instituição, vínculo empregatícios, horário de trabalho, cargos, afastamento) para que seja possível iniciar as rotinas de geração de arquivos do e-Social, quando estas forem compulsórias;
- O sistema deve permitir atualização de cadastro da Instituição, informando nome da instituição, CNPJ, endereço, dados previdenciários (ex., RAT, FPAS, CNAE) e dados de Sindicatos, que deverão ser preenchidos conforme padrões da Receita Federal;
- O sistema deve ainda possuir, associado ao cadastro da Instituição, as

- seguintes informações necessárias para os arquivos mensais do e-Social;
- Informações de contato com os dados do responsável pelo envio dos arquivos e informações ao e-Social: nome, CPF, telefone, e-mail;
 - O sistema deve possuir referente aos vínculos empregatícios cadastro adicional das seguintes informações para fins do e-Social:
 - Tipo de categoria, conforme especificação de cada vínculo do tipo do regime trabalhista;
 - O sistema deve possuir referente ao cadastro de cargos, registro adicional das seguintes informações para fins do e-Social:
 - a. Possibilidade de acumulação de cargos;
 - b. Contagem de tempo especial, informado conforme o tipo de contagem de tempo;
 - c. Situação do cargo (ex. Criação, Extinção, Reestruturação).
 - d. O sistema deve prever no cadastro de Pessoas, a possibilidade de registro das seguintes informações:
 - e. Nome Social, que o mesmo escolhe para ser exibido no cadastro;
 - f. Data da primeira CNH, em caso de pessoa habilitada;
 - g. Raça/Cor, conforme tabela e-Social;
 - h. Estado Civil, conforme tabela e-Social;
 - i. Escolaridade, conforme tabela e-Social;
 - O sistema deve possuir adicionalmente no cadastro de Funcionário as seguintes informações:
 - a. Indicativo de Regime de Jornada de Trabalho, conforme CLT (Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de maio de 1943);
 - b. Tipo de admissão;
 - c. Indicativo da forma de admissão.
 - d. Indicativo de provimento para funcionários regidos por estatuto próprio;
 - e. Tipo de provimento da vaga a ser preenchido pelo funcionário (ex. Nomeação em cargo efetivo, Nomeação em cargo em comissão, Incorporação para militares);
 - f. Direito Recíproco de Rescisão para contratos por prazo determinado;
 - g. O sistema deve possuir no cadastro de funcionários Cedidos possibilidade de registro da empresa que cedeu.
 - O sistema deve possuir para controle de estagiários o cadastro das seguintes informações obrigatórias para o e-Social:
 - a. Data de início do estágio;
 - b. Nível do estágio (ex. Fundamental, Médio, Formação Profissional);
 - c. Área de atuação do estágio;
 - d. Número do seguro do estagiário;
 - e. Valor da bolsa, indicativo do valor da bolsa do estágio;
 - f. Previsão de término do contrato de estágio;
 - g. Matrícula do supervisor do estagiário.

	<ul style="list-style-type: none"> • O sistema deve possuir no registro das reintegrações de contrato de trabalho as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> a. Tipo de reintegração, conforme tabela do e-Social; b. Número do Processo, obrigatório preenchimento quando for reintegração por determinação judicial; c. Lei Anistia, preenchimento obrigatório se o tipo de reintegração for por Anistia Legal; d. Data do efetivo retorno ao trabalho, que deve possuir validação para não aceitar datas anteriores à data de desligamento; e. Data de início dos efeitos financeiros da reintegração; f. Pagamentos em juízo do período compreendido entre o desligamento e a reintegração; <p>Observação, destinado a alguma observação necessária na prestação de contas do e-Social</p>
13.	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir Interface WEB; • Ser Multientidade; • Auxiliar na gestão do controle interno, com acompanhamento de resultados legais e administrativos da gestão; • Permitir parametrização de quesitos de avaliação manual e automático; • Dispor de cadastro (inclusão, alteração, consulta, exclusão) de quesitos; • Dispor de cadastro (inclusão, alteração, consulta, exclusão) de resposta aos quesitos manuais e automáticos; • Permitir controle de periodicidade das respostas aos quesitos; • Possibilitar o gerenciamento de rotinas de verificação orientadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO), através de análises automáticas dos arquivos • Permitir a importação de arquivos com a estrutura estabelecida pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO), • Possibilitar também o gerenciamento de rotinas de verificação orientadas pela própria Prefeitura; • Dispor de cadastro (inclusão, alteração, consulta, exclusão) de usuários para acesso ao sistema; • Permitir controle de acesso às funcionalidades do sistema, por usuário; • Gerar e emitir relatório com os quesitos, podem ser filtrados por tipo de quesito, qualificação da pergunta, qualificação da resposta, e detalhamento da resposta; • Gerar e emitir Relatório de Demonstrativo de despesa, baseado nos arquivos; • Gerar e emitir Relatório com o índice da educação, baseado nos arquivos; • Gerar e emitir Relatório com o índice da saúde, baseado nos arquivos; <p>Emitir quadro de controle mostrando o percentual de resposta para cada quesito</p>
14.	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir interface 100% Web, para visualização, e para todas as funcionalidades previstas, sem a necessidade de execução de Applets, plug-ins ou outros softwares instalados nos equipamentos dos usuários;

- Realizar buscas e filtros nas áreas de atuação e trazer em tela as consultas dinâmicas.
- Possuir arquitetura de 3 camadas (Servidor de Aplicação, Banco de Dados e Servidor Web).
- Dispor de capacidade de impressão de todas as informações visíveis pelo usuário nas visões de transparência.
- Permitir a exportação dos dados em formato de Planilha Eletrônica, após a aplicação de filtros e ao chegar ao resultado desejado.
- Dispor de capacidade de utilização de recursos de clusterização oferecidos pelo sistema operacional.
- Possuir estrutura de segurança aplicada a grupos de usuários e usuários distintos, para acesso aos gráficos, dashboards, relatórios e/ou mapas.
- Permitir análises que envolvam diferentes visualizações em uma mesma tela (gráficos, tabelas, mapas), onde as alterações em uma das visualizações reflitam automaticamente nas demais.
- Possibilitar a criação via Web de alertas visuais de destaque sobre os indicadores que se enquadram em regras de negócio pré-estabelecidas pelos usuários.
- Dispor de função nativa para geração de relatórios e análises que cruzem uma ou mais dimensões em linhas e colunas.
- Possuir função de Drill Through, acessando de forma transparente novas visões de outras bases de dados através de chamada a relatórios pré-desenvolvidos que contenham o detalhe das informações apresentadas nas análises gerenciais.
- Capacidade de impressão de todas as informações visíveis pelo usuário na elaboração das visões e dos dashboards.
- Criação de relatórios em formato de Book, multi página possibilitando a integração de textos, gráficos, tabelas, mapas. Sem a necessidade de customização ou desenvolvimento adicional.
- Possuir funcionalidade de exportação dos relatórios desenvolvidos nos formatos (XML, PDF e Excel formatado).
- Permitir de forma nativa a inclusão de várias formas de visualização (Mapas, Dashboards, Gráficos e Tabelas) em uma mesma tela criando um Painel de Controle, sem que para isto seja necessária a utilização de hiperlinks ou sobreposição de imagens.
- Possuir uma visão única de todo o ambiente do Portal de BI, eximindo o usuário da necessidade de acesso a ambientes não familiares.
- Conter de forma nativa (sem programação ou customização) a visão de todas as informações e configurações das métricas apresentadas em um único local e uma única visão.
- Dispor de inteligência para entender que o acesso pode ser feito através de Tablets e Smartphones dos sistemas Operacionais Android e IOS, e a apresentação nesses dispositivos deve ser adequado ao seu formato.
- Propiciar a construção de indicadores hierarquizados. Exemplo: Índice de inadimplência por tipo de serviço/bairro.
- Possuir capacidade de utilizar recursos de clusterização oferecidos pelo sistema operacional.
- Dispor de variedade de formas de análises – gráficos, tabelas, relógios,

velocímetros, relatórios, geração de arquivos em formato PDF, links WEB, exportação de tabelas para planilhas eletrônicas.

- Possuir funcionalidades para que os usuários finais salvem seus próprios “templates” de análises.
- Permitir a interatividade entre as análises de um mesmo “dashboards”, onde as alternâncias de indicador, dimensão, filtro e drill em uma das análises reflitam automaticamente nas demais, de forma dinâmica, através de recursos nativos da solução.
- Permitir que todos os gráficos sirvam de filtro para detalhamento das informações (drill-down).
- Permitir que a aplicação nos filtros nos gráficos deva automaticamente refletir nos outros gráficos contidos nas telas, e suas ações refletir até o último nível de detalhamento.
- Possuir recursos que permitam a alternância de um estilo de gráfico para outro estilo, sem necessidade de reconstrução da análise. Exemplo: alterar a representação de uma análise no formato de gráfico de Pareto para gráfico de pizza.
- Mostrar as tendências dos indicadores (crescente, decrescente e atingir a meta) nas análises do dashboards).
- Permitir a representação da comparação dos valores dos indicadores com mesmo período de exercícios diferentes.
- Dispor de recursos para quick-links, dentro de uma análise ou do dashboards específico, para acesso a tabelas (grid), gráficos, mapas temáticos, páginas e imagens armazenadas externamente.
- Permitir a inclusão de HELP em qualquer tempo da tela, na visão ou nos dashboards a fim de facilitar o entendimento do usuário final, facilitando assim a tarefa de treinamento e fixação.
- Possuir função nativa para geração de relatórios e análises que cruzem uma ou mais dimensões em linhas e colunas em formato de tabela dinâmica (pivot).
- A solução deve utilizar as últimas releases do Banco de Dados.
- Os dashboards deverão contemplar todas as informações em página única e deverão ser divididos em: filtros, gráficos, grids e mapas.
- Apresentar na página principal da ferramenta de BI, resumo das diversas informações financeiras e administrativas (de no mínimo 2 anos), para visualização rápida para tomada de decisões, referentes a: valor orçado e realizado relativo as receitas municipais; valor orçado e realizado relativo as despesas municipais; quantidade de programas referentes ao planejamento estratégico atendidos e não atendidos financeiramente, tendo em vista o estipulado no orçamento para aquele exercício; montante de dívidas relativas a despesas em atraso; montante de dívidas relativas a despesas futuras; quantidade de servidores públicos; gastos com educação, saúde e pessoal em percentuais e com indicadores que estão dentro ou fora dos limites estabelecidos pela legislação pertinente; todos os dashboards que conterão o detalhamento das informações, os quais deverão ser representados por ícones que identifiquem o assunto e, ter descritivo da funcionalidade.
- Dispor de mecanismos para que se possa, de forma independente à da empresa contratada, ter autonomia para criar usuários; suspender usuários

	<p>(bloqueio) e parametrizar que um número de tentativas erradas de senha bloqueie o usuário. Dispor de mecanismos que propiciem, à Prefeitura, conceder ou bloquear acesso aos usuários a determinados dashboards; bem como restringir dentro do dashboard acessos a apenas determinados departamentos, secretarias, diretorias, etc.</p>
15.	<ul style="list-style-type: none"> • O sistema deverá ter como objetivo controlar todos os sepultamentos feitos nos cemitérios municipais além de integrar com o sistema de Arrecadação para gerar guia de arrecadação e inscrição em dívida por falta de pagamento. • Permitir o cadastramento de causas de morte; • Permitir o cadastramento de médicos que emitem atestados de óbito; • Permitir o cadastramento de tipos de construção de sepulturas; • Permitir o cadastramento de tipos de sepultamento; • Permitir o cadastramento de unidades de cemitério; • Permitir o cadastramento de sepulturas vinculadas a tipos de construção e unidades de cemitérios; • Permitir o cadastramento de pessoas a serem sepultadas com as seguintes informações mínimas: <ul style="list-style-type: none"> a) Nome do falecido; b) Causas da morte; c) Médico que assinou o atestado de óbito; d) Nome do pai e nome da mãe do falecido; e) Características físicas (altura, peso, idade, cor da pele); f) Data e número do atestado de óbito. g) Permitir o cadastramento de sepultamentos realizados com as seguintes informações mínimas: <ul style="list-style-type: none"> h) Nome do falecido; i) Causa da morte previamente cadastrada; j) Nascimento; k) Data falecimento; l) CPF e RG; m) Sexo n) Nome da Mãe e do Pai; o) Dados sobre atestado de óbito; p) Nome do concessionário; q) Tipo de sepultamento; r) Localização da sepultura; s) Data de sepultamento. • Permitir a emissão de relatórios por causas de morte cadastradas; • Permitir a emissão de relatórios por médicos cadastrados; • Permitir a emissão de relatórios por tipos de construção de sepulturas cadastradas; • Permitir a emissão de relatórios por tipos de sepultamento cadastrados; • Permitir a emissão de relatórios de sepultados cadastrados; • Permitir a emissão de relatórios de concessionários cadastrados; • Permitir a emissão de relatórios por unidades de cemitério cadastradas; • Permitir a emissão de relatórios de sepulturas cadastradas;

	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir a emissão de relatórios de sepultamentos realizados por intervalo de datas; • Permitir controlar todas as unidades de cemitério existentes no município, informando: Nome, Endereço completo, CEP e telefone. • Permitir o cadastro de causas da morte; • Permitir o cadastro de sepulturas, informando a Unidade previamente cadastrada, Código, Quadra, Lote, Tipo de Construção previamente cadastrada, valor, data de aquisição, capacidade, Largura e comprimento; • Possuir funcionalidade que permita a criação de campos adicionais variados para associação dos mesmos a características dos sepultados; • Permitir a livre definição numérica para a codificação de sepulturas; • Permitir o cadastramento de pessoas que adquirem direitos de posse de sepulturas em cemitérios a quem chamaremos de concessionários com as seguintes informações mínimas: <ul style="list-style-type: none"> a) Nome do concessionário – pessoa física ou jurídica; b) Data de nascimento; c) CPF, RG ou CNPJ e inscrição estadual; d) Endereço com: Estado, Cidade, CEP, Bairro, Logradouro, número, complemento, telefone. • Permitir a emissão de guias de tributos vinculados aos sepultamentos demonstrando a integração entre o Sistema de Cemitérios e o Sistema de Arrecadação de Tributos; • Permitir cadastro de tipos de construção de sepulturas; <p>Permitir o cadastro de tipos de sepultamento</p>
16.	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro de Classificação Brasileira de Ocupações – CBO: Permitir consulta ao Cadastro de CBO, que deverá ser único para todos os Sistemas da Solução de Softwares de Gestão Municipal, a partir do Sistema de Ação S • Permitir realizar a manutenção das informações das Áreas e Micro áreas que serão utilizadas em caso de programas para delimitar a área de cobertura dos agentes, através da inclusão, consulta, alteração e exclusão de informações. • Deverá servir para cadastrar as Faixas Etárias das pessoas que serão atendidas pelo Sistema de Ação S • Deverá servir para cadastrar as Localidades do Município que serão atendidas pelo Sistema de Ação S • Deverá servir para cadastrar os Serviços que podem ser prestados aos Municípios. • Deverá servir para cadastrar grau de dependência da família em relação à Ação Social (Família de Classe Média, Baixa, etc.). • Permitir realizar a manutenção das informações das Entidades que prestam serviços à comunidade, através da inclusão, consulta, alteração e exclusão de informações. • Permitir realizar a manutenção das informações das Famílias atendidas pela Secretária de Ação Social, através da inclusão, consulta, alteração e exclusão de informações. • Permite realizar a manutenção das informações das Integrantes das Famílias atendidas pela Secretária de Ação Social, através da inclusão, consulta, alteração e exclusão de informações.

	<ul style="list-style-type: none">• Permitir realizar a manutenção das informações dos Grupos de Subsídios que serão distribuídos para a população nos programas de atendimento da Secretaria de Ação Social, através da inclusão, consulta, alteração e exclusão de informações.• Permitir realizar a manutenção das informações dos Subsídios que serão distribuídos para a população nos programas de atendimento da Secretaria de Ação Social, através da inclusão, consulta, alteração e exclusão de informações.• Permitir realizar a manutenção das informações dos Programas Assistenciais que serão desenvolvidos pela Secretaria de Ação Social, através da inclusão, consulta, alteração e exclusão de informações.• Permitir realizar a manutenção das informações dos Locais de Atendimento dos Programas Assistências da Secretária de Ação Social, através da inclusão, consulta, alteração e exclusão de informações.• Permitir realizar a manutenção das informações dos Subsídios disponíveis para cada um dos Programas Assistenciais que serão desenvolvidos pela Secretaria de Ação Social, através da inclusão, consulta, alteração e exclusão de informações.• Permitir realizar a manutenção das informações das Pessoas por Programa Assistencial que serão desenvolvidos pela Secretaria de Ação Social, através da inclusão, consulta, alteração e exclusão de informações• Permitir realizar a manutenção das informações dos encaminhamentos de Pessoas às Entidades que prestam serviços ao Município, através da inclusão, consulta, alteração e exclusão de informações.• Permitir realizar a manutenção das informações dos encaminhamentos de Pessoas às Entidades que prestam serviços ao Município, através da inclusão, consulta, alteração e exclusão de informações.• Permitir realizar a manutenção das informações das Pessoas que estão aguardando uma oportunidade de se inscrever em um dos Programas Assistências da Secretária de Ação Social, através da inclusão, consulta, alteração e exclusão de informações• Permitir realizar a manutenção das informações das pessoas que fazem parte do Conselho Tutelar do Município, através da inclusão, consulta, alteração e exclusão de informações• Permitir realizar a manutenção das informações dos Tipos de Ocorrências para serem registradas no Conselho Tutelar do Município, através da inclusão, consulta, alteração e exclusão de informações.• Permitir realizar a manutenção das informações das Ocorrências do Conselho Tutelar do Município, através da inclusão, consulta, alteração e exclusão de informações.• Permitir realizar a manutenção das informações das Reuniões do Conselho Tutelar do Município, através da inclusão, consulta, alteração e exclusão de informações.• Gerador de Relatórios: Permitir acessar a rotina de Gerador de Relatórios para criar os relatórios a serem utilizados pelo sistema; Permitir acessar a rotina de Emissão de Relatórios Gerados, para emitir os relatórios criados no Gerador de Relatório;
17.	(Secretaria de educação, Unidade de ensino, portal aluno, portal professor,

Diário digital, chamada pública):

- Funcionar em plataforma WEB; Multi plataforma.
- Possuir área de trabalho, ou página WEB, destinada à comunicação de alterações de ordem corretiva ou evolutiva (versão) disponível para o sistema, que possua campos parametrizáveis, sem necessidade de linguagem de programação, destinado aos usuários do sistema.
- Permitir o armazenamento de todos os dados escolares referentes aos cadastros de todos os alunos que já passaram pela rede, assim como, dos estudantes atuais, organizados por ano, turma e grade escolar.
- Possuir um cadastro (de acordo como o cadastro do MEC) único de alunos, professores, pais e funcionários, não havendo duplicidade de informações.
- Permitir a inclusão, exclusão, alteração e consulta de dados acadêmicos de forma organizada por período letivo e escola.
- Possuir ferramenta de pesquisa por campos principais (filtros), para agilizar pesquisas e evitar a duplicidade de dados.
- Permitir o controle de múltiplas turmas para um mesmo aluno.
- Possibilitar o controle total sobre o número de matrículas (disponíveis, remanescentes e efetivadas).
- Possuir ferramenta de disponibilização aos responsáveis pelos alunos (com login e senha) de acesso ao sistema ou à página WEB, ao boletim de notas do aluno assim como às suas ocorrências disciplinares e pedagógicas.
- Possuir relatórios estatísticos, informando o perfil da rede municipal quanto a vagas preenchidas, alunos ativos, alunos inativos, matrículas novas, vagas remanescentes, média por matéria, média por turma, média de matéria por unidade e de todas as unidades.
- Possuir relatórios estatísticos, informando o perfil dos alunos da rede municipal quanto às faixas de notas, por curso, período, escola, turma, disciplina e época.
- Permitir a visualização dos menus de acordo com o perfil do usuário; (Diretor, Coordenador (a) Pedagógica, Secretário Municipal, Nutricionista e bolsa família...).
- Possibilitar à Secretaria de Educação e as unidades escolares, disponibilizarem para toda a rede, ou para determinada unidade escolar, documentos em pelo menos um dos formatos, DOC, PDF, PPT, PPS, TXT, JPG, e EXCEL.
- Possuir Calendário Escolar; elaboração e publicação online do calendário escolar; Horário de aula.
- O sistema deverá dispor de um controle de apontamento de faltas de professores, contagem de pontos e atribuição de aula no centro municipal.
- Possibilitar a mudança de ano base (vigência) e a consulta de anos anteriores.
- Gestão de toda a Rede Escolar integrada em um único banco de dados.
- Contar com recursos de administração com permissões na Secretaria de Educação e por escolas.
- Possuir cadastro parametrizável de dependências das unidades escolares.

- Possuir cadastro parametrizável para classificação de professores em função da classificação de títulos, tempo de serviço.
- Possuir cadastro de códigos do MEC para cidades.
- Possuir cadastro parametrizável de escolas de origem para geração de histórico escolar, contendo no mínimo: série, ano, estabelecimento, cidade, bem como um campo para observações.
- Possuir cadastro parametrizável de no mínimo um responsável pelos alunos com as seguintes informações mínimas: nome, sobrenome, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, sexo, estado civil, telefone, logradouro, RG, CPF e profissão, informações do Registro de nascimento de acordo com a Certidão Antiga e nova.
- Possuir cadastro parametrizável de motivos de evasão escolar.
- Possuir cadastro parametrizável de motivos de dispensa do aluno (notas e/ou faltas, médica).
- Possuir cadastro parametrizável de ocorrências disciplinares.
- Possuir cadastro parametrizável de ocorrências pedagógicas.
- Possuir Cadastro para identificação da Secretaria Municipal de Educação, contendo no mínimo as seguintes informações: nome, logradouro, telefone, e-mail e site.
- Possuir cadastro parametrizável para especificações do tipo de necessidade, para portadores de necessidades especiais.
- Possuir cadastro de Estabelecimentos onde deverão ser informados no mínimo os seguintes dados: Estabelecimento, Endereço, Cidade, U.F., Estado, Bairro, CEP, Fone, C.N.P.J., E-mail; localização do estabelecimento (se é urbana, indígena ou rural); Código do Inep.
- Permitir o cadastramento e controle das matrículas realizadas por estabelecimento educacional.
- Permitir o cadastramento e controle de forma centralizada das salas de aula por estabelecimento educacional e salas anexas, se houver.
- Possuir cadastro parametrizável de períodos letivos, informando no mínimo: código e descrição.
- Permitir cadastro parametrizável de critérios de avaliação de alunos indicando: aprovação, reprovação ou não concluída, reclassificado.
- Permitir o cadastro de aulas, por curso com seus horários de início e término de cada aula.
- Permitir a consulta dos dados referente ao aluno, de forma simples e ágil, através de cliques em guias que contenham as seguintes informações: dados pessoais, documentos, responsáveis, grade escolar, nota e ficha médica.
- Permitir a consulta dos dados referente ao professor, de forma simples e ágil, através de cliques em guias que contenham as seguintes informações: dados pessoais e documentos; documentos de escolaridade.
- Permitir a consulta dos dados referente ao funcionário, de forma simples e ágil, através de cliques em guias que contenham as seguintes informações: dados pessoais, documentos, responsáveis, grade escolar, nota e ficha médica.
- Permitir a consulta e emissão do cadastro de escolas de origem, com as seguintes informações mínimas: código, descrição e cidade. Possibilitando que a consulta seja feita por código ou descrição, e a emissão seja ordenada por código ou descrição.

- Permitir a consulta e emissão do cadastro de dependências da escola, com as seguintes informações mínimas: código, descrição. Possibilitando que a consulta seja feita por código ou descrição, e a emissão seja ordenada por código ou descrição.
- Permitir a consulta e emissão do cadastro de equipamentos da escola, com as seguintes informações mínimas: código, descrição. Possibilitando que a consulta seja feita por código ou descrição, e a emissão seja ordenada por código ou descrição.
- Permitir a consulta e emissão do cadastro de classificação de professores, com as que a consulta seja feita por código ou descrição, e a emissão seja ordenada por código ou descrição.
- Permitir a consulta e emissão do cadastro de necessidades especiais, com as seguintes informações mínimas: código, descrição. Possibilitando que a consulta seja feita por código ou descrição, e a emissão seja ordenada por código ou descrição.
- Permitir a consulta e emissão da tabela de disciplinas, com as seguintes informações mínimas: disciplina, nome oficial, nome usual. Possibilitando que a consulta seja feita por descrição, e a emissão seja ordenada por código ou descrição.
- Permitir a consulta e emissão da tabela de períodos, com as seguintes informações mínimas: código e descrição. Possibilitando que a consulta seja feita por código ou descrição, e a emissão seja ordenada por código ou descrição.
- Permitir a consulta e emissão da tabela de avaliação, com as seguintes informações mínimas: código, descrição e tipo. Possibilitando que a consulta seja feita por código ou descrição, e a emissão seja ordenada por código ou descrição.
- Permitir a consulta e emissão da tabela de situação, com as seguintes informações mínimas: código e descrição. Possibilitando que a consulta seja feita por código ou descrição, e a emissão seja ordenada por código ou descrição.
- Permitir que o sistema restrinja a escolha de vaga, por região/bairro próximo ao endereço do aluno solicitante a vaga, atribuindo-se uma prioridade a cada unidade escolar escolhida.
- Permitir a escolha de até 03 (três) opções de unidade escolar da rede por bairro e região.
- Possuir banco de dados unificado, não possibilitando a duplicidade de informações (matrículas).
- Permitir que cada unidade escolar atribua o número de vagas por série/curso/período que deva ser preenchido.
- Permitir o controle de vagas garantidas para alunos pertencentes à rede municipal de ensino.
- Permitir que qualquer alteração do número de matrículas efetivadas, remanescentes e lista de espera seja atualizada em tempo real.

- Permitir controlar a distribuição de vagas de cada escola dentro das séries e períodos que a escola possuir.
- Possuir relação de vagas única para cada unidade de ensino.

- Possuir lista de espera, disponível para toda a rede de ensino.
- Possibilitar a secretaria de educação o controle total sobre as matrículas efetivadas, estas informações estarão atualizadas em tempo real.
- Possibilitar a secretaria de educação o controle dinâmico de lista de espera das matrículas de todas as unidades educacionais e creches municipais.
- Permitir cadastramento de aluno não pertencente à rede municipal de ensino, para possibilitar a solicitação de vaga.
- Permitir a busca e identificação de aluno na rede municipal de ensino, com o objetivo de direcionar a efetivação da matrícula ou solicitação de vaga.
- Permitir a apuração de vagas preenchidas no ano corrente para auxiliar a definição de vagas disponíveis para o próximo ano letivo.
- Emitir Relatórios de acompanhamento da evasão escolar, estatística de alunos matriculados, comparativo de matrículas do ano atual com anos anteriores, declarações e diversos relatórios (Distorção idade/série).
- Permitir a definição de regiões de abrangência das matrículas por bairro.
- Permitir a identificação das regiões atendidas por cada unidade escolar da rede municipal de ensino facilitando a atribuição de matrículas e levantamento de vagas.
- Gerenciar o processo de matrícula através de funcionalidades como matrículas por regime seriado e por disciplina, matrícula de dependência, renovação automática de matrícula, geração de documentação, verificação automatizada de critérios de matrículas, aluno impedido de renovar matrícula, disciplinas opcionais, registro da procedência do aluno, captura automática de foto do aluno através da webcam ou arquivo com a foto.
- Possuir processo on-line, disponível somente p/ SEMEC e Centros Municipais de atribuição de vagas.
- Possuir processo on-line disponível somente para SEMEC e Centros Municipais de atribuição de turmas.
- Permitir que o sistema possa ser configurado de tal forma que o candidato à vaga, só efetive sua matrícula em sua região/bairro em que reside.
- Controlar o pedido de solicitação de vaga, evitando que o candidato à vaga efetue sua solicitação em mais de uma unidade escolar.
- Permitir que o professor tenha acesso ao módulo de digitação de notas, faltas e conteúdos, de forma simplificada, disponibilizadas na página da WEB.
- Possibilitar a visualização e/ou impressão de canhoto de notas/faltas na página da WEB.
- Permitir ao próprio usuário, criar ou modificar sua senha de acesso ao módulo de digitação de notas e faltas WEB.
- Possuir Identificação por foto dos alunos para consulta do professor caso seja necessário.
- Possuir informações gerencias em gráficos por turma, cidade, unidade de ensino.
- Emitir relatório de boletim do aluno, por aluno e da respectiva turma.
- Emitir relatório de histórico escolar do ensino fundamental e ensino médio.
- Emitir ata de resultados bimestrais e finais.
- Emissão de relatório de alunos por ordem de Registro de Matrícula.

- Emissão de relatórios de turmas.
- Emitir controle de rendimento e desempenho bimestral do aluno.
- Emitir classificação de professores.
- Emissão de relatório de alunos por ordem de turma e nome.
- Emissão de relatório de alunos por ordem de turma e número de chamada.
- Emissão de relatório de alunos por ordem alfabética geral;/ Relatório de Idade dos Alunos / Relatório de Situação dos Alunos / Sexo /Filiação.
- Emissão de relatório de controle de vagas.
- Emissão de declaração de transferência, de Frequência e Atestado de Série.
- Emissão da relação de alunos por faixa de notas, por turma, disciplina, época, informando o total de alunos na turma, total de alunos na escola e total apurado, como também, transferido e desistente.
- Permitir a escola acompanhar quais professores não enviaram as avaliações e que também não fizeram o lançamento dos dias letivos e conteúdo.
- Emissão da relação de alunos por sexo, com a opção de filtrar por curso, período, série, escola, turma.
- Emissão da relação de alunos por necessidades especiais, com a opção de filtrar por curso, período, série, escola, turma.
- Emissão da grade do professor, com as seguintes informações: ano/mês, turma e disciplina lecionada.
- Emissão das dependências físicas das unidades escolares, informando o código da dependência, tipo de dependência e quantidade.
- Emissão de relatório de acessos ao sistema; (auditoria com: dia, hora e CPF do usuário, se fez lançamento ou exclusão).
- Permitir que o responsável pelo aluno tenha acesso ao sistema disponibilizado na página da WEB.
- Possibilitar a visualização e/ou impressão do boletim de notas/faltas do aluno na página da WEB.
- Possibilitar a visualização das ocorrências disciplinares do aluno na página da WEB.
- Possibilitar a disponibilização das ocorrências pedagógicas do aluno na página da WEB da Secretaria de Educação ou da Prefeitura.
- Possuir identificação da Unidade Escolar que o aluno se encontra matriculado na página da web.
- Permitir visualizar os dados cadastrais do aluno contendo no mínimo os seguintes dados: RM (Registro de Matrícula), RA (Registro do Aluno), data de entrada do sistema, data de nascimento, UF, cidade de nascimento, estado civil, sexo, e-mail.
- Possuir quadro de apontamento do usuário com as seguintes informações: acesso atual, nome do usuário, data do último acesso, último processo realizado no sistema.
- Módulo de gestão de secretarias:
- Possuir ferramenta de transferência de aluno entre turmas e/ou entre unidades de ensino com controle automático de “pedido de Transferência e de “Recebimento de transferência” com migração automática do histórico escolar e ocorrências.

- Gerar estatística de alunos ativos, por curso, período, série e escola; (descritiva e em gráfico).
- Gerar estatística de notas, por curso, período, série, escola, turma, disciplina e época;
- Possuir a opção de configurar as faixas de notas relativas à estatística de notas do aluno, sem a necessidade de linguagem de programação;
- Possuir a opção de configurar a faixa inicial e faixa final de idades relativas à estatística de aluno, sem a necessidade de linguagem de programação;
- Permitir consulta às tabelas do sistema, sem perda de informações já registradas na tela corrente e permitindo recuperar dados nela contidos para preenchimento automático de campos, quando está em um processo de inclusão ou edição de dados;
- Possuir a consulta dos dados referentes ao aluno, de forma simples e ágil, através de cliques em guias que contenham as seguintes informações: dados pessoais, documentos, responsáveis, grade escolar, nota e ficha médica;
- Visualizar as opções do menu de acordo com as permissões de acesso do grupo de usuários.
- Permitir atribuir a cada tipo de ensino sua respectiva descrição do tipo de nota;
- Permitir ao gerente responsável pela gestão do sistema, cadastrar informações referentes às unidades escolares;
- Permitir o registro das notas e faltas dos alunos em no mínimo 2 formatos – individual e por turma;
- Possibilitar a numeração dos alunos em suas turmas vigentes, com a possibilidade de classificação em ordem alfabética ou por sexo, com as seguintes opções: numerar alunos com situação não normal, numerar alunos remanejados na turma e não continuar o processo de numeração caso a turma já estiver numerada;
- Permitir que uma Unidade Escolar possa ter turmas do mesmo curso trabalhando com grades diferentes, em períodos diferentes, bem como visualizar as grades que se encontram em uso;
- Permitir o cadastramento das turmas existentes na Unidade Escolar, bem como sua manutenção, em uma mesma tela facilitando o processo para o usuário, informando a descrição da turma, ano início, mês início, código da turma, período, série e status;
- Permitir o controle dos estabelecimentos educacionais;
- Permitir o gerenciamento de informações do aluno;
- Conter discriminação de grau, ano, série e disciplina;
- Possibilitar o controle de abertura e encerramento dos anos letivos;
- Permitir o acesso à manutenção de anos letivos encerrados;
- Permitir o registro de ocorrências disciplinares no boletim escolar para o posicionamento dos responsáveis do aluno;
- Permitir o controle de matrículas/vagas por estabelecimento de ensino;
- Permitir o controle de documentos obrigatórios e/ou exigíveis não entregues;
- Gerar estatística de alunos novos matriculados na rede municipal, por curso, período, série e escola;

- Gerar estatística de alunos novos matriculados na rede municipal, por curso, período, série e escola;
- Gerar estatística de alunos inativos na rede municipal, por curso, período, série e escola;
- Gerar estatística de vagas preenchidas na rede municipal, por curso, período, série e escola;
- Gerar estatística de vagas remanescentes na rede municipal, por curso, período, série e escola;
- Gerar estatística de alunos por faixa etária, parametrizável por curso, período, série, escola e turma. Informar a quantidade de alunos por faixa etária, o total de alunos apurados e permitir imprimir a relação de alunos;
- Gerar estatística de alunos por necessidades especiais, parametrizáveis por curso, período, série, escola e turma. Informando a quantidade de alunos por necessidade especial, o total de alunos apurados e permitindo imprimir a relação de alunos;
- Permitir a apuração automática da frequência através de parametrização por disciplina, de modo que algumas tenham controle manual (lançada pelo professor ou secretaria) e outras pelo registro automático. Permitindo maior adaptabilidade, o sistema deverá suportar também o lançamento de faltas por aula dada ou por período de avaliação.
- Emissão de carteirinha de estudante.
- Emissão de relatório de alunos que não compareceram na escola no dia.
- Emitir boletim de frequência por aluno.
- Emitir relação de presença de alunos por turma.
- Permitir o Gerenciamento de avaliação por nota, conceito e parecer avaliativo.
- Emitir boletim escolar com gráfico, documentos oficiais (histórico escolar, ficha individual e relatório final);
- Emitir ata de conselho de classe,
- Emitir estatística de aproveitamento de aluno; (descritivo e em gráfico por centro do ensino, bem como de toda a rede).
- Executar o gerenciamento das ocorrências do aluno na escola (suspensões, advertências, premiações, registro de visita dos pais à escola), bem como a ficha médica do aluno;
- Relatório de alunos com registro de suspensão ou advertência.
- Emitir relatório para frequência do bolsa família “dias letivos educação infantil e 1º ao 5º ano e do 6º ano a 8ª serie por disciplina”.
- Migrar dados para o Educacenso.
- Cadastro para eleição para diretor com lista de alunos aptos a votarem, pais ou responsáveis, servidores e professores.
- Relatórios: Diário de classe em branco, espelho, diário preenchido.
- Emitir ficha de matrícula.
- Na tela de pesquisa, aproximar nomes semelhantes, que apareça o ano letivo já cursado ou cursando como também a situação de (cursando, aprovado, reprovado, transferido, desistente).
- Ao preencher os diários de classe, lançamento de notas, faltas e dias letivos e conteúdos que seja prático e ágil o lançamento.

	<ul style="list-style-type: none">• Emissão de relatórios conforme a necessidade da SEMEC;• Emissão de Relatório do Quadro Geral de Matrículas dos Alunos – por centro municipal, de acordo com a series, alunos ativos, transferidos, desistentes, por período – matutino, vespertino.• Cadastro e emissão de histórico escolar dos alunos das escolas desativadas;• Ajustes serem realizados conforme a necessidade da SEMEC, ou a necessidade de relatórios disponíveis.• Emitir vida pregressa do aluno.• Aprovação de alunos por média global.• Controle de conteúdos ministrados por tópicos.• Exportação da 2º etapa do Educacenso.• Exportação de inconsistências do Educacenso.• Histórico de ocorrências do aluno.• Histórico de ocorrências da turma.• Cadastro de material didático da turma.• Caderno de registro escolar do professor. <p>Atividades complementares.</p>
18.	<p>Layout simples, responsivo e intuitivo em todas as funcionalidades do sistema;</p> <p>O sistema deve estar adequado com a legislação vigente que rege o recolhimento de ISS;</p> <p>O sistema deve ser dividido em dois módulos sendo eles NFE Administração e NFE;</p> <p>Permitir que seja efetuado o cadastro de bairros, logradouros, seções, loteamento, condomínios, desmembramentos, contribuintes e edifícios;</p> <p>Permitir que no cadastro de logradouros, estes possam ser relacionados com todos os bairros por onde passam;</p> <p>Possibilitar aos contadores e contribuintes os fornecimentos de informações do ISS on-line;</p> <p>Possuir cadastro econômico de contribuintes, controle de sócios de acordo com suas cotas e ações, controlando inclusive o percentual correspondente a cada um;</p> <p>Possibilitar que seja efetuada a isenção do ISS e suas taxas, via requerimento no sistema, permitindo a alteração automática de dados no cadastro econômico, de acordo com o tipo de isenção configurada, inclusive permitindo isenção de forma parcial;</p> <p>Permitir ter um histórico de contribuinte com todas as informações lançadas, inclusive de histórico de ocorrências, desde a data de início da atividade;</p> <p>Possuir cadastro de logotipo da empresa, para a mesma ser impressa na emissão da nota fiscal eletrônica;</p>

Trabalhar com CNAE onde o mesmo deve possuir uma carga para não ter a necessidade de cadastrar algum CNAE;

Permitir no cadastro econômico configurar atividade principal e atividades secundárias das empresas;

Trabalhar com Item da lista de serviços onde o mesmo deve possuir uma carga para não ter a necessidade de cadastrar serviços e os mesmos já deve conter vínculo com o CNAE a que pertence, além de permitir que seja inserida qual a alíquota que o serviço possui no código tributário do município;

Possuir histórico de alíquotas de serviços, afins de possível auditoria;

Permitir que um determinado serviço não listado a um CNAE seja inserido como extra para uma determinada empresa, esse serviço deve ser listado como serviço extras;

Possui tratamento especial para empresas que se encontram enquadrada no simples nacional;

Possuir controle de emissão de DUAMs e fórmulas de cálculos para cada tipo de receita;

Possuir geração de calendário para vencimento de DUAMs, de acordo com suas referências;

Possuir geração de calendário para escrituração automática;

Manter histórico dos valores calculados de cada exercício;

Possuir rotina para escrituração automática dos lançamentos que vem a gerar impostos de ISS, sempre respeitando o calendário de escrituração automática e vencimento de DUANS;

Não possuir declarações para serviços prestados e tomados, ao invés de declarações possuir telas de Gestões onde o contribuinte consiga efetuar a gestão da nota de serviços prestados e tomados, sendo necessário realizar escrituração manual ou automática das notas e RANFS, para geração do imposto de ISSQN e geração do livro fiscal;

Possuir emissão de nota fiscal eletrônica com as seguintes funcionalidades:

A o selecionar o prestador, já busque quais os CNAEs e itens da lista de serviço e disponibilize para seleção;

Possuir funcionalidade para replicar dados de uma nota que já fora emitida;

Permitir cadastro de tomador de serviço sem a necessidade de mudar ou abrir outra tela;

Caso o tomador já tenha cadastro, buscar os dados automaticamente;

Realizar cálculo automático das retenções federais de acordo com as alíquotas cadastradas para cada empresa;

Ao selecionar o serviço já selecionar alíquota referente e efetuar os cálculos necessários;

Mostrar campo de onde do imposto deverá ser recolhido, selecionado automaticamente não permitindo sua alteração;

Possuir tela de conferência de nota fiscal, mostrando todos os dados antes da nota ser realmente gerada, a fim de evitar erros de digitação;

Imprimir nota fiscal com todos os dados necessários e validação de autenticidade através de QRCode;

Permitir que a impressão da nota de acordo com a descrição seja em várias páginas.

Emissão de Registro auxiliar de nota fiscal de serviço (RANFS) com as seguintes funcionalidades:

Permitir cadastro de prestador de fora do município diretamente na tela de emissão do RANFS;

Caso o prestador já possua cadastro no sistema, carregar as informações automaticamente;

Buscar dados do tomador de forma automática;

Permitir selecionar CNAES e Item da lista de serviço;

Realizar cálculos automaticamente de acordo com os valores preenchidos;

Possuir tela de conferência de RANFS, mostrando todos os dados antes de ser realmente gerado, a fim de evitar erros de digitação;

Ao gerar o RANFS permitir, gerar o DUAM para possível pagamento;

Imprimir RANFS com todos os dados necessários e validação por QRCode.

Possuir tela de Gestão do prestador com as seguintes funcionalidades:

Visualizar todas as notas fiscais onde a inscrição aparece como prestador de serviço;

Permitir toda e qualquer gestão de notas de serviços prestados;

Possuir filtros por competências mês e ano, e tipo de estado da nota fiscal;

Permitir impressão de todas as notas selecionadas de uma vez só, gerando somente 1 arquivo pdf para facilitar a conferência;

Possuir totalizadores de todas as notas selecionadas;

Permitir escriturar as notas/Gerar DUAMS de todas as notas selecionadas;

Permitir gerar arquivo XML de todas as notas selecionadas;

Possuir impressão de relatório gerencial para facilitar a conferência;

Permitir efetuar cancelamento de nota fiscal selecionada;

Permitir efetuar substituição da nota fiscal selecionada;

Permitir replicar uma determinada nota selecionada;

Mostrar legenda para cores de estado da nota fiscal, sendo verde para notas escrituradas, vermelho para notas canceladas, laranja para notas substituídas e amarelas para notas que ainda estão em análise de cancelamento;

Ao escriturar as notas os DUAMS gerados devem estar de acordo com competência da nota e data de vencimento respeitando o calendário de vencimento de DUAMS.

Possuir tela de Gestão do tomador com as seguintes funcionalidades:

Visualizar todas as notas fiscais e RANFS onde a inscrição ou CCP aparece como tomador de serviço;

Permitir toda e qualquer gestão de notas se serviços tomados e RANFS;

Buscar automaticamente notas fiscais emitidas no município para permitir sua escrituração;

Possuir filtros por competências mês e ano, e tipo de estado da nota fiscal e RANFS;

Possuir totalizadores de todas as notas selecionadas;

Possuir totalizadores de todos os RANFS selecionadas;

Possuir totalizadores com somatória de RANFS e Notas Fiscais;

Permitir que através da importação de um arquivo de um XML padrão ABRASF seja criado um RANFS com as informações presentes no arquivo;
Possuir atalho para criação de RANFS;
Mostrar legenda para cores de estado da nota fiscal, sendo verde para notas escrituradas, vermelho para notas canceladas, laranja para notas substituídas e amarelas para notas que ainda estão em análise de cancelamento;
Mostrar legenda para cores de estado do RANFS, sendo verde para RANFS escriturados;
Permitir selecionar as notas de serviços tomados e gerar um arquivo XML padrão ABRASF; Permitir Escriturar as Notas /Gerar DUAMs das notas selecionadas; Permitir Escriturar as RANFS /Gerar DUAMs dos RANFS selecionados;
Permitir cancelamento de um RANFS selecionado;
Possuir relatórios gerenciais onde possui informações sobre RANFS e Notas fiscais de serviços tomados;
Ao escriturar as notas os DUAMs gerados devem estar de acordo com competência da nota e data de vencimento respeitando o calendário de vencimento de DUAMs.

Possuir tela de Gestão mensal com as seguintes funcionalidades:
Mostrar todos os DUAMs gerados da inscrição informada, respeitando os filtros selecionados;
Possuir filtros de competência, tipo e estado dos DUAMs;
Ao selecionar a inscrição municipal, buscar dívidas com maior vencimento permitindo assim o contribuinte ter uma melhor gestão de seus débitos;
Mostrar notas fiscais que ocasionou a geração de um DUAM selecionado;
Permitir impressão de um DUAM selecionado;
Permitir impressão de relatório gerencial de extrato da dívida do contribuinte;
Mostrar legenda para cores dos estados do DUAM sendo verde para DUAMs pagos e vermelhos para DUAMs vencidos.

Possuir tela de Gestão de solicitações com as seguintes funcionalidades:
Mostrar quantitativo de solicitações abertas, separadas por tipo;
Diferenciar por cores sendo, quando um determinado tipo tiver menos de 10 solicitações abertas cor azul, quando tiver menos de 20 e maior que 10 solicitações abertas cor laranja e quando tiver mais que 20 solicitações abertas cor vermelha;
Ao selecionar um determinado tipo de solicitação para avaliação, mostrar na tela filtros referentes ao tipo selecionado;
Possuir para todas as solicitações tela de conferência de dados para suas avaliações sem necessidades de consultar uma outra tela;
Os tipos de solicitações a serem avaliadas são: Emissão de nota fiscal eletrônica, Emissão de nota fiscal eletrônica avulsa, Emissão de RANFS, Cancelamento de nota fiscal eletrônica, Cadastro de obras, Denúncia fiscal.
Possuir declaração de tomadores de serviços de máquinas de cartão, de acordo com a [LEI COMPLEMENTAR Nº 157, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016](#) e regras do código tributário do município.

Possuir Declaração de cartórios com as seguintes funcionalidades:
Possuir configuração de tabela do Tribunal de Justiça do estado vinculado ao cadastro econômico;
Possuir carga de todas as tabelas de atos judiciais, sem a necessidade cadastrar;
Possuir cadastro de Atos Cartoriais judiciais e extrajudiciais;
Possuir cadastro de declaração mensal por cartório;
Permitir carregar automaticamente os atos pertencentes ao cartório;
Permitir lançamento das quantidades de atos que foram realizados no mês;
Realizar de forma automático o cálculo do ISS de acordo com o faturamento e alíquota do serviço;
Permitir gerar DUAM para possível pagamento o imposto;
Permitir retificação de uma declaração já fechada.

Possuir Declaração de Bancos (DESIF) com as seguintes funcionalidades:
Permitir importar arquivo de apuração mensal dos bancos seguindo padrão ABRASF;
Possuir cadastro de contas bancárias, tributadas e não tributadas;
Possuir consulta da declaração eletrônica feita pelo arquivo e permitir gerar o DUAM ou retificar a declaração;
Possuir uma pesquisa de apuração mensal de ISS de DESIF;
Possuir importação de arquivo de informações comuns, "Informacoes_Comuns_201X.txt";
Permitir a manutenção dos planos de contas das instituições financeiras, que deverão estar disponíveis para o funcionário do município e para os responsáveis pela declaração da IF.

Possuir Declaração de pedágios com as seguintes funcionalidades:
Permitir cadastro de categorias de veículos;
Permitir cadastro de praças de pedágios, informando quantos quilômetros essa praça tem responsabilidade nos limites do município;
Permitir o cadastro de valores por categoria de veículo por praça;
Permitir realizar a declaração de pedágios informando o número de veículos por categoria que arrecadou por praça, mês e ano;
Realizar o cálculo automático do valor do imposto de acordo com a alíquota do município;
Permitir realizar retificação de uma declaração já fechada;
Ao fechar a declaração gerar automaticamente o DUAM para possível pagamento do imposto.

Possuir declaração de transporte público com as seguintes funcionalidades:
Permitir realizar declarações por competência;
Filtrar somente CNAES referentes ao serviço de transporte público;
Permitir realizar a declaração informado, identificação do veículo, número inicial e final da catraca, valor do passe e quantidade de passes;
Realizar cálculo automático dos valores de imposto de acordo com a alíquota definida na lista de serviço;
Permitir retificar uma declaração já fechada;

Ao fechar a declaração gerar automaticamente o DUAM para possível pagamento do imposto.

Possuir Declaração de serviço tomados em obras com as seguintes funcionalidades:

Permitir realizar solicitação para iniciar uma declaração de Obras;

Possuir campos essenciais para identificação da obra;

Permitir lançamento de notas fiscais de serviços tomados nas obras, sendo eles retidos ou não;

Permitir gerar os DUAMs das notas fiscais selecionadas que forem retidas;

Permitir visualizar os DUAMs gerados para a obra em questão;

Permitir realizar fechamento da declaração de obras;

Permitir análise pela prefeitura antes do fechamento total para possível arbitragem do valor.

Possuir Declaração avulsa com as seguintes funcionalidades:

Permitir realizar declaração avulsa para pagamento de ISS;

Conter campos essenciais para identificação do serviço prestado;

Realizar cálculo de forma automática de acordo com a alíquota cadastrada no serviço;

Ao fechar a declaração gerar automaticamente o DUAM para possível pagamento do imposto;

Permitir impressão de documento fiscal de declaração avulsa;

Permitir retificação da declaração avulsa.

Geração de notas em massa para mensalistas:

Permitir cadastro de Grupos/Série/Período/Clientes, contendo campos para identificação do grupo e serviços prestados a ele;

Permitir cadastrar indivíduos pertencentes ao grupo;

Possuir forma layout para importação e exportação de mensalistas;

Permitir excluir todos mensalistas de um grupo apenas se não tiver sido gerado nota fiscal;

Possuir funcionalidade para alteração de valores;

Permitir impressão de relatório para possível checagem do grupo e seus mensalistas;

Possuir funcionalidade para gerar automaticamente ou não as notas fiscais para todos os mensalistas de um determinado grupo, informando o dia e a frequência que devem ser gerados;

Possuir função para inativar um grupo ou um determinado mensalista assim não gerar nota fiscal para o indivíduo inativo tanto no processamento automático como no processamento manual.

Possuir RPS de contingência com as seguintes funcionalidades:

Possuir cadastro de autorização de utilização de RPS de contingência;

Possuir meios para converter RPS de contingência em Nota Fiscal Eletrônica;

Possuir validação de autenticidade através de QRCode;

Permitir validar RPS informando CNPJ da empresa e o número de autorização do RPS;

	<p>Possuir tela para verificar quais empresas utilizou RPS de contingência e o converteram fora do prazo estipulado no código tributário municipal, permitir abrir um auto de infração a partir da tela de verificação para o fiscal analisar sem a necessidade de entrar em uma outra tela.</p> <p>Possuir sistema de Notificações Online para contribuintes com as seguintes funcionalidades: Permitir cadastrar notificações para contribuintes; Possuir tipos de notificações sendo eles: Notificação de escrituração automática, Débitos vencidos, Avisos manuais sem confirmação e Avisos manuais com confirmação; Possuir forma de visualizar as notificações que já foram visualizadas pelo contribuinte; Possuir forma de visualizar as notificações que já foram confirmadas pelo contribuinte; Possuir formas de envio de notificação em massa de um determinado tipo; Permitir inserir o texto do corpo da notificação.</p> <p>Possuir Emissão e gestão de nota fiscal eletrônica avulsa com as seguintes funcionalidades: Possuir campos essenciais para emissão da nota fiscal eletrônica avulsa; Possuir parâmetros para quantidade de notas podem ser emitidas para empresas e/ou para pessoas físicas; Permitir imprimir a nota somente após efetuado a baixa do DUAM; Caso o tomador já tenha cadastro, buscar os dados automaticamente; Permitir cadastro de tomador de serviço sem a necessidade de mudar ou abrir outra tela; Ao selecionar o serviço já selecionar alíquota referente e efetuar os cálculos necessário; Possuir tela de conferência de nota fiscal, mostrando todos os dados antes da nota ser realmente gerada, a fim de evitar erros de digitação; Permitir que a impressão da nota de acordo com a descrição seja em várias páginas; Imprimir nota fiscal com todos os dados necessários e validação por QRCode; Permitir cancelamento de uma nota fiscal avulsa já emitida; Possuir meios para que um DUAM de uma nota avulsa já pago seja reaproveitado caso a nota seja cancelada; Possuir tela de consulta de notas avulsas emitidas ou não</p>
19.	<p>Atender a todas as exigências do SIAFIC - Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, estabelecido pelo Decreto nº 10.540/2020.</p>
20.	<p>Estabelecer que toda transação contábil deve ser registrada pelo menos em duas contas, uma de débito e outra de crédito, de forma que o valor total debitado seja igual ao valor total creditado.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Compra de mercadorias a prazo: Débito: Estoque de mercadorias Crédito: Fornecedores;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pagamento de uma conta de energia elétrica: Débito: Despesas com energia elétrica Crédito: Contas a pagar; ▪ Venda de produtos à vista: Débito: Caixa ou Bancos Crédito: Receita de vendas; ▪ Recebimento de uma duplicata de um cliente: Débito: Caixa ou Bancos Crédito: Clientes; ▪ Pagamento de salários aos funcionários: Débito: Despesas com salários Crédito: Bancos.
21.	Correções, Estornos e Anulações por meio de novos registros.
22.	Consultas a qualquer momento dos relatórios e registros contábeis, e se necessário padronização de qualquer relatório solicitado pela Contratante.
23.	Geração de todos os relatórios automaticamente.
24.	Rastreabilidade do registro contábil para consultas e auditoria.
25.	Backups diários de segurança.
26.	Regras de Contabilização parametrizáveis pelo contador da entidade sem intervenção do desenvolvedor do sistema.
27.	Utilização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) sem a existência de plano de contas “paralelo”.
28.	Consolidação de todos os órgãos da administração direta e indireta da entidade (ente) em um único sistema (SIAFIC).
29.	<p>1 - Janela do “Cadastro do planejamento de aquisições ou contratações” <u>Campos necessários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ano a que se refere o plano; • Gestão a que se refere a unidade da despesa; • Unidade da despesa = Unidade definida no orçamento (0201; 0202; 0203...) • Categoria do item do plano de contratação (conforme instrução de implantação do PAC no PNCP); • Catálogo de Produtos/Serviços = opção de escolha de uso do “Catálogo Nacional de Bens ou Serviços” ou do Catálogo desta municipalidade; • Tipo de Aquisição = opção de escolha relacionada à “Solicitação de Material ou Serviço” (antigo PAM) sugerindo a aquisição de “Material” ou de “Serviço”, o que é disponibilizado hoje, na Prodata; • Código do item, onde o usuário possa escolher o item a ser adquirido. O mesmo código existente no módulo “Compras e Licitações”, hoje no Prodata. O usuário vai indicar quais aquisições e/ou contratações a unidade pretende executar no exercício futuro; Caso o item necessário à aquisição não estiver na tabela de produtos, cabe à Divisão de Compras inseri-lo com suas respectivas características; • Unidade de medida = mesma unidade de medida definida no

cadastro do produto no módulo “Compras e Licitações” para o item escolhido pelo usuário no campo “Código do item” definido acima;

- **Quantidade** = se refere à quantidade do respectivo item que a unidade pretende comprar/contratar;
- **Valor do item** = se refere ao valor unitário do item a ser adquirido. O sistema deverá trazer a média das aquisições realizadas para o mesmo item, respeitando – no mínimo – as 2 aquisições anteriores. Caso o item nunca ter sido comprado/adquirido ou nos casos de inexigibilidade o usuário deverá definir o valor com base em pesquisa de mercado;
- **Valor total da aquisição** = o sistema deverá promover a relação entre quantidade x valor do item, automaticamente;
- **Ficha orçamentária** = relativa à dotação compactada prevista na LOA do exercício que está se planejando. Essa ficha deverá corresponder àquela que se encontra no módulo “Orçamento”. Exemplo: 20230036;
- **Descrição da ficha** = corresponde exatamente à descrição da ficha escolhida no item anterior, presente também no módulo “Orçamento”. Exemplo: Material de Consumo;
- **Valor do orçamento no exercício** = o sistema deverá trazer o saldo da ficha escolhida no item anterior. Havendo saldo positivo, o usuário conseguirá salvar o cadastro realizado. Caso não haja saldo para a aquisição pretendida, o sistema informará ao usuário a falta de saldo. Havendo a possibilidade de remanejamento, transposição ou suplementação, o usuário conseguirá cadastrar o pedido. Não havendo, a unidade não poderá planejar a referida compra. A cada cadastro, o sistema atualizará os saldos nas fichas para que não se possa planejar adquirir bens ou serviços sem o respectivo orçamento;
- **Data desejada da compra** = data em que a unidade deverá comprar/contratar o item cadastrado. Esta data não poderá ser anterior ao exercício que se está planejando comprar, identificado no campo: **Ano**.

2 – Observações sobre o cadastro do Plano Anual de Compras:

- Deve ter a possibilidade de cadastrar item a item planejado para a compra/contratação;
- O item deverá estar relacionado à sua Natureza de Despesa, Elemento e Subelemento, assim como se encontra no “Cadastro de Produtos” no módulo “Compras e Licitações”, hoje no Prodata;
- O campo “Quantidade” deverá ter apenas duas casas decimais;
- Este cadastro poderá ser feito pela unidade da despesa durante os meses de agosto a novembro para o exercício seguinte.

- Após esse período, a unidade da despesa terá seu acesso bloqueado para que a SEPLAN possa elaborar os relatórios e demais procedimentos para a publicação do Decreto de Regulamentação das Compras no exercício futuro;
- A unidade não poderá alterar os itens planejados para o exercício em andamento. Essa alteração/inserção poderá ser feita – exclusivamente – pela SEPLAN;
- Deve ter integração com o Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP;
- Este submódulo (PAC) deve promover seu gerenciamento e não somente para fins de publicação no PNCP, devendo ser utilizado como ferramenta de planejamento para o município;
- O PAC e sua execução devem ser publicados em tempo real no Portal da Transparência do Município, indicando aos fornecedores como está sendo executado o planejamento das compras municipais.

3 - Utilização do PAC:

- Uma vez cadastrado o planejamento de compras feito pela unidade, analisado pela SEPLAN e devidamente publicado, sua execução se dará – exclusivamente - no exercício para o qual as compras foram planejadas. Isto é, PAC 2024 = execução em 2024;
- O PAC deverá apresentar o status dos itens:
 - EM ANDAMENTO para aqueles itens requeridos na SMS;
 - DESPESA EMPENHADA para aqueles itens que se encontram empenhados;
 - ENTREGUE para aqueles itens que se encontram com a EMS fechada;
 - DESPESA REALIZADA para aqueles itens que tiveram suas liquidações pagas.
- O status do item planejado deverá ser alterado automaticamente sem que haja interferência do usuário;
- Caso a SMS, a EMS ou mesmo a liquidação ou o pagamento seja anulado, o status também se altera:
 - SMS anulada = o quantitativo descrito na SMS para o item deverá retornar para seu saldo no PAC;
 - Empenho anulado = o status retorna para EM ANDAMENTO, se referindo ao processo de compra que ainda não chegou na fase do empenho da despesa;
 - EMS anulada = o status retorna para DESPESA EMPENHADA, se referindo à despesa empenhada e ainda não entregue;
 - Liquidações ou pagamentos anulados = o status retorna para ENTREGUE, se referindo à EMS que ainda não foi paga;

- Há de se observar como se darão as SMS relacionadas à abertura de procedimentos de SRP, visto que o item que terá seu preço registrado não tem garantias de que será adquirido, ou mesmo na totalidade em que foi registrado; Por outro lado, deve-se considerar que se o item não estiver previsto no PAC o processo de compras não poderá ser iniciado.

4 - Relacionamento entre o PAC e os módulos de “Compras e Licitações”, “Orçamento” e “Financeiro”:

- No momento em que a unidade for elaborar o documento “Solicitação de material ou serviço - SMS” no módulo “Compras e Licitações”, em “Requisição de Compra”, o sistema deverá validar cada item solicitado na SMS como o que foi planejado no PAC daquele exercício;
- Só se pode solicitar a aquisição de material ou serviço que estiver previsto no PAC;
- Caso o item requerido não esteja presente no PAC, uma solicitação formal deverá ser encaminhada à SEPLAN para ajuste no PAC. A SPELAN avaliará o pedido e, sendo possível, poderá incluir o referido item o PAC do exercício em execução;
- A quantidade solicitada para aquisição do item na SMS deverá ser diminuída da respectiva quantidade planejada no PAC;
- Quando o usuário salvar a SMS com suas solicitações, o PAC terá a “Quantidade” do item solicitado atualizada ante o que foi planejado e o que já se encontra em processo de compra (EM ANDAMENTO), trazendo para cada item solicitado o número de identificação da SMS;
- À medida em que o processo de compra estiver sendo concluído, o sistema vai atualizando o status do item planejado, seja para DESPESA EMPENHADA ou item ENTREGUE, ou DESPESA REALIZADA;
- Os saldos das fichas orçamentárias deverão estar sempre atualizados na previsão de aquisição no momento do “Cadastro do planejamento de aquisições ou contratações”

5 - Relatórios do PAC

Este submódulo deverá proporcionar a emissão de diversos relatórios, tais como:

- Na fase de planejamento:
 - Aquisições planejadas por unidade;

- Aquisições planejadas por Gestão;
- Aquisições planejadas por item/data pretendida;
- Aquisições planejadas por Ficha Orçamentária;
- Aquisição planejada por tipo (Material/Serviço) /data pretendida;
- Aquisição planejada por Natureza da Despesa/Elemento ou Subelemento/data pretendida;

Aquisição planejada por data pretendida de compra.

- Na fase de gerenciamento:
 - Aquisições realizadas por item;
 - Aquisições realizadas por unidade;
 - Aquisições realizadas por gestão;
 - Aquisições realizadas por status
 - Aquisições realizadas por SMS;
 - Aquisições realizadas por Empenho;
 - Aquisições realizadas por EMS;
 - Aquisições realizadas por período;
 - Aquisições realizadas por pagamento;
 - Saldo restante do item planejado.

Os dados constantes do sistema de gestão e relacionados às compras deverão ser disponibilizados, também, por meio de gráficos que demonstrem as informações de forma mais visual. O usuário poderá escolher o tipo de gráfico que for mais útil à tomada de decisão do gestor.

6 - Diferenciação entre os tipos de processos de compras:

Este submódulo deverá proporcionar a possibilidade do usuário diferenciar entre os seguintes processos de compras:

- **Processo novo**, identificando que o processo se inicia e não está vinculado a processos de compras anteriores, assim como a identificação do procedimento de compra escolhido: SRP, Pregão, Inexigibilidade, dispensa;
- **Utilização/Adesão de ARP/Pregão**, identificando que o processo de compra está sendo conduzido a partir de um pregão já realizado;
- **Termo aditivo/apostilamento**, identificando que o processo de compra se refere a um contrato existente;
- **Empenho por estorno indevido**, identificando que o processo de compra se refere a um empenho que foi estornado indevidamente, costumeiramente chamado de reempenho.

4.2 DATACENTER

Item	Descrição
01	O serviço deve incluir o gerenciamento das máquinas virtuais conforme a necessidade de cada serviço disponível no município e disponibilização dos backups diários
02	Fornecimento de estrutura de homologação (base apresentação) para processamentos de levantamento de impacto no financeiro, folha de pagamento, tributário e demais serviços que houver necessidade.
03	Fornecer estrutura de homologação (base apresentação) para processamentos de levantamento de impacto no financeiro, folha de pagamento, tributário e demais serviços que houver necessidade.
04	Contemplar Hospedagem e Monitoramento das aplicações utilizadas pelo Órgão e PMS (Prime Monitoring Service) ativo 24 horas por dia e 7 dias por semana na sede da Prefeitura para comunicação entre a sede e o Data Center. O PMS será customizado para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Luziânia, e contempla o monitoramento de status de serviços ativos e links que pode ser acompanhado através de dashboard online e o gerenciamento de alertas seguro através do Telegram/Whatsapp com a possibilidade de ações remotas pelo aplicativo e ainda emissão de relatórios de Disponibilidade, em PDF, XLSX (Excel) e CSV.
05	Adequação da Prefeitura à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em conformidade com as especificações, os padrões técnicos de desempenho e de qualidade estabelecidos no Termo de Referência (TR).

5 SUPORTE TÉCNICO

5.1 Sistema de Gestão Pública

5.1.1 Atendimento ao cliente: Todo suporte técnico deve atender a solicitações de clientes internos e externos, de acordo com a solicitação da Administração que encaminhará ao suporte ou responsável a demanda solicitada que deverá ser atendida por telefone, e-mail ou sistema de chamados, buscando entender suas necessidades e resolver suas questões relacionadas ao sistema de gestão;

5.1.2 Diagnóstico e resolução de problemas: É fundamental que o profissional tenha habilidades de diagnóstico para identificar a origem dos problemas reportados pelos usuários do sistema. Uma vez identificados, deve trabalhar na resolução dessas questões, oferecendo orientações claras e eficazes;

5.1.3 Treinamento e capacitação: Além de prestar suporte, o profissional também deve ser capaz de fornecer treinamento básico para os usuários, ajudando-os a utilizar adequadamente o sistema de gestão. Isso pode incluir a criação de materiais de treinamento, tutoriais ou sessões de treinamento presenciais;

5.1.4 Monitoramento e manutenção: O suporte técnico deve acompanhar o desempenho do sistema de gestão, realizando verificações periódicas e proativas para identificar possíveis falhas ou melhorias necessárias. A manutenção preventiva é essencial para evitar problemas mais graves;

5.1.5 Documentação e registro: É importante manter registros detalhados de todas as interações de suporte técnico, incluindo problemas identificados, soluções aplicadas e o tempo gasto em cada atendimento. Essa documentação é valiosa para futuras referências e para melhorar continuamente o suporte;

5.1.6 Colaboração com a equipe de desenvolvimento: Em alguns casos, é necessário encaminhar problemas mais complexos para a equipe de desenvolvimento do sistema de gestão. O suporte técnico deve colaborar com essa equipe, fornecendo informações relevantes e auxiliando na resolução dos problemas;

5.1.7 Habilidades e competências necessárias:

- I. Conhecimento técnico do sistema de gestão utilizado pela empresa;
- II. Habilidades de comunicação eficazes para lidar com usuários de diferentes níveis de conhecimento técnico;
- III. Capacidade de trabalhar sob pressão e priorizar tarefas de acordo com a urgência e impacto;
- IV. Paciência e empatia ao lidar com usuários que possam estar enfrentando dificuldades;
- V. Proatividade para buscar soluções e melhorias contínuas no sistema de gestão;
- VI. Capacidade de trabalhar em equipe e colaborar com outros departamentos, especialmente o de desenvolvimento de software;
- VII. O suporte técnico em sistema de gestão desempenha um papel crucial para garantir que a empresa possa utilizar seu sistema de gestão de forma eficiente, permitindo que a equipe foque em suas atividades principais e alcance melhores resultados operacionais.

5.1.8 A Contratada deverá manter no mínimo 02 funcionários (Suporte Técnico); IN LOCO;

5.1.9 O A empresa contratada deverá disponibilizar, via Internet, um aplicativo que possibilite à Contratante a abertura e acompanhamento dos chamados;

5.1.10 A empresa contratada deverá apresentar cronograma dos treinamentos para implantação dos sistemas e realizar treinamentos sempre que solicitados, quando houver substituição de servidor ou novas implementações ou funcionalidades;

5.1.11 Todas as solicitações devem ser analisadas e efetuadas pela equipe técnica ou administrador que serão designados pelos órgãos gestores dos sistemas;

5.1.12 A empresa contratada deverá atender aos chamados utilizando-se o critério de priorização aqui definido:

PRIORIDADE	IMPACTO/URGÊNCIA	TEMPO DE SOLUÇÃO CONTORNO	TEMPO DE SOLUÇÃO DEFINITIVA
Baixa	Tempo de conclusão não é requerido e do trabalho normal pode continuar.	10 horas	72 horas
Média	Erro ou mau funcionamento não enquadrado nas categorias anteriores.	08 horas	60 horas
Alta	Funcionalidade com problema, mas sem comprometer a operação do sistema; Nã há compromisso imediato e inadiável do usuário; Alguns municípios precisam ter a solução dos seus interesses adiada.	04 horas	48 horas
Crítica	Sistema parado; Sistema apresenta a observância de prazo inadiável; Númro significativo de munípios afetados pela paralização.	02 horas	24 oras

5.1.13 A inobservância pela CONTRATADA dos Níveis Mínimos de Serviço para prover uma Solução de Contorno para qualquer chamado para SUPORTE TÉCNICO, como CRÍTICO – ensejará a aplicação de multa, para cada infração ocorrida, conforme especificado no contrato vinculado a este termo;

5.1.14 Será ainda aplicada multa complementar, conforme especificado no contratovinculado a este termo, a cada período de 1 (uma) hora corrida de atraso na apresentação da Solução de Contorno, pela CONTRATADA, para qualquer chamado em aberto para SUPORTE TÉCNICO, como CRÍTICO;

5.1.15 A inobservância pela CONTRATADA dos Níveis Mínimos de Serviço para prover uma Solução Definitiva para qualquer chamado para SUPORTE TÉCNICO, como CRÍTICO – ensejará a aplicação de multa, para cada infração ocorrida, conforme especificado no contrato vinculado a este termo;

5.1.16 Será ainda aplicada multa complementar, conforme especificado no contratovinculado a este termo, a cada período de 5 (cinco) horas corridas de

atraso na apresentação da Solução Definitiva, pela CONTRATADA, para qualquer chamado em aberto para SUPORTE TÉCNICO, como CRÍTICO;

5.1.17 A inobservância pela CONTRATADA dos Níveis Mínimos de Serviço para prover uma Solução de Contorno para qualquer chamado para SUPORTE TÉCNICO, como MÉDIO – ensejará a aplicação de multa, para cada infração ocorrida, conforme especificado no contrato vinculado a este termo;

5.1.18 Será ainda aplicada multa complementar, conforme especificado no contrato vinculado a este termo, a cada período de 2 (duas) horas corridas de atraso na apresentação da Solução de Contorno, pela CONTRATADA, para qualquer chamado em aberto para SUPORTE TÉCNICO, como MÉDIO;

5.1.19 A inobservância pela CONTRATADA dos Níveis Mínimos de Serviço para prover uma Solução Definitiva para qualquer chamado para SUPORTE TÉCNICO, como MÉDIO – ensejará a aplicação de multa, para cada infração ocorrida, conforme especificado no contrato vinculado a este termo;

5.1.20 Será ainda aplicada multa complementar, conforme especificado no contrato vinculado a este termo, a cada período de 7 (sete) horas corridas de atraso na apresentação da Solução Definitiva, pela CONTRATADA, para qualquer chamado em aberto para SUPORTE TÉCNICO, como MÉDIO;

5.1.21 A inobservância pela CONTRATADA dos Níveis Mínimos de Serviço para prover uma Solução de Contorno para qualquer chamado para SUPORTE TÉCNICO, como NORMAL – ensejará a aplicação de multa, para cada infração ocorrida, conforme especificado no contrato vinculado a este termo;

5.1.22 Será ainda aplicada multa complementar, conforme especificado no contrato vinculado a este termo, a cada período de 8 (duas) horas corridas de atraso na apresentação da Solução de Contorno, pela CONTRATADA, para qualquer chamado em aberto para SUPORTE TÉCNICO, como NORMAL;

5.1.23 A inobservância pela CONTRATADA dos Níveis Mínimos de Serviço para prover uma Solução Definitiva para qualquer chamado para SUPORTE TÉCNICO, como NORMAL – ensejará a aplicação de multa, para cada infração ocorrida, conforme especificado no contrato vinculado a este termo;

5.1.24 Será ainda aplicada multa complementar, conforme especificado no contrato vinculado a este termo, a cada período de 24 (sete) horas corridas de atraso na apresentação da Solução Definitiva, pela CONTRATADA, para qualquer chamado em aberto para SUPORTE TÉCNICO, como NORMAL;

5.1.25 Durante a abertura do chamado, a Contratante informará o nível de priorização, que poderá ser contestado pela empresa vencedora, sempre após o atendimento;

5.1.26 As horas serão sempre contadas levando-se em conta o período de 07:00h

às 13:00h e das 14:00h às 18:00h, nos dias úteis de segunda-feira a sexta-feira, na sede da Empresa contratada;

5.1.27 Todos os chamados deverão ter seu tempo para atendimento cumprido, independentemente da abertura de novo chamado com prioridade maior;

5.1.28 A Contratante não se responsabilizará por apresentações em alterações efetuadas e/ou em novas implementações efetuadas no Sistema. A Empresa contratada deverá atualizar e liberar o Sistema atendendo perfeitamente aos requisitos da alteração e/ou da nova funcionalidade necessária à execução dos trabalhos.

5.2 DATACENTER

5.2.1 Monitoramento e resolução de incidentes: O suporte técnico é responsável por monitorar continuamente o desempenho e o estado geral do Data Center, incluindo servidores, redes, sistemas de armazenamento, sistemas de refrigeração e energia. Ao identificar quaisquer incidentes, problemas ou anormalidades, o suporte deve agir rapidamente para resolvê-los, minimizando o tempo de inatividade;

5.2.2 Atendimento de chamados e suporte aos clientes internos e externos: O suporte técnico em Data Center deve receber e responder a chamados e solicitações de clientes internos (colaboradores da empresa) e externos (clientes de serviços hospedados no Data Center). Essas solicitações podem variar desde questões de configuração até problemas de conectividade ou indisponibilidade de serviços;

5.2.3 Manutenção preventiva: É responsabilidade do suporte técnico realizar rotinas de manutenção preventiva para garantir o bom funcionamento dos equipamentos e sistemas do Data Center. Isso pode incluir atualizações de software, verificação de integridade dos servidores e sistemas de armazenamento, entre outras atividades;

5.2.4 Gestão de incidentes e problemas: Quando ocorrem incidentes ou problemas mais complexos, o suporte técnico deve seguir processos estruturados para gerenciar essas situações. Isso envolve a análise detalhada dos problemas, identificação de causas raiz e implementação de soluções eficazes para evitar reincidências;

5.2.5 Colaboração com a equipe de infraestrutura: O suporte técnico em Data Center trabalha em estreita colaboração com a equipe de infraestrutura e, em alguns casos, com fornecedores externos, para resolver problemas que exigem expertise técnica mais avançada;

5.2.6 Documentação: É fundamental manter registros precisos de todas as atividades realizadas, incidentes resolvidos, manutenções realizadas e atualizações aplicadas. Essa documentação é essencial para relatórios, análises de desempenho e também para fornecer informações úteis ao longo do tempo;

5.2.7 Habilidades e competências necessárias:

I. Conhecimento sólido em hardware, redes e sistemas operacionais utilizados no Data Center;

II. Familiaridade com as práticas e padrões de segurança em Data Centers;

III. Habilidades de solução de problemas e capacidade de trabalhar sob pressão em situações críticas;

IV. Excelentes habilidades de comunicação para lidar com colegas, clientes e fornecedores;

V. Proatividade na identificação de melhorias e otimizações para o ambiente do Data Center;

VI. Capacidade de trabalhar em equipe e colaborar com diferentes áreas dentro da empresa.

5.2.8 Faz necessário o suporte in loco de no mínimo 2 funcionários representantes da empresa para atender as necessidades e dúvidas operacionais do usuário;

5.2.9 Exigindo experiência com:

- a) Banco Postgres;
- b) Jboss;
- c) Wildfly;
- d) Prime Monitoring Service;
- e) Jasper SolftStudio.

5.2.10 Suporte está incluído às manutenções das rotinas de backup, itens configurados, atualizações de segurança, atualizações no software de gestão utilizado pela contratante e demais serviços de DBA, tuning do banco;

5.2.11 Serviços de segurança preventiva e plano de ação corretiva para invasões;

5.2.12 Prioridades:

5.2.13 Alta Disponibilidade (O ambiente em sua totalidade contemplara Alta Disponibilidade com asseguintes características):

- Redundância de Segurança;
- Redundâncias de Energia;
- Redundância de Conectividade;
- Redundância de Climatização.

5.2.14 Monitoramento;

5.2.15 O serviço de monitoramento contemplado é no formato 24x7 para todos os dispositivos contemplados no escopo técnico. Para cada dispositivo estão previstos 10 (dez) serviços monitorados padrão (itens de monitoramento que não exige a customização do agente). Em caso de alerta nas aplicações, um NOC da CONTRATADA entrará em contato por telefone com a pessoa indicada pelo CONTRATANTE. Em caso de um alerta de infraestrutura, um chamado será aberto automaticamente, e acionamento imediato do Gestor do Contrato.

5.2.16 Service Desk;

5.2.17 Está contemplada, neste escopo de serviço, uma estrutura de Service Desk 24x7 para a abertura de chamados técnicos ao ambiente contratado. Serão fornecidas 3 (três) formas de contato para o atendimento, sendo elas: Portal Web Solicitante, Telefone ou E-mail. Todos os atendimentos serão registrados e poderão ser consultados diretamente no sistema de Service Desk.

5.2.18 O cliente/service desk poderá abrir chamados para os seguintes itens:

- Notificações;
- Falhado Link de Internet;
- Falha no ambiente de Virtualização;
- Falha de Hardware;
- Falha de Segurança;
- Falha de Monitoramento;
- Falha de Backup;
- Requisições;
- Alteração de regrade Firewall;
- Alteração de Configuração de Acesso;
- Alteração de Job de Backup;
- Alteração de Serviço Monitorado (desde que para outro serviço monitorado padrão);
- Restore de Dados de Backup;
- Agendamento de Manutenção;
- Suporte;
- Suporte de Sistemas Operacionais;
- Suporte de Banco de Dados;
- Suporte no Desenvolvimento de Relatórios Gerenciais extraídos da base de dados do Município;
- Suporte no TerminalService;
- Suporte do Webservice Disponibiliza do pela contratada;
- Realizar as atualizações no Software de Gestão disponibilizado pela contratada.

5.2.19 Política de Backup;

5.2.20 Para atender o escopo aqui proposto, está previsto um sistema de backup, cujo funcionamento: Backup Diário completo do servidor virtual, podendo ser restaurado todo o servidor virtual ou arquivos, desde que o ponto de recuperação não tenha sido sobrescrito;

5.2.21 Dos acessos para atender o escopo aqui proposto, estão previstas as seguintes formas de acesso (além das disponibilizadas pelas aplicações):

- VPN: Solicitada pelo CLIENTE;
- FTP: Solicitada pelo CLIENTE ;
- SSH: Solicitada pelo CLIENTE;
- IPS e IDS: Proteção com capacidade de detecção e proteção de tráfego para bloqueio de anomalias como Denial of Service (DoS) do tipo Flood, Scan, Session e Sweep.

5.2.22 Acordo de Nível de Serviços (SLA)

5.2.23 Abaixo definido o SLA da infraestrutura para este projeto:

- 99,7% (noventa e nove vírgula sete) para os servidores;
- 99,97% (noventa e nove vírgula noventa e sete) para acesso à internet;
- 99,99% (noventa e nove vírgula noventa e nove) para infraestrutura do Data Center.

SEVERIDADE	COBERTURA	TEMPO DE RESPOSTA	TEMPO DE ATENDIMENTO	EXEMPLOS DE REQUISIÇÕES POR SEVERIDADE
Urgente	24x7	30 Min	4 Horas	Indisponibilidade total ou parcial do Sistema; Solicitações de mudanças urgentes.
Alta	24x7	1 Hora	8 Horas	Alertas de monitoramento; Degradação de performance; Verificação de conectividade e restart dos serviços.
Média	8x5	2 Horas	24 Horas	Solicitações de mudanças não urgentes; Manutenções programadas; Demandas que não afetam diretamente aos usuários e que podem ser conduzidas para uma melhor resolução.
Baixa	24x7	4 Horas	48 Horas	Solicitações de serviço; Elaboração de relatórios; Consultas técnicas; Dúvidas em geral; Informativo sobre manutenções programadas; Solicitações de mídias de backup; Troca de senhas; Criações de usuários.

6 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

6.1 SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA

6.1.1 Sistema fornecido deverá atender **obrigatoriamente** os seguintes requisitos, sob pena de desclassificação da proponente:

- a) Propiciar que os diversos setores da CONTRATANTE possam manter e consultar as mesmas tabelas (usuários, ruas, bancos, contas contábeis, pessoas e outras), tornando-as de uso comum (uso compartilhado), evitando a duplicidade de tabelas com conteúdo similares em diferentes setores de cada entidade, respeitadas as permissões e acessos definidos para cada usuário;
- b) O Sistema deve ser operável via servidor dedicado com mais de um processador, que utilize o sistema operacional Windows ou Linux, sem restrição de número de usuários simultâneos;
- c) As funcionalidades deverão ser 100% web, não podendo ser via Terminal Service, nem com instalação Desktop e serem desenvolvidas em linguagem web (Java, PHP, JavaScript ou outra), para operação através da internet em navegadores Firefox, Chrome e Microsoft Edge, etc;
- d) As atualizações do sistema devem ser realizadas de maneira automatizada, sem necessidade de interferência do usuário. Toda vez que um novo release for disponibilizado e atualizado, os usuários devem ser avisados por alertas internos na aplicação;
- e) Ser multiusuário;
- f) Possuir tela de acesso principal e funcionalidades de navegação padronizadas para todos os sistemas;
- g) Possuir interface gráfica nativa na **língua portuguesa** com suporte para utilização de mouse;
- h) Permitir que o usuário possa abrir/visualizar várias telas simultaneamente dentro do mesmo módulo, em abas diferentes do mesmo navegador, sem que seja necessário realizar o login novamente, aproveitando assim a mesma sessão para todas as abas;
- i) Permitir que o sistema seja acessado com uma única senha por usuário, de forma que, ao cadastrar um usuário, este registro permita acesso a quaisquer funcionalidades do sistema a que o usuário tenha permissão;
- j) Permitir a criação de grupos de usuários com perfis específicos,

possibilitando a inclusão de diversas funcionalidades, de qualquer área dos sistemas solicitados, e os respectivos acessos desejados para cada usuário, definindo alterações, exclusões e visualizações. Todas as alterações realizadas nas características do grupo devem ser automaticamente replicadas a todos os seus integrantes;

- k)** Possibilitar em todas as telas nível de permissão para salvar e excluir com “DUPLA CUSTÓDIA”, onde um usuário supervisor deverá autorizar a ação através de senha;
- l)** Propiciar a identificação das principais operações de manutenção de informações realizadas por cada usuário, com clara identificação da função executada, data e hora de operação;
- m)** Permitir a sua operabilidade com ou sem uso do mouse (habilitação das teclas “enter” ou “tab”), nas telas de cadastro, processos, relatórios e etc;
- n)** Possuir total aderência à legislação federal, estadual e municipal, exigindo-se do fornecedor compromisso de imediata adequação no caso de possíveis alterações da norma;
- o)** Exportar e validar os dados enviados ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás de acordo com o layout atual;
- p)** Possibilitar que o usuário acesse as funcionalidades permitidas a partir de qualquer terminal da rede;
- q)** Propiciar exportação de relatórios para os padrões “pdf”, “html”, “doc”, “xls”, “csv”, “odt”, “ods” e “txt”;
- r)** Propiciar e protocolar petições e requerimentos no Órgão com assinatura digital com e-CPF e e- CNPJ;
- s)** Permitir assinar digitalmente documentos da aplicação;
- t)** Utilizar a língua portuguesa para toda e qualquer comunicação dos sistemas aplicativos com os usuários;
- u)** Garantir a possibilidade de auditoria dos dados;
- v)** Utilizar solicitação automática para mudança periódica das senhas dos usuários, cuja data de expiração deverá ser calculada individualmente a partir da data de alteração da senha do usuário;
- w)** Permitir em qualquer tela de pesquisa do sistema a exportação dos dados gerados informados na pesquisa para CSV, de forma que possa ser aberto no excel para tratamento dos dados;
- x)** Possibilitar em qualquer tela de pesquisa remover colunas da listagem de

forma a facilitar a visualização dos dados para o usuário;

- y) Permitir pesquisar a tela pelo nome não sendo necessário percorrer todo o caminho do menu para acessar a tela do sistema;
- z) Possibilitar configurar as telas mais utilizadas, de forma que o usuário informa as telas que ele mais utiliza, essas telas devem ficar em um menu específico para as telas mais utilizadas por usuário;
- aa) Deverá ser possível visualizar as diversas conexões que estão abertas no sistema, informando no mínimo: o usuário conectado, o tempo de conexão, a estação conectada e a tarefa que está sendo executada no momento, devendo ser possível desconectar um usuário e ou todos se necessário.

6.1.2 O Sistema deverá atender a todas as integrações e geração de Arquivos para o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCM-GO):

- Colare Compras;
- Colare Folha;
- Orçamento (Peças de Planejamento) Sicom;
- Balancete Mensal (sicom);
- Balanço Anual (sicom).

6.1.3 Todos os arquivos e passando no analisador web no TCM GO e validando o colare;

6.1.4 Possuir um gerenciador de Banco de Dados dentro da Aplicação, onde é possível executar quaisquer comandos SQL, desde que o usuário possua permissão, sendo todos os comandos gravados em auditoria e enviados por e-mail ao Administrador do banco de dados, O gerenciador deve possuir ferramenta de auxílio ao usuário para criação de query;

6.1.5 Validar o e-mail informado no cadastro de usuário. O sistema deve enviar um e-mail de confirmação ao criar um novo usuário ou alterar o e-mail de um usuário cadastrado. A senha do usuário deve ser cadastrada pelo próprio usuário no primeiro acesso;

6.1.6 O cumprimento das exigências da Lei de Transparência e Serviços online disponíveis aos Cidadãos deverão estar integrados com todas as funcionalidades dos sistemas disponibilizados para todas as áreas contempladas neste termo, de forma que os dados incluídos na base de dados única, possam ser disponibilizados em tempo real;

6.1.7 Permitir que o sistema seja de Multi Gestão e Multi Exercício sem a necessidade de um novo login na aplicação, ou seja: permitir que o usuário selecione quaisquer exercícios e qualquer gestão em qualquer tela ou relatório sem a necessidade de “logar.” novamente no sistema;

- 6.1.8** O sistema deverá disponibilizar de recurso parametrizado na aplicação para solicitar/forçar o nível de senha do usuário, devendo este ter no mínimo 5 possibilidades de escolha;
- 6.1.9** Possibilitar que o administrador do sistema configure qual será o sistema default para cada usuário;
- 6.1.10** Possibilitar que todos os usuários do sistema possam realizar a mudança de tema (cor) do sistema como um todo;
- 6.1.11** Permitir recurso de bloqueio de acesso para o caso de tentativas fracassadas de login, de forma parametrizável;
- 6.1.12** Possuir mecanismo de time out para logoff de usuários após determinado tempo de inatividade, a ser controlado por parametrização;
- 6.1.13** Possuir mecanismo de expiração de senha, configurado individualmente para cada usuário, onde deverá ser informado a quantidade de dias a ser expirado
- 6.1.14** O sistema de banco de dados deverá ser:
- Voltado para qualquer tipo de aplicação seja página simples web ou sistema administrativo completo;
 - Com licença BSD que garanta sua continuidade;
 - Plataforma compatível com Unix, como Linux, FreeBSD, OpenBSD, NetBSD, MacOS X, Solaris, HP UX, AIX, BeOS, entre outros;
 - Que seja de livre distribuição e código-fonte aberto, open source;
 - Permitir transações concorrentes;
 - Sem limites de usuários;
 - Utilizar o padrão ACID;
 - Suporte sintaxe SQL de acordo com os padrões ANSI SQL 89, 92 e 99.

6.2 DATACENTER

- 6.2.1** Identificação das operações de tratamento de dados pessoais realizadas;
- 6.2.2** No mapeamento dos dados pessoais tratados nos diversos processos de negócio, destacando aqueles que se enquadrem na condição de sensíveis ou relativos a crianças e adolescentes;
- 6.2.3** Na identificação dos ciclos de vida de cada dado pessoal mapead;

- 6.2.4** Na identificação de documentos existentes de consentimento e/ou coleta de dados, e caso haja, na verificação da validade jurídica;
- 6.2.5** Identificar a finalidade e a adequação das operações de tratamento de dados pessoais identificadas e a base legal para cada uma delas;
- 6.2.6** Avaliar políticas e demais documentos normativos internos da Prefeitura, identificando de forma objetiva a necessidade ou não de revisão à luz da LGPD;
- 6.2.7** Plano de Trabalho detalhado com cronograma e matriz de responsabilidades, contendo o atendimento a todos os requisitos para adequação da Prefeitura à LGPD;
- 6.2.8** Evento de sensibilização sobre a LGPD e sobre as atividades de que participarão os servidores da Prefeitura envolvidos no diagnóstico do ambiente do órgão;
- 6.2.9** Análise Gaps: Parecer com a análise de gaps e as recomendações para a busca da conformidade, com indicação das providências a serem tomadas, incluindo a recomendação sobre os dados pessoais a serem excluídos;
- 6.2.10** Elaboração do plano de ação: elenca as principais atividades que deverão ser executadas para que a Prefeitura cumpra com as exigências da LGPD;
- 6.2.11** Relatórios constando, pelo menos, os serviços executados, a data de início da execução, o prazo de execução, atores envolvidos, a situação ao final da execução, próximas ações a serem adotadas e recomendações gerais;
- 6.2.12** Recomendação das melhores práticas para o gerenciamento do ciclo de vida dos dados pessoais;
- 6.2.13** Elaboração de modelo de registro das operações de tratamento de dados pessoais (RoPA ou IDP);
- 6.1.15** Elaboração de modelo de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RPID);
- 6.1.16** Aplicação do modelo de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RPID);
- 6.1.17** Documentos resultantes dos serviços demandados;
- 6.1.18** Definição do processo de conscientização dos colaboradores com o objetivo de otimizar a adaptação às novas regras das operações de tratamento de dados e às novas políticas de privacidade e proteção de dados;
- 6.1.19** Pareceres solicitados;

6.1.20 Palestras e treinamentos para colaboradores da Prefeitura para a continuidade da adequação à LGPD, do ponto de vista jurídico, ou nas dependências do órgão, ou de forma remota, conforme definido pela Prefeitura Municipal de Luziânia;

6.1.21 Apresentar o ROPA (O registro de todas as operações que envolvam dados pessoais, devendo ser realizado por controladores e operadores, especialmente quando a base legal do tratamento for o legítimo interesse).

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, mão de obra especializada, transportes, alimentação e estadia de pessoal, taxas, encargos, impostos e tributos, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Luziânia;

7.2 Responsabilizar-se pela fiel execução dos serviços, entregá-los nos prazos e horários, sob pena de aplicação das sanções previstas no Decreto Municipal nº 4.769 de 27 de março de 2014;

7.3 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, incluindo seus prepostos e subcontratados;

7.4 Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações da proposta;

7.5 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.6 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução da prestação de serviços;

7.7 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65, parágrafos 1 e 2 da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores;

7.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, CONFORME MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.

- 7.9** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido;
- 7.10** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 7.11** Emitir Nota Fiscal referente aos serviços durante o mês de referência, para fins de atestação e liquidação pela CONTRATANTE;
- 7.12** Recolher taxas, encargos trabalhistas, sociais, tributos federais, estaduais e municipais;
- 7.13** Cumprir todas as obrigações deste Termo de Referência, bem como todas as exigências nele contidas.
- 7.14** Executar o serviço objeto deste Contrato em estrito acordo com as disposições do Termo de Referência e discriminação da proposta e ainda conforme as responsabilidades dispostas a seguir:
- 7.15** Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.16** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- 7.17** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;
- 7.18** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência;
- 7.19** Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência do Contratante;
- 7.20** Designar formalmente o preposto da empresa para atuar junto à Contratante durante a execução contratual;
- 7.21** No caso de contratação com os valores previstos no art. 1º da Lei 5.421/2019 e cujo prazo seja superior a 180 (cento e oitenta dias),

a CONTRATADA deverá comprovar à CONTRATANTE que possui programa de Compliance ou a contratação de um Chief Compliance Officer ou profissional equivalente para desenvolver e instalar o referido programa, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1** Permitir acesso dos colaboradores da CONTRATADA às dependências da Prefeitura de Luziânia, desde que estejam devidamente credenciados, uniformizados e com crachá de identificação;
- 8.2** A contratante deverá exportar os dados solicitados pela contratada, conforme layout fornecido. Caso os dados não sejam disponibilizados, a contratante se obriga a custear despesas inerentes à coleta de dados *in loco*;
- 8.3** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos colaboradores da CONTRATADA;
- 8.4** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.5** Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;
- 8.6** Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos, não devem ser interrompidas;
- 8.7** Emitir, relatórios sobre os atos referentes à execução dos serviços, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas na proposta e à aplicação de sanções;
- 8.8** Especificar e estabelecer diretrizes para aceitação dos serviços executados pela CONTRATADA;
- 8.9** Liberar pagamento após a CONTRATADA apresentar, em conformidade com a Lei de Licitações, a documentação relativa à

regularidade fiscal e trabalhista;

- 8.10** Proporcionar as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços dentro da normalidade deste contrato;
- 8.11** Fiscalizar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas as condições de habilitação e proposta exigidas no projeto básico, sendo que essa fiscalização não isenta a CONTRATADA de qualquer responsabilidade;
- 8.12** Aplicar as sanções decorrentes de eventuais inadimplementos parciais ou totais da CONTRATADA na forma prevista.
- a.** AO pagamento será efetuado por meio de parcelas com valor fixo, cobradas mensalmente, mediante apresentação de fatura ou nota fiscal após o término de cada mês, durante o prazo de vigência do contrato;
 - b.** A parcela mensal a ser paga pelo serviço deverá prever, em sua composição, os custos para instalação da infraestrutura necessária à ativação do enlace, bem como os equipamentos que ficarão residentes na Prefeitura Municipal;
 - c.** O valor da fatura poderá ser glosado dependendo dos valores medidos nos índices especificados no item 7. Se o IDM for menor que 99%, a seguinte regra de cálculo será aplicada:
 - i.** Valor final da Nota Fiscal = $(IDM/100) \times$ Valor mensal do serviço;
 - d.** O valor empenhado em 2023 desta contratação, será fracionado por meses, considerando assinatura contratual e o tempo para finalizar o exercício, e o restante das frações (considerando 12) deverão ser apostiladas de acordo com o orçamento do exercício de 2024, sendo previsto no contrato.

9 EMISSÃO DE NOTA FISCAL

- 9.1** As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome dos órgãos contratantes descritos no Termo de Referência, sem rasuras, letra legível com discriminação exata daquilo que foi entregue com o número do processo, o carimbo da conta para depósito e com indicação do local onde o produto foi direcionado;

- 9.2** As dúvidas quanto à emissão das NF e entrega dos materiais, serão esclarecidas através das Divisões de Compras/Administrativas dos órgãos contratantes, conforme descritos acima.

11 FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- a)** AO pagamento será efetuado por meio de parcelas com valor fixo, cobradas mensalmente, mediante apresentação de fatura ou nota fiscal após o término de cada mês, durante o prazo de vigência do contrato;
- b)** A parcela mensal a ser paga pelo serviço deverá prever, em sua composição, os custos para instalação da infraestrutura necessária à ativação do enlace, bem como os equipamentos que ficarão residentes na Prefeitura Municipal;
- c)** O valor da fatura poderá ser glosado dependendo dos valores medidos nos índices especificados no item 7. Se o IDM for menor que 99%, a seguinte regra de cálculo será aplicada:
- ✓ Valor final da Nota Fiscal = $(IDM/100) \times$ Valor mensal do serviço.

12 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FISCALIZAÇÃO

- a)** As despesas decorrentes do presente processo serão especificadas posteriormente conforme a DO de cada gestão;
- b)** Cada unidade deverá informar o gestor e fiscal e fiscal substituto do contrato.

13 RELAÇÃO DE ÓRGÃOS/ENTIDADES DA PREFEITURA DE LUZIÂNIA QUE SERÃO ATENDIDOS PELA CONTRATAÇÃO DOS SOFTWARES

ITEM	ÓRGÃOS/ENTIDADES
01	Secretaria de Governo
02	Secretaria Municipal de Administração
03	Secretaria Municipal de Finanças
04	Secretaria Municipal de Planejamento
05	Fundo Municipal de Saúde/SMS
06	Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB/FME
07	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
08	Secretaria Municipal de Relações Institucionais
09	Secretaria Municipal de Cultura e Juventude
10	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho
11	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
12	Secretaria Municipal de Turismo
13	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
14	Secretaria Municipal de Segurança Pública
15	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
16	Secretaria Extraordinária de Administração do Jardim Ingá
17	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
18	Secretaria Municipal de Comunicação
19	Secretaria Municipal de Habitação e Reg Fundiária
20	Procuradoria Geral do Município
21	Controladoria Geral do Município
22	Ouvidoria Geral do Município
23	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município
24	Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipal
25	Gabinete do Prefeito
26	Superintendência de Trânsito
27	FEMBOM

14 RELAÇÃO ÓRGÃOS OU ENTIDADES QUE TERÃO CONTRATO FIRMADO

ÓRGÃOS/ENTIDADES	CUSTO % A SER COBRADO
Pref Municipal de Luziânia-(Sec de Administração)	55%
Fundo Municipal de Saúde - FMS	20%
Fundo Municipal de Educação - FME	20%
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	5%

15 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- a) O prazo de execução de entrega e implantação do software, migração de todos os módulos atuais da prefeitura de Luziânia deverá ser entregue, testado e consolidado respeitando estritamente os prazos previstos abaixo:

Módulos	Prazo em dias
Sistema de Administração Tributária	30
Sistema de Procuradoria	30
Sistema de Atendimento e Ouvidoria	30
Sistema de Contabilidade, Orçamento e Financeiro	90
Sistema de Planejamento estratégico	30
Sistema de Protocolo e controle de processos Digital	30
Sistema de Compras, Licitação e Contratos	30
Sistema de Almoxarifado	30
Sistema de Gestão de Frotas	30
Sistema de Patrimônio	30
Sistema de Portal da Transparencia	30
Sistema de Gestão de Pessoal	30
Sistema de Controle Interno	30
Sistema de BI e Informações Gerenciais	30
Sistema de Cemitério	30
Sistema de Controle Social	30
Sistema de Gestão Educacional (Unidade e Secretaria)	30
Sistema de Nota fiscal eletrônica e Webservice	30
SIAFIC - Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, estabelecido pelo Decreto nº 10.540/2020	30

Lançamentos contábeis com partidas dobradas	30
Correções, Estornos e Anulações por meio de novos registros	30
Consultas a qualquer momento dos relatórios e registros contábeis	30
Relatórios gerados automaticamente	30
Rastreabilidade do registro contábil para consultas e auditoria	30
Backups diários de segurança	30
Regras de Contabilização parametrizáveis pelo contador da entidade sem intervenção do desenvolvedor do sistema	30
Utilização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) sem a existência de plano de contas “paralelo	30
Consolidação de todos os órgãos da administração direta e indireta da entidade (ente) em um único sistema (SIAFIC)	30
PACC	90

16 MÉTODO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

- a) Os membros da equipe de apoio do ÓRGÃO LICITANTE, com base no Sistema oferecido em apresentações desenvolvidos para conduzir e subsidiar as decisões acerca da apresentação técnica, e deverá contar com o apoio de no mínimo 3 (três) técnicos nomeados pelo licitante;
- b) A empresa melhor classificada deverá, no prazo de até 02 (DOIS) dias úteis, a contar da data da convocação feita pela comissão de licitação, apresentar como parte do procedimento de julgamento e classificação final do processo licitatório, as amostras referentes ao SOFTWARE e também e/ou equipamentos para avaliação por parte da equipe designada pelo ÓRGÃO;
- c) A apresentação deve ser realizada 100% presencial, salvo os casos acordados antecipadamente e acordados com os demais licitantes;
- d) Não será admitida sob nenhuma hipótese utilização de recursos para apresentação remota;
- e) A apresentação técnica deve seguir a ordem dos itens previstas neste termo, não sendo permitida a sua alteração quando da realização ou nenhuma demonstração de módulos fora desta ordem;
- f) A apresentação técnica ocorrerá nas dependências do PODER CONCEDENTE, ou em outro local a ser definido pela comissão especial de licitação, e a proponente deverá agendar horário antecipadamente e deverá demonstrar em 1 (um) terminal móvel tipo notebook, de forma presencial, com o SOFTWARE em ambiente web e/ou aplicativo, nos termos do ANEXO I, tendo acesso por rede de dados móvel;

- g)** A licitante que ofertou o menor preço unitário deverá possuir disponibilidade para realizar a prova de conceito em dias seguintes e consecutivos sendo vedada a interrupção da mesma a não ser que haja algum fato superveniente e impeditivo, e este seja avaliado e posteriormente autorizado pela comissão e acordado com os demais licitantes;
- h)** A apresentação técnica deverá ser realizada na forma presencial, no local indicado pela comissão de licitação, sendo vedada a utilização de qualquer ferramenta de acesso remoto salvo contrário, se previamente acordados com os demais licitantes;
- i)** Para efeito de análise da apresentação técnica – A apresentação técnica será considerada como conforme o atendimento e conformidade a solução que atender a 100% das funcionalidades previstas neste termo de referência;
- j)** Caso a comissão julgadora perceba que a solução não atende a alguns itens previstos neste termo, ou não possui solução para algum modulo licitado, a mesma poderá encerrar o processo de avaliação e dar a solução como não conforme, conforme o que prevê no teor deste TR, e ato contínuo declarar a licitante com desclassificada;
- k)** O item deve ser atendido na sua totalidade não podendo sob nenhuma hipótese, qualquer tipo de ajuste e/ou apresentação posterior, caso seja identificado atendimento parcial;
- l)** A licitante convocada para a apresentação técnica deverá realizar a demonstração em equipamento próprio e deverá comparecer com técnicos devidamente capacitados;
- m)** A apresentação técnica poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, limitado a 2 (dois) representantes de cada empresa participante;
- n)** Somente a empresa licitante que estiver apresentando a solução, poderá se manifestar respondendo aos questionamentos formulados pela equipe de avaliação;
- o)** Os demais interessados só poderão se manifestar durante a fase de recursos e por escrito;
- p)** Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da apresentação técnica de responsabilidade de cada uma das licitantes, bem com toda a infraestrutura de hardware e software necessária para demonstração do atendimento aos requisitos, assim como os dados necessários para a demonstração;

- q) Uma vez iniciada a apresentação técnica é vedada ao licitante a instalação ou atualização de qualquer componente de hardware e software dedicados à prova;
- r) O atendimento aos requisitos descritos neste Termo de Referência será validado por equipe formada por representantes desta Administração, os quais formalizarão relatório próprio que integrará a ata da sessão do Pregão, informando se a solução tecnológica está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas;
- s) Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, a licitante será declarada vencedora do processo licitatório. Caso indique a não conformidade, a licitante será desclassificada do processo licitatório;
- t) No caso de desclassificação da licitante, o pregoeiro convocará a próxima licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas neste Termo de Referência e seja declarada vencedora;
- u) Caso o relatório indique que a solução não atingiu os 100% (cem por cento) dos itens previstos neste termo a empresa licitante será declarada como desclassificada;
- v) No caso de desclassificação da licitante, o pregoeiro convocará a próxima licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas neste Termo de Referência e seja declarada vencedora;
- w) A solução deverá ficar disponível durante a toda a realização da apresentação técnica, até que se conclua todo o julgamento por parte da comissão;
- x) Caberá somente ao órgão licitante disponibilizar local para a realização da apresentação técnica;
- y) Será concedida uma única oportunidade de aplicação da apresentação técnica por LICITANTE;
- z) O não comparecimento na hora marcada para execução da apresentação técnica ensejará a sua desclassificação;
- aa) O atraso para início da apresentação técnica na hora marcada pelo órgão, não poderá ser superior a 20 (vinte) minutos, sendo considerado causa de desclassificação do LICITANTE;

bb) O não comparecimento no dia marcado para execução da apresentação técnica, ensejará a sua desclassificação.

16.1 SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA

16.1.1 A Empresa que ofertou o menor preço por item, deverá apresentar a comissão nomeada pela licitante, todos os módulos deste edital, visando aferir os atendimentos dos requisitos e funcionalidades da solução tecnológica especificadas nos itens “3” deste edital;

16.1.2 A Empresa que ofertou o menor preço por item, deverá apresentar no mínimo 80% dos módulos referentes ao item “3” deste edital;

16.1.3 A Empresa que ofertou o menor preço por item, deverá apresentar 100% do item “8” deste edital.

16.2 DATACENTER

16.2.1 Requisitos e objetivos específicos que o datacenter deve atender. Isso pode incluir critérios como desempenho, disponibilidade, escalabilidade, segurança e conformidade com padrões específicos;

16.2.2 Disponibilidade dos serviços e a redundância do datacenter testando os sistemas de backup, as fontes de energia redundantes, as rotas de internet e os protocolos de failover;

16.2.3 Segurança do datacenter, incluindo a proteção física das instalações, os sistemas de controle de acesso, as medidas contra incêndios e os procedimentos de segurança em caso de emergência;

16.2.4 Desempenho para verificar a capacidade dos servidores e dos sistemas de armazenamento em lidar com cargas de trabalho reais;

16.2.5 Capacidade do datacenter para escalonar recursos de acordo com as necessidades do cliente, garantindo que ele possa crescer junto com a demanda;

16.2.6 Requisitos legais, regulatórios e de segurança pertinentes, como GDPR, ISO 27001, entre outros;

16.2.7 Qualidade e a velocidade das conexões de internet e a latência entre o datacenter e os pontos de acesso do cliente;

- 16.2.8** Analise os acordos de nível de serviço (SLAs) oferecidos pelo datacenter para garantir que eles atendam às necessidades desta prefeitura;
- 16.2.9** Contrato inclua cláusulas de garantia para a infraestrutura, desempenho e segurança, estabelecendo penalidades em caso de não cumprimento;
- 16.2.10A** Empresa que ofertou o menor preço por item, deverá apresentar no mínimo 100% dos módulos referentes ao item “7” deste edital.

CARLOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA
Divisão de Ciência e Tecnologia
Diretor

ANEXO I- TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

As partes abaixo qualificadas:

CONTRATADA:

CNPJ:

REPRESENTANTE LEGAL:

RG:

CPF:

END.:

CONTRATANTE:

CNPJ:

Estas celebram o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, doravante denominada Termo, como condição para a transmissão de informações tecnológicas e confidenciais, decorrentes da prestação de serviço para empresa acima qualificada, específicos na área de programação conforme definido abaixo, que se regerá pelas seguintes condições:

- 1. DAS INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS E CONFIDENCIAIS** – toda informação disponibilizada a CONTRATADA, em razão do desempenho de suas funções e atividades, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de software, compreendendo os Módulos de Sistemas de Planejamento, Orçamento, Execução Orçamentária, Financeiro, Contabilidade, Almoxarifado, Patrimônio, Aplicativo de Informações Gerenciais e Suporte Técnico para atender o MUNICÍPIO, o qual regula a proteção dos dados. As demais informações confidenciais, incluindo, dentre outras, todas e quaisquer informações orais e/ou escritas, transmitidas e/ou divulgadas pela CONTRATADA, será confidencial, restrita e de propriedade desta.

Informações confidenciais e tecnológicas devem significar, sem se limitar, toda e qualquer informação, de natureza técnica, operacional, comercial, jurídica, know-how, planos de negócios, métodos de contabilidade, técnicas e experiências acumuladas, documentos, contratos, papéis, estudos, pareceres, pesquisas, códigos, transmitida pela CONTRATANTE a CONTRATADA.

- 2. DO USO** – A CONTRATADA responsável pela prestação do serviço concorda em usar as informações confidenciais e tecnológicas recebidas da CONTRATANTE como propósito restrito de se fazer cumprir o estabelecido e acordado no Contrato

de Prestação de Serviço.

3. **DA NÃO DIVULGAÇÃO** – A CONTRATADA responsável pela prestação do serviço que receber informação Confidencial somente poderá usá-la para o propósito estabelecido no item 2 acima, e zelar para que tais informações confidenciais e tecnológicas não sejam de qualquer forma divulgadas ou reveladas a terceiros, utilizando-se, no mínimo, do mesmo zelo e cuidado que dispensa às suas próprias informações confidenciais.
4. **DAS CÓPIAS** – A CONTRATADA responsável pela prestação do serviço que receber informação confidencial e tecnológica fica desde já proibido de produzir cópias, ou back-up sem licença da empresa, por qualquer meio ou forma, de qualquer dos documentos a ele fornecidos ou documentos que tenham chegado a seu conhecimento em virtude do Contrato de Prestador de Serviço, além daquelas imprescindíveis ao desenvolvimento de seu trabalho, considerado que todas sejam informações confidenciais.
5. **DA PROPRIEDADE** – Toda informação confidencial e tecnológica permanecerá sendo de propriedade da parte revelar a informação confidencial, somente podendo ser usada pela parte receptora para os fins de execução do contrato. Tais informações confidenciais e tecnológicas, incluídas as cópias realizadas, serão retomadas à parte reveladora, ou então destruídas pela parte receptora, tão logo que tenha terminado o prazo do contrato de prestação de serviço, ou necessidade de seu uso pela parte receptora ou tenha sido solicitada pela parte reveladora e, em qualquer caso, na hipótese de término da vigência do contrato.
6. **DA RESPONSABILIDADE** – A CONTRATADA responsável pela prestação do serviço que receber informação confidencial e tecnológica se obriga:

Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações confidenciais, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objeto referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o seu uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha tido acesso a elas.

Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, a divulgação ou a utilização de informações confidenciais e tecnológicas.

Restituir imediatamente o documento (ou outro suporte) que contiver as informações confidenciais e tecnológicas à parte reveladora, sempre que esta as

solicitar ou sempre que as informações confidenciais e tecnológicas deixarem de ser necessárias, e não guardar para si, em nenhuma hipótese, cópia, reprodução ou segunda via das mesmas.

7. **DA VIOLAÇÃO** – A CONTRATADA responsável pela prestação do serviço que recebe e tem conhecimento de informação confidencial, reconhece e aceita que, na hipótese de violação de quaisquer das cláusulas deste Termo, estará sujeito as sanções e penalidades legais, conforme Lei 9.609 de 1998 e seus respectivos incisos e parágrafos, que dispõe sobre as infrações e penalidades a proteção do programa de computador, o art.195 e incisos da Lei 9.279 de 1996, que regula a concorrência desleal, sem prejuízo das perdas e danos que der causa, estas estimadas pela empresa, inclusive as de ordem moral ou concorrencial, bem como as de responsabilidades civis e criminais respectivas.
8. **DO PRAZO** – Fica ciente a CONTRATADA responsável pela prestação do serviço que receber informação confidencial e tecnológica decorrentes do presente Termo, tanto quanto as responsabilidades e obrigações outras derivadas do presente Termo, vigorarão durante todo o contrato de prestação de serviço e permanecerá em vigor pelo tempo que for resguardado a propriedade intelectual das informações.
9. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** – Este termo será regido pelas leis brasileiras, tratados internacionais e obrigam as partes, seus representantes legais, sucessores e cessionários, declarando as partes não haver quaisquer outros entendimentos, acordos ou declarações, expressas ou implícitas, com relação a este Termo de Compromisso de Confidencialidade que não estejam aqui especificadas.

_____, _____ de _____ de 2023.

RESPONSÁVEL CONTRATADA

ANEXO II - PARÂMETRO DE PREÇO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT/MÊS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	SOFTWARE DE PLATAFORMA WEB PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADOS, NO MODO DE LICENÇAS DE USO, SEM LIMITE DE USUÁRIOS, CONFORME DESCRIÇÃO DOS MÓDULOS	12	R\$ 152.066,00	R\$ 1.824.792,00
02	SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA DE SERVIDORES VITUAIS PRIVADOS (DATACENTER)	12	R\$ 35.666,00	R\$ 427.992,00
Valor Total			R\$ 187,732,00	R\$ 2.252784,00

CARLOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA
Divisão de Ciência e Tecnologia
Diretor